História de Criúva

uma leitura das interações culturais

Alvoni Adão Prux dos Passos

EDUCS

História de Criúva: uma leitura das interações culturais

Alvoni Adão Prux dos Passos

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:
Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-Presidente:
José Quadros dos Santos

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:
Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor:
Odacir Deonisio Graciolli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:
Juliano Rodrigues Gimenez

Pró-Reitora Acadêmica:
Nilda Stecanela

Diretor Administrativo-Financeiro:
Candido Luis Teles da Roza

Chefe de Gabinete:
Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:
Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldo Rech (UCS)
Asdrubal Falavigna (UCS)
Jayme Paviani (UCS)
Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)
Nilda Stecanela (UCS)
Paulo César Nodari (UCS) – presidente
Tânia Maris de Azevedo (UCS)

História de Criúva: uma leitura das interações culturais

Alvoni Adão Prux dos Passos

Mestre em História pela Universidade de Caxias do Sul desde (UCS), universidade pela qual também se graduou em 1991 e obteve especialização em História em 2007. Professor nas disciplinas de História e Geografia, atuou na Rede particular entre 1991 e 2017, atua na Rede Municipal de Caxias do Sul desde 1998 e exerce mandato de vice-diretor na EMEF Érico Cavinato.

© dos organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

P289h Passos, Alvoni Adão Prux dos, 1967 -
História de Criúva [recurso eletrônico] : uma leitura das interações culturais / Alvoni Adão Prux dos Passos – Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

ISBN 978-85-7061-930-3
Apresenta bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web.

1. História – Criúva (Caxias do Sul, RS). 2. Memória coletiva – Criúva (Caxias do Sul, RS). 3. Identidade social – Criúva (Caxias do Sul, RS). 4. Patrimônio cultural – Criúva (Caxias do Sul, RS). I. Título.

CDU 2.ed.: 94(816.5CRIÚVA)

Índice para o catálogo sistemático:

1. História – Criúva (Caxias do Sul, RS)	94(816.5CRIÚVA)
2. Memória coletiva – Criúva (Caxias do Sul, RS)	316.454.3(816.5CRIÚVA)
3. Identidade social – Criúva (Caxias do Sul, RS)	316.454.2(816.5CRIÚVA)
4. Patrimônio cultural – Criúva (Caxias do Sul, RS)	908(816.5CRIÚVA)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Michele Fernanda Silveira da Silveira – CRB 10/2334.

EDUCS

EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95001-970– Caxias do Sul – RS – Brasil
Telefone/Telefax PABX (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197
Home Page: www.ucs.br – *E-mail:* educs@ucs.br

Agradecimentos

Gostaria primeiramente de agradecer meu falecido pai Algeni Cardoso dos Passos e minha mãe Eva Prux dos Passos, que por motivos óbvios colocaram-me na condição humana. Além disso, sempre foram suporte para conquistas no âmbito pessoal, educacional e profissional, dos quais sempre carreguei com toda guarda os vários ensinamentos e principalmente atitudes de ética e respeito para com todas as pessoas independentemente das qualidades, condições ou diferenças. Em especial, devo lembrar meus avós, particularmente Alcides Prux, que quando em vida incansavelmente repetia que "o conhecimento não ocupava espaço e nunca se sabe quando se irá utilizar o que se sabe", palavras inspiradoras e que ainda hoje me conduzem pela vida.

No decorrer desta caminhada, foram inúmeras as oportunidades em que necessitei de colaboração, mas sem dúvida, o resultado não seria profícuo sem os duros momentos em que necessitei do apoio, da confiança e do alento dos familiares. Agradeço a amada Fernanda Molin dos Passos, companhia de quase 25 anos que tenho por esposa e pela qual tenho nutrido respeito e paixão por todo este tempo. Agradeço também as minhas filhas Mariana e Juliana Molin dos Passos que souberam entender as ausências em momentos de suas vidas que não consegui compartilhar, mas os quais eu creio tenham encarado com a ética e a serenidade a qual sempre procuramos compartilhar.

Agradeço imensamente aos ensinamentos e a valiosa parceria da orientadora Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia, sem ela não teria obtido sucesso diante da jornada árdua de estudos, carregada de dificuldades em virtude do papel de educador que exerço. Seu vibrante companheirismo, sabedoria, seus incentivos, suas preocupações, sua amável condução nas etapas vencidas e disponibilidade sempre pontuais muito confortaram-me na execução das tarefas. Sem dúvida, sentirei eterna gratidão por suas constantes palavras e atitudes de estímulo sem as quais o processo de estudo e pesquisa certamente não teriam nem iniciado. Sentirei saudades dos momentos de profusão intelectual aos quais fui submetido com suas orientações.

Pelas valiosas contribuições na construção do primeiro capítulo deste estudo, agradeço a disponibilidade, parceria, sinceridade e incentivo dado pela Dra. Daysi Lange, com certeza uma parceria que trouxe acréscimos consideráveis

à produção e mesmo aos limites necessários para o contexto necessário no desenvolvimento da pesquisa.

Não devo esquecer dos momentos de paciência e entendimento das limitações de tempo no exercício das atividades pedagógicas junto aos dois estabelecimentos que desenvolvo atividades profissionais, EMEF Érico Cavinato, em especial nas pessoas da Diretora Míriam Sobroza, Vice-Diretora Salete Tomazoni e Colégio La Salle Caxias na pessoa do Diretor Ivan Migliorini e da Supervisora Pedagógica Margarete Camassola.

Aos estudantes das escolas anteriormente citadas, agradeço pela compreensão diante de algum abatimento deste professor pelo acúmulo de atividades e mesmo pela maior demora na correção e entrega de atividades, porém sem nunca deixar de lado suas curiosidades ou abrandar a qualidade nos estudos realizados em sala de aula.

Por fim, não menos importante, externo um agradecimento especial a todos os entrevistados que tornaram-se fontes de suma importância para a realização dos estudos, a disponibilidade e hospitalidade destes que concordaram em compartilhar suas memórias pela oralidade, imagens, objetos e documentos contribuíram para uma profícua produção e alimentaram inúmeras possibilidades de resolução das questões propostas, bem como fizeram proliferar as considerações mais objetivas e assertivas acerca da história do distrito de Criúva.

Sumário

Apresentação **8**
Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Prefácio **11**
Vânia Herédia

Introdução **14**

1 O Rio Grande do Sul e o caminho ao atual distrito de Criúva: contexto geográfico e histórico **30**
1.1 A ocupação e conquista do território rio-grandense 30
1.2 A conquista e a organização do espaço rio-grandense 44

2 Alterações e interações na região de criúva: das origens às mudanças com a nova imigração europeia no século XIX **53**
2.1 O Contexto regional e a ocupação dos Campos de Cima da Serra 53
2.2 Origens de Criúva: uma visão geral das origens e ocupação da terra 55
2.2.1 Criúva: seus diversos pertencimentos 63
2.3 A economia dessa região: as fronteiras entre o latifúndio e o minifúndio 66
2.4 Novos personagens e a história: a chegada de imigrantes europeus 76

3 Identidades e cruzamentos culturais **83**
3.1 As possíveis identidades dos Criuvenses 83
3.1.1 As lides com o gado e o tropeirismo: as primeiras formas de identidade 90
3.1.2 O queijo, para além de um produto, uma representação local 93
3.1.3 Musicalidade, danças e manifestações culturais: nasce outro símbolo identitário ... 96
3.1.4 A Festa do Divino: uma herança europeia e um momento de agregação 102
3.1.4.1 Os ritos e costumes comuns da Festa do Divino 104
3.1.4.2 A presença da festa na localidade de Criúva 106
3.1.4.3 A Festa do Divino em Criúva: particularidades do rito religioso e da agenda social 109

4 Identidades, memória e patrimônio cultural **115**
4.1. Identidades e Memória 116
4.2 A relação do Patrimônio com a memória 131

Considerações finais **137**

Referências **150**

Referências das leis contidas nos anexos **159**

Lista de anexos
A – Fac-símile do decreto 563, de 23 de dezembro de 1902 160
B – Lei 2.169 e Lei 2.170, de 1953 161
C – Lei 2.531 e Lei 2.532, de 1954 162

Apresentação

Ao trabalhar com as "interações culturais presentes na formação do Distrito de Criúva, no Município de Caxias do Sul", Alvoni Adão Prux dos Passos abriu um importante espaço de análise de uma comunidade cujas características históricas são marcadas, em grande parte, pela cultura luso-açoriana e que, como diz o título acima, está encravada num espaço geopolítico conhecido e referendado pela presença da imigração italiana. Assim, ao se propor estudar essa parte do Município de Caxias do Sul e o processo de interação aí ocorrido, Alvoni Adão Prux dos Passos faz também uma incursão pela história do Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX, situando os tropeiros de outras partes do Brasil que, na faina do gado bovino e equino, vão abrir caminhos e ocupar extensas áreas nos "Campos de Cima da Serra". Já os luso-açorianos, chegados em meados do século XVIII, embora destinados a um tipo de propriedade menor, vão ocupar espaços contíguos às grandes áreas de campo e, muitas vezes, ocuparão também grandes extensões de terra por todo o espaço sul-rio-grandense. É nesse contexto que vão se tornar proprietários de terras do distrito de Criúva. "Área historicamente ligada ao latifúndio" (SANTOS, 2016, p. 55) e à pecuária, essa região recebeu também, segundo o autor, luso-açorianos que trabalhavam com a agricultura e, já no século XIX, imigrantes italianos cujo campo de ação se dava tanto na agricultura quanto no comércio. Alvoni Adão Prux dos Passos, nos mostrou que

> as terras onde se localiza Criúva inicialmente eram do município de Santo Antônio da Patrulha, após de São Francisco de Paula e na década de 1950, com o processo de anexação, passaram a pertencer a Caxias do Sul. Assim, o espaço físico do distrito de Criúva foi historicamente construído a partir das diversas transformações jurídico-administrativas, sustentadas por Atos Legislativos, que justificaram as anexações e as desanexações. (2016, p. 66).

Assim, aprofundar o conhecimento sobre o território de Criúva trouxe consigo a perspectiva de um estudo sobre a economia da localidade e, ainda, uma análise sobre a questão das relações interétnicas com a presença dos imigrantes italianos no distrito. Este é o diferencial da pesquisa de Mestrado de Alvoni Adão Prux dos Passos, pois ele mostra, com abundância de fontes, que as relações entre os dois grupos e outros mais que ali se alojaram se deu de forma

permanente e com resultados positivos. Isto resultou na manutenção das memórias de um passado luso-açoriano que se fazem presentes em Criúva até os dias de hoje e que estão mescladas com as memórias dos imigrantes italianos e de outros grupos que ali se estabeleceram. Nesse contexto, o autor buscou dirimir dúvidas quanto à identidade dos moradores de Criúva e destacou a importância da preservação do patrimônio material/imaterial que a localidade possui. Tal patrimônio, segundo Alvoni, merece ser mais conhecido, seja através da escola, seja através de ações preservacionistas que incluam o conhecimento e o estudo das mesmas ou, ainda, através de ações voltadas para o turismo cultural. É preciso ter presente, conforme nos mostra o trabalho em tela, que o processo identitário é um processo dinâmico e que a identidade é relacional, ou seja, se estabelece na medida em que nos relacionamos, nos comparamos com o outro. Internamente, no grupo, a identidade requer aceitação dos outros componentes, requer uma relação de pertença. Isto foi demonstrado nas palavras dos depoentes de Criúva, conforme o autor descreve em diferentes momentos – nas falas de Aparício Corso e de Adelar Bertussi –, por exemplo.

A identificação local pode ser atestada, ainda, através de atividades econômicas oriundas do tropeirismo com produtos como o queijo serrano, que passou à condição de bem cultural aliado à identidade local a partir dos anos 1970. Juntamente com o segredo do queijo artesanal, um outro patrimônio cultural imaterial tem um lugar especial na memória dos moradores de Criúva: é a Festa do Divino Espírito Santo. De tradição luso-açoriana, esta festa é o ponto culminante das atividades da comunidade desde tempos muito distantes, tendo se transformado em uma festa da identidade local, isto é, uma festa de todos os grupos que moram na localidade. É uma festa de todos, uma festa que une, que congrega a população desde os seus preparativos. Hoje, Criúva é um lugar marcado por esta festa e por isto mesmo é destacada em todo o Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista do patrimônio material, Criúva nos apresenta também um pouco de si através do trabalho de Alvoni Adão Prux dos Passos, que destaca importantes símbolos das atividades econômicas que ali se desenvolveram ao longo do tempo e que hoje fazem parte da identidade da localidade: os moinhos Nossa Senhora do Carmo e Moinho do Rio Pereira, o primeiro já em fase de restauração, tombado que foi pela municipalidade de Caxias do Sul. São edifícios

característicos de uma época e de uma atividade econômica e dão consistência juntamente com outros símbolos, à identidade cultural desse distrito. Outros edifícios, como a casa de comércio da família Fachini, já restaurado, estão tombados como patrimônios da localidade e certamente vão contribuir para a manutenção da memória do lugar.

Lembro, no final, que estudar uma comunidade sem perder de vista que o recorte permite maior aprofundamento do tema é um caminho que dá bons frutos e que esse foi o propósito da dissertação de Alvoni Adão Prux dos Passos, cujos objetivos serão plenamente alcançados com esta publicação.

A publicação deste trabalho, portanto, é uma importante contribuição para as escolas da comunidade de Criúva e de todo o Município de Caxias do Sul. Ela permitirá que as novas gerações possam assegurar a continuidade dos laços entre a memória e o patrimônio cultural, o que garantirá, por certo, a visibilidade e a importância da localidade estudada.

Porto Alegre, agosto de 2018

Profa. Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – Unisinos/IHSL

Prefácio

Uma viagem por Criúva

> As cidades deste continente também arrastam complexas histórias políticas e econômicas que permanecem em suas ruas e edifícios. Neste sentido, a cidade funciona como um palimpsesto que nos obriga a desvelar a superposição das escrituras que a compõem.
> (Nestor Canclini)

A pesquisa realizada por Alvoni Adão Prux dos Passos é mais uma contribuição para a história regional, por meio de pesquisa sobre a história de Criúva, realizada como exigência do Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade de Caxias do Sul. O objeto de estudo tratado traz para a discussão uma série de questões relevantes que ocorreram na história do Rio Grande do Sul e que ajudam a entender as contradições vivenciadas por aqueles que ocuparam territórios, marcados por fronteiras simbólicas, onde as culturas se entrelaçavam na promoção de uma cultura híbrida, que se expressa pelas características dinâmicas que a constituíram.

A obra de Alvoni Adão Prux dos Passos é resultado de uma exaustiva pesquisa documental e empírica, que ajudará o leitor a identificar marcas identitárias na história do distrito de Criúva, um distrito que teve a presença de lusos, luso-brasileiros e imigrantes europeus, cujo patrimônio material e imaterial foi fruto dessas relações. O estudo contextualiza a ocupação e a conquista do território rio-grandense, evidenciando como se deu a organização do espaço pela ocupação da terra e as disputas de território, e examina a relação entre latifúndio e minifúndio, a partir da chegada de imigrantes europeus.

O estudo identifica a "presença de duas culturas hegemônicas que promoveram uma combinação de práticas culturais que se interligaram" e que constituíram uma cultura com marcas étnicas distintas. Viertler, quando trata de "estudos sobre identidades", utiliza dois conceitos bastante próximos, o de Barth sobre marcas de identificação e o de Balandier sobre marcas étnicas, que "se explicam a partir da consideração das modalidades de controle social e político das sociedades coloniais, pesquisando a dinâmica entre dominadores e dominados". (VIERTLER, 2006, p. 46). As marcas de identificação podem ser marcas étnicas que identificam "fricções interétnicas, nascidas da natureza

contrastiva de grupos étnicos". Na história de Criúva, tem-se a história do tropeirismo cujo papel econômico foi fundamental para o desenvolvimento do local, devido à sua localização na "Rota dos Tropeiros", onde algumas tradições são mantidas, vinculadas à pecuária, à cultura do comércio e aos jogos de poder da região.

Nesse sentido, as possíveis identidades que marcam a história de Criúva se apresentam sob diversas formas de elementos culturais, que constituíram a vida daqueles que lá nasceram e viveram. Criúva pertenceu a várias regiões administrativas e, por meio da memória de seus habitantes, é possível localizar como os mesmos se viam, se identificavam e se explicavam como etnia e como cultura. O estudo responde: Quais são as identidades dos criuvenses? Quem foram os sujeitos que povoaram aquela localidade? Como se deram os desdobramentos de suas outras identidades? Buscar a identidade coletiva explicita os fatores estruturais e históricos que influenciaram a formação do distrito, bem como as dinâmicas que integraram e dividiram os próprios sujeitos. O estudo da identidade também evidencia relações nascidas das estruturas de poder e das tensões que nasceram dessas relações: do poder da terra, da divisão da terra e da herança da terra.

Os resultados indicam como o uso da terra promoveu diferenças culturais que, de um lado, mostram a força da pecuária na cultura rio-grandense e, de outro, a presença do imigrante, na produção de subsistência, unindo e separando o latifúndio do minifúndio, e permitindo entender as questões das fronteiras étnicas. A história do povoamento de Criúva, em períodos distintos, localiza a presença dessas culturas que se cruzaram pelo território e que legaram um patrimônio cultural que remete às suas identidades. Algumas tradições se mantiveram como a da música, da dança e de algumas festas, sendo elementos de integração cultural. O caso da música e das danças, presente por meio do "Centro de Tradições Gaúchas", instituição forte na vida cultural de Criúva, mostra o interesse dos moradores de Criúva em preservar os costumes de seus antepassados nos encontros coletivos e ser motivo de atração para aqueles que não vivem mais no distrito, mas que o frequentam no momento das festas comunitárias, dos bailes, dos festejos religiosos, mantendo vivo o interesse naqueles patrimônios.

A pesquisa traz, como foco importante dessa interação cultural, a Festa do Divino e como essa Festa tornou-se um elemento de identidade local. O culto ao Divino Espírito Santo remonta à história de Portugal e da força da religião

naquela sociedade e da forma como foi difundida, e tornou-se uma festa popular a partir do processo de colonização portuguesa na América e consequentemente no nosso País.

A originalidade desse contexto, na descrição que o autor faz dessa Festa, por meio do exame do seu rito, como parte de um costume que se mantêm e que faz parte da cultura do local, já transformado e assimilado pela população de Criúva. A Festa do Divino tornou-se um espaço de sociabilidade que a sociedade manteve e que também evidencia a inclusão de hábitos que não eram de origem portuguesa e que aparecem como parte de uma "tradição inventada", como diria Hobsbawn, quando as definem como práticas culturais, aceitas e institucionalmente formalizadas, fazendo uma ligação com o passado histórico.

É importante ressaltar que a riqueza do estudo está na forma de como o autor fez uso da história oral para trazer à tona a percepção dos narradores sobre a história do seu povoado, da sua comunidade, dos seus pais e avós, dos seus ancestrais. A força da história oral está no resultado das histórias que delas nascem e de como esses sujeitos narram e tratam seu passado, numa tentativa de manter viva a condução de suas lembranças. Muitas das entrevistas utilizadas pelo autor não foram realizadas no período da pesquisa, o que garantiu o uso de muitas informações de depoimentos registrados uma década anterior, quando já se preocupava com o tema.

O uso da história oral mostra a possibilidade de dispor de uma interpretação sobre o fato que nasce de diversas narrativas, em que os protagonistas contam como viram o fato naquele contexto. As histórias que nascem desses depoimentos, como fontes orais que doam suas narrativas com intuito de contar, narrar, falar sobre suas experiências e percepções, ajuda a trazer à tona memórias dessas vivências. A história oral permite conversar e dialogar com as diversas possibilidades de histórias.

A contribuição do estudo não se direciona apenas à história local, mas principalmente à história regional e nacional, por meio do exame das diversas fases pelas quais o Rio Grande do Sul passou na ocupação de seu território e como lidou com as diferenças que nasceram dessa ocupação, sustentadas por diversas leis que tinham interesse, no Império e na República, de ocupar o Sul do Brasil.

Vania Herédia
Professora no Programa de Pós-Graduação em História da UCS

Introdução

Com a intenção de discutir a historiografia regional sobre a formação histórica da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, particularmente de um distrito do Município de Caxias do Sul, foi proposto este estudo. Diante da possibilidade de compreender a integração cultural que ocorreu na ocupação desse território, o objeto de estudo trata da história do Distrito de Criúva, onde houve a presença de forças culturais heterogêneas em sua formação. O tema escolhido reporta-se ao estudo da História Regional, cujo espaço geográfico localiza-se no interior de Caxias do Sul, especificamente no Distrito de Criúva, onde se identifica a presença de lusos, como primeiros representantes europeus e, mais tarde, outros imigrantes, que influenciaram as práticas culturais na localidade. A localidade teve influências inicialmente dos denominados "pelos-duros", contingentes de origem lusa e açoriana e, mais tarde, registra a presença de imigrantes italianos, poloneses e alemães.

O estudo tem como objetivo investigar dois momentos distintos da história de Criúva: o primeiro que abrange o último quartel do século XVIII, quando da concessão da Sesmaria das Palmeiras em 1772, fase que corresponde à ocupação do local, e o segundo que envolve as transformações decorrentes da presença da imigração ocorrida no final do século XIX, além de determinados elementos que compuseram as décadas de 1950 a 1970, devido às alterações socioeconômicas impactantes na região. A localidade sofreu várias mudanças administrativas, por meio das anexações e das desanexações que alteraram seu território.

Dessa maneira, a ocupação do espaço territorial registra a presença de fluxos migratórios, que se estabeleceram em algumas regiões, em decorrência da Lei de Terras de 1850. No que diz respeito à Região Sul, a partir da referida lei houve uma forma de promover a ocupação por meio de uma política colonizadora, mesclada por uma política imigratória. A presença desses fluxos envolveu a participação de diversos grupos étnicos, que contribuíram para o desenvolvimento dessa região, pela heterogeneidade de seus costumes, que resultaram numa "pluralidade cultural".

Os recortes temporais adaptam-se ao interesse de estabelecer a relação entre os processos migratórios ocorridos na região e a caracterização dos

mesmos por etapas migratórias. O estudo foi dividido em três momentos: 1) a presença lusa e luso-brasileira na região de sesmarias, marcada pela ocupação inicial e a relação com a história do Rio Grande do Sul; 2) a chegada de outros imigrantes europeus e a integração entre ambos, no desenvolvimento da região; 3) e os resultados da integração dessas culturas na construção de Criúva, por meio da memória coletiva.

O estudo apresenta os elementos culturais próprios que fizeram parte da formação do distrito de Criúva, a fim de caracterizá-los como elementos de identidade. Nessa análise inclui-se o estudo do patrimônio que foi construído entre essas culturas e que manteve os laços entre si como marca da região. O estudo traz ainda diversas questões relativas à memória coletiva e os possíveis jogos de identidade dos grupos étnicos envolvidos, a partir da ocupação do território que abrange o Distrito de Criúva. É importante considerar que essa localidade foi integrada à antiga colônia Caxias em 1954 e por isso trouxe peculiaridades para o novo "município-mãe", evidenciando a condição de ter pertencido ao município de São Francisco de Paula.

Existem vários estudos acerca da história de Criúva, mas nenhum deles com a pretensão de olhar para as diferenças culturais e seus possíveis cruzamentos, em especial dos elementos que constituíram sua identidade, suas particularidades culturais. Não se retrataram suas reais contribuições ao centro urbano-industrial que pertence desde a década de 1950, no caso o Município de Caxias do Sul. Dessa maneira, os resultados deste estudo pretendem contribuir para o conhecimento da história do município, já que o distrito de Criúva teve essa rica história de etnias, que se cruzaram e que fortaleceram a cultura local. A pesquisa aqui realizada tem a pretensão de fornecer subsídios para o campo da educação, principalmente para o ensino de História.

A história de Criúva inclui uma série de particularidades delineadas pelos vários contingentes populacionais, que foram migrando ao longo do tempo para a localidade. A riqueza cultural dos componentes pretende ser a tônica da tessitura deste estudo, sem desconsiderar o que já se construiu; entretanto, existem pontos a serem investigados no conjunto de interações culturais acerca da região.

A escolha do tema

A região onde se localiza o Distrito de Criúva, por ser uma área distante do centro do Município de Caxias do Sul, além de ter sido incorporada ao município, na década de 1950, via plebiscito, apresenta ligação histórica e socioeconômica direta com o Município de São Marcos, o que aproxima a cultura local no que se refere à sua formação, do *modus vivendi* das antigas regiões coloniais dos imigrantes da região e os habitantes daquelas terras. Esse fator proporciona uma situação de certo descolamento em relação a Caxias do Sul, em alguns aspectos, situação que causa curiosidade e interesse como possibilidade de estudo.

Constata-se pelo senso comum a presença de uma combinação de costumes que refletem um conjunto de traços étnico-culturais na história desse distrito. Esta constatação apresentou-se como uma possibilidade de pesquisa, diante do fato costumeiramente tratado na produção acadêmica, sobre a região de Caxias do Sul e dos municípios vizinhos, no que se refere às primeiras colônias de origem europeia na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A possibilidade de realizar um estudo sobre o Distrito de Criúva tem, como objetivo, fornecer subsídios para o distrito acerca de sua história. Como professor, a escolha do Mestrado em História, principalmente na linha de pesquisa sobre "fontes e acervos", tem como objetivo reforçar, no ensino de História, o uso de novas fontes que permitam trazer à tona a discussão acerca dos documentos que podem ajudar a compreender parte da história da região, que habitualmente não são discutidos e colocados sob análise. Tal necessidade surgiu ainda durante o curso de pós-graduação *lato sensu* em História Regional, realizado na Universidade de Caxias do Sul, no ano de 2007, quando me encantei pelo tema e resolvi estudar esse povoado. Ainda como professor de História, reconheço a contribuição que este estudo pode oferecer para este componente curricular, já que a pesquisa poderá ser utilizada como subsídio para o entendimento da história local pelos professores daquela localidade.

A riqueza de documentos existentes sobre a constituição da Província do Rio Grande do Sul foi evidente e a constatação do não uso desses documentos, na história da região, provocaram ainda mais o interesse de tratar desse argumento. As terras de Criúva, em sua área leste e nordeste, foram ocupadas por lusos e luso-brasileiros, que se dedicaram à pecuária, sendo que, desde os

primórdios da ocupação, período anterior ao século XIX, após o estabelecimento das primeiras sesmarias na Encosta Superior do Nordeste, é que teve sua constituição histórica, étnica e socioeconômica. Ainda hoje, essa região se apresenta formada por pequenas e médias propriedades, onde há atividades voltadas para a agropecuária em sua maioria e com características lusas em boa parte. O estudo investiga a área geográfica onde Criúva se localiza e parte do pressuposto de que a presença de duas culturas hegemônicas que promoveram uma combinação de práticas culturais que se interligam até os dias atuais, mantendo alguns costumes de forma integrada.

De origem posseira, particularmente ocupada após a "Lei de Terras", as áreas em que hoje se localiza a região de São Jorge da Mulada e imediações, anteriormente tidas como invernadas para o gado vindo da região de campo mais ao leste, são um patrimônio histórico-cultural e sua relevância se dá diante do fato de ser uma área ecológica, cultural e turisticamente potencial para o município.

Além disso, a história de Criúva está vinculada à história do tropeirismo na região dos Campos de Cima da Serra. O tropeirismo teve um papel importante na economia da região já que Criúva era uma localidade que se desenvolveu às margens da "Rota dos Tropeiros" e, consequentemente, teve uma forte influência cultural promovida por essa atividade que marcava o local. Segundo Barroso (1995), o estudo do tropeirismo remete à história do Rio Grande do Sul quanto ao papel que o comércio muar desempenhou na economia do país. Havia dois tipos de tropas: as xucras, conduzidas de forma mais livre; e as carregadas, em que havia controle maior sobre os animais. De acordo com Flores (1995, p. 142), "a xucra, adquirida no sul e conduzida solta, guiada pela égua madrinha e pelos peões; a tropa arreada ou cargueira composta por animais com cangalha, onde prendiam bruacas, jacás ou canastras". Nessa direção, Santos, Barroso e Vianna (1995, p. 155) utiliza a expressão "troperismo doméstico" para caracterizar os tropeiros dos "Campos de Cima da Serra" e descreve como essas tropas movimentavam o carregamento das cargas. Lembra que as fazendas eram abastecidas por essas tropas e o comércio florescia por meio delas. O conhecimento dessa atividade econômica ajuda a entender a cultura desenvolvida na região por onde passavam os tropeiros, cujas trocas comerciais atendiam às demandas dos fazendeiros.

Os autores utilizados para tratar desse tema foram: Arno Alvarez Kern (2006), Francisco Riopardense de Macedo (1995), Honeide Bertussi (1995), José Alípio Goulart (1961), Loraine Slomp Giron (2001), Lucila Maria Sgarbi Santos, Vera Lúcia Maciel Barroso e Maria Leda Costa Vianna (1995), Luis Antônio Alves (2010), Moacyr Flores (2006), Rafael Straforini (2001) e Vera Barroso (1995).

O presente estudo estabelece um diálogo com o passado, por meio da história oral. Na pesquisa, identifica-se que existe, no imaginário dos antigos moradores da região, uma forma peculiar de olhar para a história dessa comunidade, na qual esses protagonistas narram histórias do passado, por meio de lembranças que "passeiam" por espaços em que essa divisão cultural não se separa. A riqueza desses relatos, constituídos em grande parte pelos depoimentos de moradores, permite trazer para o estudo essas memórias que unidas e integradas ajudam a construir a memória coletiva do distrito. Percebe-se que as narrativas acerca do local são para esses sujeitos elementos que os unem, num sentimento que promove suas identidades. Para realizar essa análise, utilizaram-se as obras de Maurice Halbwachs (2004), Joel Candau (2012), Stuart Hall (1997), Ellen Woodward (2011), Nestor Canclini (1997), Thomas Tadeu da Silva (2011), Fredrik Barth (1998), além de Verena Alberti (2004), Lucilia de Almeida Neves Delgado (2006), Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2005) e Paul Thompson (1992), que deram sustentação para o uso da história oral.

A pesquisa utilizou diversas fontes documentais e também fontes orais. A organização desses documentos ajudou a nortear a pesquisa acerca da evolução histórico-administrativa do povoado, e os resultados podem servir de subsídios para a construção de material didático sobre Criúva. Tem-se ciência da importância desse material para suporte pedagógico, como meio de preservação do conhecimento do distrito e do seu patrimônio histórico-cultural.

O estudo foi pensado como uma forma de colaboração para o ensino de História, visto que, além de reflexões acerca da simples evolução do referido objeto de pesquisa, traz para a discussão o processo de interações étnico-culturais ocorridas, bem como o resguardo dos relatos. O estudo do imaginário local, por meio da história oral, contribui para o conhecimento dessa história.

Os resultados apresentados na pesquisa contribuirão para reconstruir a história local, refletir acerca das possíveis identidades do distrito, a partir do momento em que promoveram por meio de documentos e das narrativas

decorrentes da história oral, uma discussão diferenciada, que não prioriza uma ou outra fonte, mas abre espaço para um novo retrato da comunidade pela via das considerações feitas pelos próprios moradores e das memórias remanescentes.

Objetivos do estudo

O objetivo do presente estudo é identificar as influências culturais na formação histórica de Criúva, por meio do exame das interações étnicas ocorridas no final século XIX e nas décadas de 60/70, do século XX. Os objetivos específicos que nortearam a presente proposta foram:

1 descrever o contexto em que ocorreu a ocupação do território do Distrito de Criúva e as características culturais que marcaram a história local pela ocupação açoriana;
2 identificar a presença dos imigrantes na localidade e verificar a contribuição dos mesmos frente à construção do patrimônio cultural;
3 verificar os processos culturais nos quais ocorreu a integração entre as duas culturas, tanto no período do desenvolvimento da colônia como da área distrital, e analisar sua contribuição para a história local, bem como para a construção de sua identidade, por meio das narrativas de seus moradores antigos;
4 identificar o patrimônio histórico-cultural da localidade em suas mais diferentes manifestações, com vistas a difundir para as gerações futuras, via ambiente escolar, o legado deixado.

O suporte teórico que deu sustentação para a realização da pesquisa nasceu de uma exaustiva revisão bibliográfica. No que concerne à história do Rio Grande do Sul e a ocupação de seu território, nos diversos desdobramentos que ocorreram historicamente, foram utilizadas as obras de: Aurélio Porto (1954), Daysi Lange (2002), Fabio Kühn (2011), Fabrício Prado (2002), Fernando Cacciatore de Garcia (2010), João Carlos Tedesco e Rosane Maria Neumann (2015), Loiva Otero Félix e Ana Luiza Setti Reckziegel (2002), Luiz Alberto Grijó et al. (2004), Luiz Roberto Pecois Targa (1996), Moacyr Flores (2004, 2006), Paulo César Possamai (2010), Sandra Jatahy Pesavento (1984) e Vera Lúcia Maciel Barroso (1992, 1995, 1997, 2005).

Para construir o referencial teórico, no que diz respeito ao povoamento e à urbanização do Rio Grande do Sul, foram realizadas exaustivas leituras nas coleções organizadas por Vera Lúcia Maciel Barroso e pesquisadores dos municípios de referência. Dessas coleções, denominadas *Raízes*, destacam-se os estudos dos municípios de: *Santo Antônio da Patrulha e Caráa* (BEMFICA, 2000) pelo fato de terem sido os primeiros municípios a serem organizados no estado, *Raízes de São Marcos e Criúva* (POSSAMAI, 2005), trata do tema propriamente dito. Além dessas coleções, foram utilizadas as obras de *História de Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional* (1995), *A história de São Marcos*, de Luiz A. Rizzon e Osmar J. Possamai (1987), *A história de Criúva: um povoado brasileiro*, de Luis Antônio Alves (2010). Estas duas últimas obras são referência para os estudos sobre Criúva.

Algumas dificuldades foram identificadas na construção do referencial teórico e na escolha do aparato conceitual, visto que o material historiográfico disponível, sobre a história da região dos Campos de Cima da Serra, em especial aquela que se refere ao objeto de estudo, são resultados de pesquisas e estudos apresentados em eventos regionais, alguns publicados, dos quais muitas das fontes citadas não foram encontradas. Percebe-se que alguns desses estudos sobre a temática histórica dos Campos de Cima da Serra foram produzidos sem maior preocupação com o rigor científico e com a preocupação rigorosa sobre as fontes documentais. Esse limite não tira a importância do estudo, mas dificulta o aprofundamento da análise.

Apesar das dificuldades encontradas, a riqueza dos estudos empregados, na construção do referencial teórico, ajudou a ilustrar lacunas das quais os documentos não tratavam, aspecto que contou com a colaboração dos elementos investigados por meio da história oral.

Pressupostos metodológicos

O estudo foi dividido em três momentos: o primeiro foi realizado por meio de pesquisa documental, que deu suporte para a construção do referencial teórico e da seleção de documentos, para escrever a história do distrito. A pesquisa documental promoveu uma série de novos questionamentos sobre a fase inicial de ocupação do território rio-grandense e abriu espaços para a busca

de documentos que pudessem comprovar tal iniciativa. A pesquisa documental, realizada em diversos arquivos e centros de referência, serviu de base para a construção do primeiro e do segundo capítulos, que abrangem a ocupação de território, as divisões administrativas das terras ocupadas pelas estruturas, antes da Lei e após a Lei de Terras de 1850.

Muitos documentos foram utilizados para a construção desses capítulos, após exaustiva pesquisa no Arquivo Municipal de Caxias do Sul, no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, nos Cartórios de Imóveis de Caxias do Sul, de São Marcos, de Criúva e de São Francisco de Paula.

O segundo momento da pesquisa fez uso do método de história oral, com o objetivo de conhecer, por meio das lembranças dos moradores mais antigos, os quadros sociais do Distrito de Criúva. Para tal, optou-se por empregar a concepção de história oral, a partir de Delgado que descreve:

> A História oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p. 15).

Para entender melhor a amplitude da história oral, suas correlações, a interdisciplinaridade contida no estudo proposto, foi empregada a obra de Delgado (2006, p. 16), na qual a autora apresenta a história por meio de um diálogo interativo com a sociologia, a antropologia e a psicanálise, como suporte para a construção de roteiro, condução dos depoimentos e memória para a constituição do documento final e a fonte produzida.

O método proposto pela história oral forneceu elementos para trazer fatos e acontecimentos que fazem parte da memória em suas peculiaridades, permitindo construir um quadro social que traz à tona as características daquela localidade, por meio das lembranças do grupo. Esta história pode ser considerada elemento importante na construção da "memória coletiva", vista como uma verdadeira corrente, um suporte para a compreensão das impressões que os habitantes da localidade possuem sobre sua história.

Além dos procedimentos metodológicos propostos por Delgado (2006), utilizou-se a experiência descrita por Verena Alberti (2004) em *História oral...*, que auxiliou e orientou as entrevistas na busca de dados que permitissem

identificar como os antigos moradores viam sua comunidade e o que consideravam elementos de sua identidade. Alberti (2004) também demonstrou o conjunto de práticas e cuidados referentes ao tratamento das observações feitas pelos entrevistados.

Quanto aos sujeitos a serem entrevistados, os critérios para participarem da pesquisa foram: serem moradores de Criúva ou ex-moradores com ligação ao distrito, seja por nascimento, seja pelo fato de terem morado no mesmo. Outro critério elencado foi aceitar participar da pesquisa e disponibilizar seus relatos pelo Termo de Livre Consentimento. Assim, o quadro de entrevistados ficou composto por Adelar Bertussi, Aparício Corso, Avelino Corso, Breno Ramos, Celso Schmith dos Passos, Darcy Corso, Docelina Gonçalves, Dorival Fermiano Alves, Eri João Alves, José Luiz Cavalli, Ervino Ramos, Izaura dos Passos Ramos, Jorge Oliveira Rodrigues, Juvenal Cardoso dos Passos, Laídes Nunes Martins, Lourdes Brochetto Ramos, Maria Novello Mazzotti, Natalino Boschetti, Valmor Bertussi e Vera Cioatto.

A amostra foi constituída por 20 sujeitos que aceitaram participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Algumas dessas entrevistas foram realizadas ainda em 2002, quando se começou a estudar acerca de Criúva na Pós-Graduação de História, na Universidade de Caxias do Sul.

A obra, *Usos e abusos da história oral*, de Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (2005), contribuiu com informações acerca da transformação dos dados da pesquisa oral, em *corpus* documental. Além disso, há o apontamento desta como ligação com a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórica.

A partir das memórias da comunidade, foi possível identificar a visão acerca do patrimônio histórico existente na localidade. Nesse sentido, partiu-se da concepção do mesmo, conforme definição a seguir:

> O patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido. A preservação, como toda prática, consiste em ações simbólicas, desenvolvidas em arenas ou situações sociais por sujeitos (indivíduos e instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais. (SHALINS, 1981; GIDDENS, 1984; ARCHER, 1988; BERNSTEIN, 1988 apud ARANTES, 2006, p. 426).

O conceito de patrimônio como construção social permite o exame da história de Criúva, especialmente a partir da oralidade. Revela a presença das principais manifestações culturais que se configuram como verdadeiro patrimônio cultural na região, tendo como parâmetro o que dizem e percebem seus próprios moradores, seja em suas manifestações cotidianas ainda preservadas ou, então, na rememoração de certos eventos e de suas contribuições deixadas em tempos passados.

Delimitação onomástica e o espaço geográfico de Criúva

O espaço geográfico da área, remotamente apontada como transição para os "Campos de Cima da Serra", fez parte de um contexto de parcelamento de terras. Foi dentro desta proposta de ocupação da qual fez parte a região de Criúva, área ligada em princípio à presença lusa e luso-brasileira nas áreas de Serra, no nordeste do Rio Grande do Sul.

A presença lusa considera as levas populacionais que ingressaram no Brasil, em diferentes épocas e circunstâncias, parte originária da área continental do solo português e parte do conjunto de ilhas dos Açores.

Em se tratando do território de Criúva, este em boa parte ligou-se à ocupação territorial calcada no sistema de sesmarias, com a Sesmaria das Palmeiras. (POSSAMAI, 1987). Assim, a região tem suas origens ligadas ao estabelecimento de uma ocupação latifundiária que, ao longo dos anos, marcou a condição da distribuição da terra por um parcelamento agrário com vendas e divisões feitas por recebimento de herança.

A origem do termo *Criúva*, que nomeou o conhecido distrito de Caxias do Sul, no sentido onomástico advém da denominação de uma pequena árvore retorcida e engalharada. Segundo o livro *Vocabulário sul-rio-grandense*, a palavra *Criúva* corresponde a um nome indígena, "árvore da família Ericacea Lecothoe Multifrora D.C. Vaz. Acuminata, que vegeta nos campos; a sua casca é grossa, como uma espécie de cortiça, incombustível. É a árvore dos siriris, conforme diz Dr. João Dutra de Moraes". (CORREA, 1898, p. 151). As imagens a seguir definem melhor o aspecto da árvore de Criúva, elemento vegetal que, ao longo do tempo, foi praticamente extinto:

Figura 1 – Árvore nativa de Criúva em seu meio natural

Fonte: Disponível em: <http://caapua.blogspot.com.br/2008_09_01_archive.html>. Acesso em: 4 jun. 2014.

Figura 2 – Imagem de espécime existente nas escadarias da Igreja Matriz de Criúva

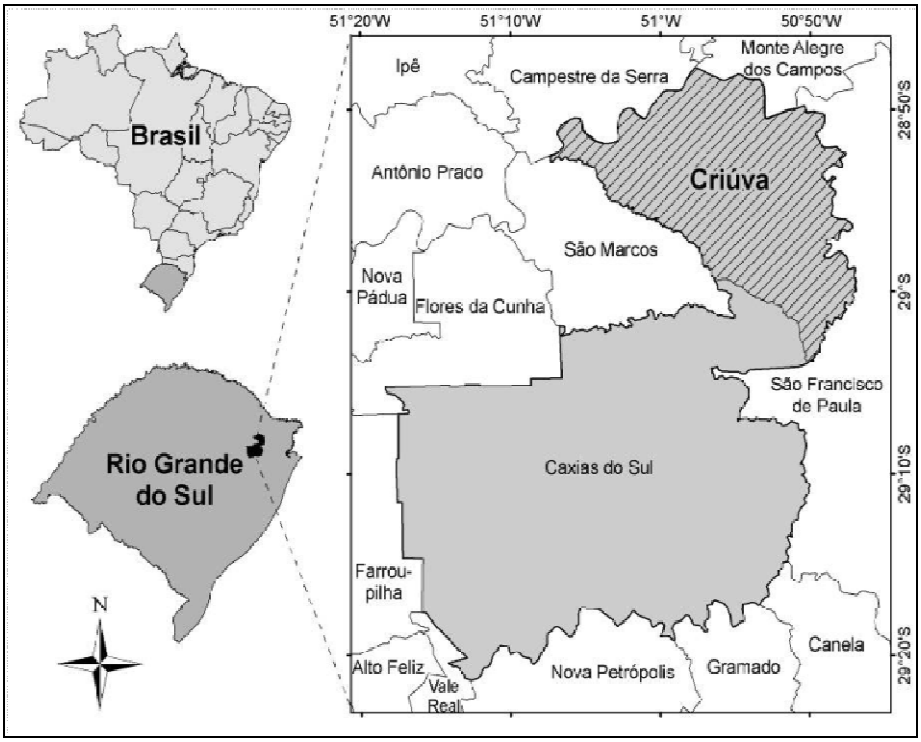
Fonte: Acervo do autor.

Marcada principalmente pela presença de vegetação típica da forma originalmente conhecida como “região da campanha”, ou simplesmente “campo”, Criúva mantém até os dias atuais o nome herdado da sua condição vegetal existente, quando se estabeleceram as primeiras propriedades rurais, ainda na fase das sesmarias e fazendas, bem como das tropeadas – movimento de defesa contra situações de perigo que o caminho apresentava.

Ainda na fase de vinculação do distrito a Santo Antônio da Patrulha, posteriormente a São Francisco de Paula, a região era conhecida pelo nome que se fixou como identificação, devido à enorme quantidade da espécie. Devido à queima de campo, prática adotada em larga escala durante anos, não se pode hoje vislumbrar uma vasta existência, como outrora, desta pequena árvore que, com sua denominação, teria contribuído para a identificação do antigo segundo distrito de São Francisco de Paula.

Criúva apresenta-se como uma área localizada na parte mais a nordeste do Município de Caxias do Sul. No mapa a seguir, pode-se perceber que a região praticamente é um braço do município que avança, até seu ponto extremo norte, na margem do rio das Antas. Além disso, a região encontra-se no Planalto Sul-Brasileiro, Rio Grande do Sul e abrange 457 Km² de área, 28% de uma área de 1588 km² do território pertencente ao município-mãe, situado na localização espacial com latitudes 28°47’S a 29°3’S e longitudes 50°46’W a 51°7’W.

Figura 3 – Mapa localizando a região de Criúva dentro do Brasil, Rio Grande do Sul e do Município de Caxias do Sul



Fonte: Hasenack e Weber (2007).

A região, situada a leste do Município de Caxias do Sul, compõe-se de uma extensa área de campo, cujo principal elemento sempre foi a atividade pecuária, a gramínea que alimentava as tropas no período colonial; na realidade corresponde ao que se indica como transição para os Campos de Cima da Serra.[1]

No que tange à localização,[2] esta área possui uma estreita ligação com a pecuária até os dias atuais. Tem se destacado pela pecuária em regime extensivo, tomada por áreas que, ao longo do tempo, foram sendo divididas. No âmbito da natureza, Criúva apresenta áreas que mesclam formações campestres, originalmente definidas como parte dos Campos de Cima da Serra, e estes apontam inicialmente o campo como área desprovida de matas, na realidade,

[1] Historicamente, os campos distribuídos no Planalto das Araucárias são denominados de Campos de Cima da Serra. O paralelismo desta formação campestre com o Pampa é principalmente fisionômico, uma vez que, no Planalto, o regime pluvial é mais intenso e uniforme, com temperaturas mais baixas e com alta frequência de geadas. (LEITE, 1990 apud MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 20).

[2] A expressão Campos de Cima da Serra corresponderia, conforme dados estabelecidos desde 1896 no Anuário do Estado do Rio Grande do Sul, de Graciano Azambuja, que aponta estudos do tenente-coronel José da Victoria Soares d'Andrea, a latitude de 27º30' Norte e longitude 53º50' Oeste. (MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 20).

uma diversidade de formações vegetais de caráter arbustivo.[3] Marchett (2011) estudou a vegetação presente na região de Criúva e a descreve como:

> [...] constituída por grandes extensões de formações campestres caracterizadas pela presença do capim-caninha (*Andropogon lateralis*), espécie dominante que confere o aspecto amarelado desta formação no período de inverno. Os campos são interrompidos por capões e matas ripárias e constituem uma situação rara, no mundo, em termos de associação de mata de araucária e campo natural (Boldrini, 2009). De acordo com o mapa das unidades de vegetação do Rio Grande do Sul (IBGE, 2004), são reconhecidas duas formações campestres para a região nordeste do Estado: estepe gramíneo-lenhosa e estepe parque. (MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 21).

Ainda sobre a formação geográfica de Criúva, os estudos indicam que a mesma apresentou facilidades para o desenvolvimento da pecuária, o que se comprova com a afirmação acerca da natureza de suas atividades produtivas:

> Os campos do Rio Grande do Sul destacam-se quanto ao seu uso econômico. As extensas pastagens encontradas pelos colonizadores europeus possibilitaram a criação de um grande número de bovinos, equinos e ovinos ao longo dos últimos séculos. Esta atividade caracterizou um dos principais ciclos econômicos do Estado durante o século XIX, o Ciclo das Charqueadas. (LINDMAN, 1906 apud MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 21).

Considerando as condições naturais daquele território, a realidade de Criúva ligou-se ao estabelecimento de métodos do uso da terra, mantidos pelos antepassados.

> A pecuária utilizou por mais de cem anos o manejo por queimadas no final de cada inverno ou a cada dois anos, com o intuito de propiciar o rebrote da vegetação que será utilizada na alimentação do rebanho bovino na primavera e verão (BOLDRINI, 2009). Técnicas de manejo, como o pastoreio e o fogo, aparecem como essenciais para a manutenção dos campos (QUADROS & PILLAR, 2002). Atualmente, a atividade da pecuária vem sendo substituída pela agricultura e a silvicultura, porém, permanece como um dos principais elementos da economia do Estado. (MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 1, citações do autor).

[3] Lindman (1906), que esteve no RS entre 1892 e 1893, foi um dos primeiros autores a sugerir uma classificação sistemática para os campos. O botânico sueco sugeriu a utilização da palavra "campos" na geografia botânica do Estado, para designar áreas desprovidas de mata. Este naturalista salientou a diversidade destas formações e sugeriu uma caracterização dos 15 campos, através de uma análise fisionômica, separando-os em campos subarbustivos ou sujos, campos paleáceos e gramados ou potreiros. Rambo (1956), na sua obra *A fisionomia do Rio Grande do Sul* sugeriu a classificação da vegetação do Rio Grande do Sul em cinco regiões fisionômicas: Litoral, Serra do Sudeste, Campanha do Sudoeste, Depressão Central e Planalto. Os campos de altitude foram situados na região do Planalto, enquanto as formações do atual bioma pampa distribuem-se nas demais regiões fisionômicas. (MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 20).

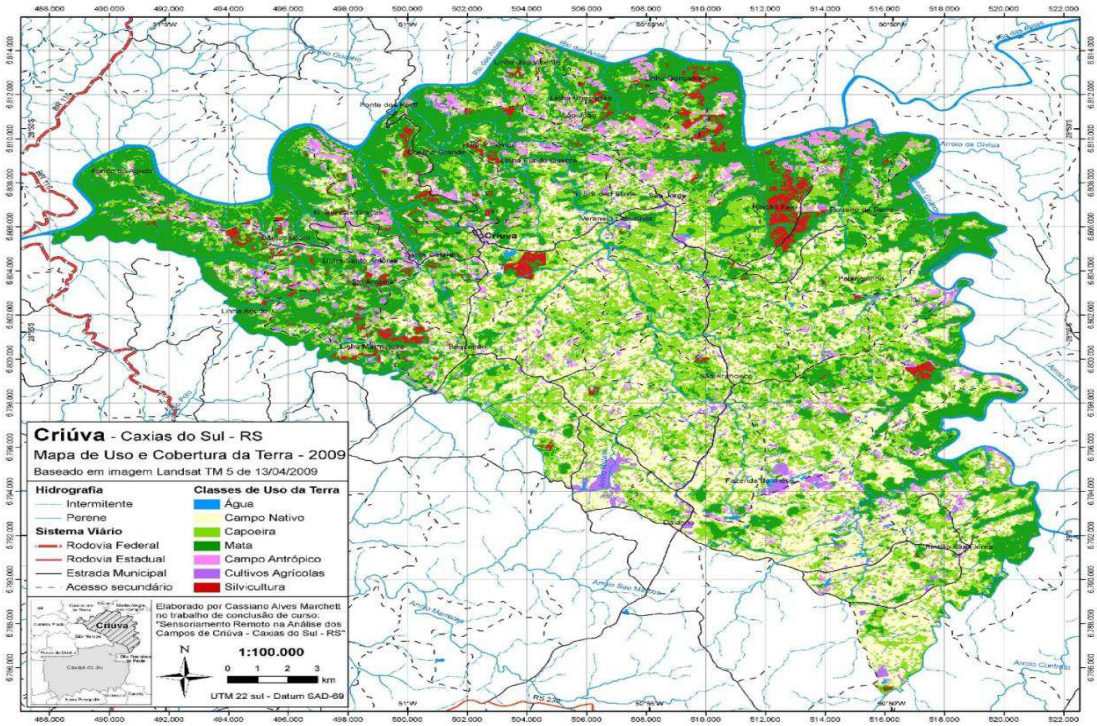
Assim, pode-se verificar em Criúva o uso da terra, a manutenção da pecuária como atividade econômica e a substituição por novas culturas, como a agricultura e a silvicultura, aspectos que pesam inclusive sobre novas alterações nos hábitos regionais.

No que tange às áreas limítrofes do Distrito de Criúva, uma descrição detalhada apresenta ao norte o referido rio das Antas, que separa o município-mãe, Caxias do Sul, do Município de Campestre da Serra. Mais ao nordeste, o rio das Antas serve de limite aos Municípios de Monte Alegre dos Campos e São Francisco de Paula, e a noroeste novamente o município de Campestre da Serra. No sentido sul/sudoeste, encontra-se o Distrito de Vila Seca. Mais a sudeste, percorrendo o limite com o Município de São Francisco de Paula, encontra-se o arroio Bento e sua confluência com o rio Bururi ou Lageado Grande. A sudoeste, identifica-se o limite estabelecido pelo rio Timbori ou arroio Ranchinho, e a Ponte Farroupilha é o limite oficial entre a localidade de Criúva, em Caxias do Sul e o Município de São Marcos; da mesma forma, a oeste o limite continua sendo o rio Timbori, em relação ao Município de São Marcos.

A partir dos limites de Caxias do Sul, verifica-se que o distrito encontra-se numa situação fronteiriça entre o município-mãe e os municípios vizinhos, e sua posição faz parte da chamada "Encosta Superior do Nordeste" e as áreas que, historicamente, eram designadas de "Campos de Cima da Serra".

No Distrito de Criúva, é possível identificar a presença de elementos naturais variados, em especial, perceber a abundância de áreas não só de campo, mas também de uma cobertura vegetal com um conjunto de elementos atrativos para a presença humana. O mapa abaixo (2009) retrata a cobertura da terra do Distrito de Criúva. Nele, é possível identificar a existência de vários mananciais de água, aspecto que também serviu para favorecer a fixação populacional e a exploração econômica.

Figura 4 – Mapa da cobertura vegetal de Criúva e sua exploração



Fonte: Marchett; Scur e Ahlert (2011, p. 51).

Capítulo 1

O Rio Grande do Sul e o caminho ao atual distrito de Criúva: contexto geográfico e histórico

1.1 A ocupação e conquista do território rio-grandense

A presença lusa no atual território brasileiro está relacionada ao período das chamadas Grandes Navegações, também denominado de processo da expansão marítimo-colonial europeia do século XV; assim, economicamente, colocaram-se em prática os princípios mercantilistas que foram efetuados pela Península Ibérica, no caso Espanha e Portugal.

Na época, o processo de expansão territorial com as terras descobertas e aquelas a serem descobertas foi legitimado e apoiado pela Igreja Católica que, por meio da assinatura do Tratado de Tordesilhas, referendou como deveria ser organizada a partilha:

> Em junho de 1494, com um tratado assinado na cidade espanhola de Tordesilhas, garantiam-se para Portugal as terras e as águas a leste de um meridiano traçado a 370 léguas a ocidente das Ilhas de Cabo Verde. O diploma entregava a Portugal o controle do Atlântico meridional e, portanto, o caminho africano das Índias. No tratado, a Espanha comprometia-se a não se intrometer no Atlântico sul. É provável que a Coroa lusitana já tivesse notícias certas sobre terras naquela região. Nesses anos, teria sido tentada, igualmente sem sucesso, a chegada às Índias. A documentação muçulmana registra uma frota enviada por Dom João II, em grande segredo, que teria naufragado em 1494-95 no Canal de Moçambique. (MAESTRI, 1993, p. 32).

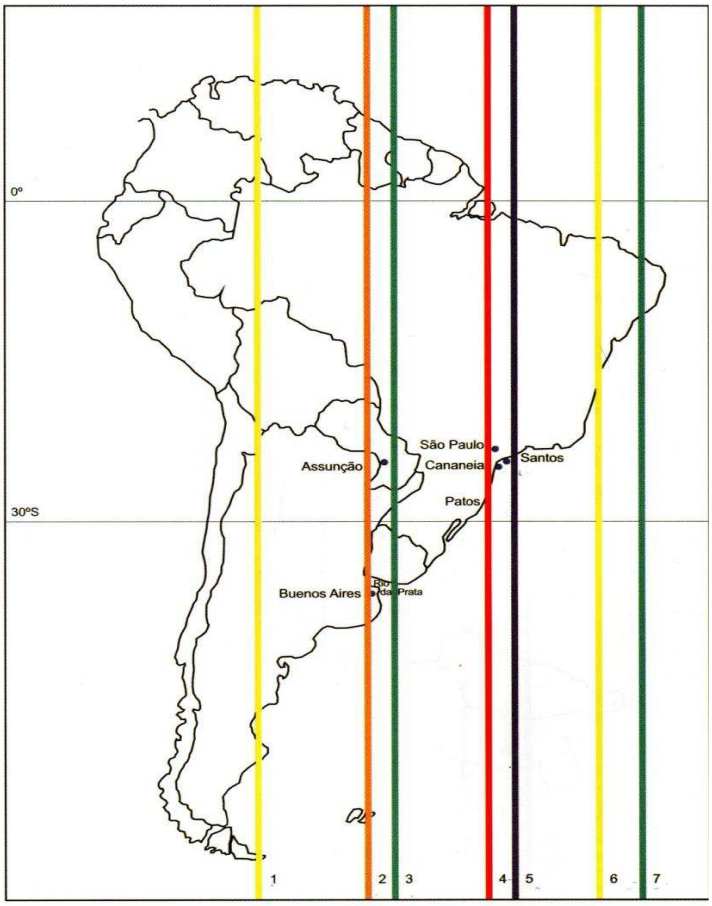
Entretanto, segundo Garcia (2010), sempre existiriam dúvidas sobre os reais limites entre as duas coroas no Novo Mundo. O autor aponta a existência de algumas imprecisões no Tratado de Tordesilhas, quando observa que

> deixou de mencionar a partir de qual das ilhas de Cabo Verde começaria a contagem das trezentas e setenta léguas e, também, a medida dessas léguas. A distância entre os extremos do arquipélago, na Ilha de Boa Vista, ao leste, e na de Santo Antão, a oeste, é de cerca de 2º40', ou seja, a importante distância de cerca de duzentos e noventa quilômetros. Quanto às léguas, na época do tratado, correspondiam elas a diversas e inúmeras medidas, de acordo com cada país e cultura, na verdade, até com cada piloto. Nessas condições, o texto combinado não deu meios para que se calculasse com facilidade por onde passava o meridiano que dividia o mundo entre

> portugueses e espanhóis. Essas imprecisões condicionarão a impraticabilidade de suas disposições. Além disso, na época do tratado, não se sabia marcar com precisão a longitude (os meridianos). (CACCIATORE, 2010, p. 30).

A imprecisão apontada pelo autor talvez ajude a explicar algumas das disputas territoriais entre as Coroas ibéricas, no denominado Novo Mundo, bem como a própria investida lusa em direção ao Sul do continente americano, no século XVI. Assim, os primeiros contatos no solo da América Meridional e as querelas daí resultantes foram efeito das imprecisões identificadas no Tratado de Tordesilhas, além de interesses econômicos e políticos.

Figura 5 – As possibilidades de Tordesilhas



Fonte: Garcia (2010).

A partir da imagem acima destacada, é possível identificar as referidas imprecisões deixadas pelo Tratado de Tordesilhas, o que ajuda a observar que, provavelmente, a legitimidade política sobre o território não promovia um contexto de tranquilidade. Para além das discussões acerca dos limites territoriais entre as Coroas ibéricas, antes de sua chegada ao Novo Mundo, não se pode deixar de destacar que as "Grandes Navegações" efetivavam práticas imperialistas que ignoravam que o mesmo já era ocupado anteriormente por diferentes grupos sociais. Tal contexto imperialista merece atenção quando se analisa a ocupação territorial que foi realizada pelos europeus, pois, segundo a historiografia, destaca-se a abordagem que trata da existência de uma:

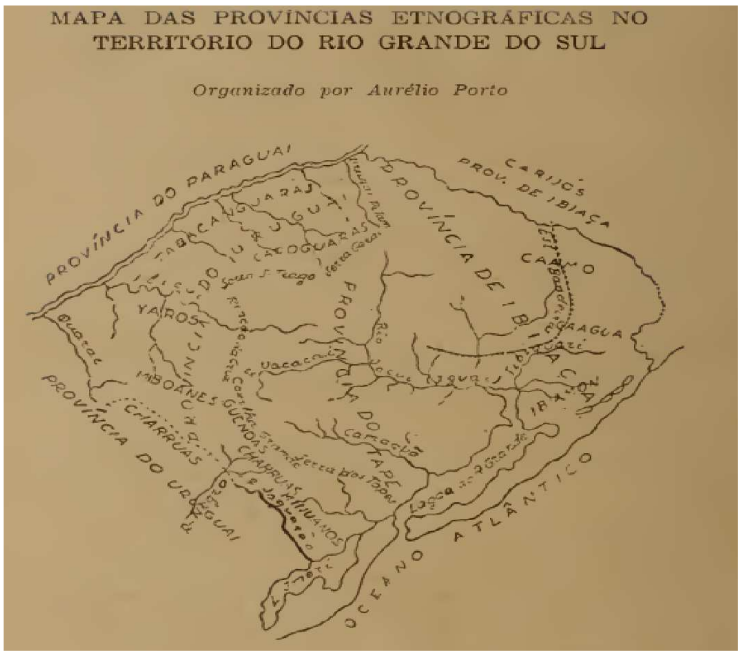
> documentação etnológica e linguística que nos deparam demoradas pesquisas, serem os silvícolas que povoaram o continente sul até o Rio da Prata, antes da invasão tupi-guaranítica, em tempos pré-históricos, originários de um tronco comum. Estabelecida a grande corrente migratória com que se derramaram para o Sul e Oeste, estes povos foram subjugando outros, legítimos autóctones. (PORTO, 1954, p. 37).

Nesse sentido, os denominados indígenas foram os primeiros habitantes do continente americano, quando promoveram a ocupação primitiva de todo território brasileiro e, especialmente, do espaço rio-grandense. O legado cultural dos diferentes grupos hoje pode ser recuperado em parte por meio de um "inventário dos laços étnicos", elementos que não foram respeitados pelo europeu que, movido pelo interesse mercantilista, proporcionou a exploração, a dizimação e a escravidão indígena.

Identificados como "autóctones",[4] os primeiros habitantes do território americano foram acometidos por ondas ou "correntes migratórias" (PORTO, 1954), que determinaram a sua descida na Amazônia. Naquele contexto, os denominados guaranis eram constituídos por diferentes grupos na época da chegada europeia, por exemplo, Tapes, Arachás e Carijós. (KÜHN, 2011). A partir destas migrações, é possível determinar que a história do espaço rio-grandense realmente remonta fases anteriores à presença europeia.

[4] É o grupo Jês, "de povos etnograficamente muito singulares que, de caráter sobremodo arcaico, mais que todos os outros dessa região, merecem ser considerados autóctones". [...] Estiveram geograficamente derramados por toda a metade oriental do Planalto brasileiro desde seu declive ao Norte, marcado pelas últimas cabeceiras do Xingu e do Tocantins, até de 30º Sul; para o poente até o Alto Xingu, não alcançaram, em compensação, o vale do Amazonas. (PORTO, 1954, p. 39).

Figura 6 – Povoamento autóctone do Rio Grande do Sul



Fonte: Porto (1954).

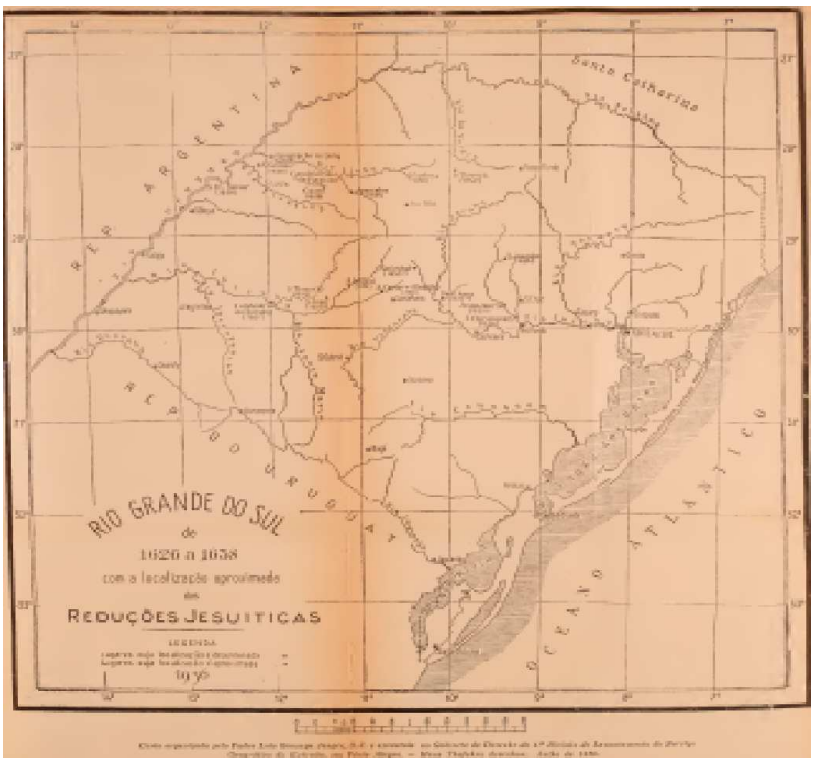
Conforme as considerações de Porto (1954), torna-se possível identificar segundo a representação gráfica acima, que

> o território do actual Estado do Rio Grande do Sul estava em grande parte povoado por indígenas oriundos de três grandes grupos raciais perfeitamente distintos, que podem ser identificados pela diversidade de seus caracteres somáticos. Eram os caáguas talvez os últimos representantes da raça primitivíssima dos sambaquis do sul; os guaianás, os tapes e os guaicurus do sul, sendo que os tapes, embora parecendo provir de origem diversa, apresentavam, pela língua e pelos costumes, traços indeléveis de remota guaranização. (PORTO, 1954, p. 48).

Porto destaca que os jesuítas exerceram papel pioneiro no reconhecimento do território que, mais tarde, seria em parte pertencente ao atual Rio Grande do Sul, no momento que buscaram entrar em contato e reconhecer os diferentes agrupamentos indígenas. Segundo Porto (1954), o padre Cristóvão de Mendoza teve papel destacado no processo, quando, ao entrar na região do Tape,

> fundou São Miguel [...] É, nessa ocasião, de volta do Caágua, onde consegue impor-se aqueles selvagens primitivos e simples que, junto ao arroio de Ibia, é martirizado e morto pelos ibianguaras, tribo dos ibiraguaras, que dominam a província de Ibiaça. Grandioso como sua vida foi seu martírio, junto ao arroio de Ibia, local que se pode identificar nas proximidades do rio Piaí, município de Caxias do Sul, paróquia de Santa Lúcia do Piaí, na região da serra do Nordeste. (PORTO, 1954, p. 112).

Figura 7 – Distribuição das reduções jesuíticas



Fonte: Porto (1954).

Apesar de apresentar uma visão funcionalista e reducionista do encontro (confronto) do europeu com o denominado indígena, em que as principais vítimas foram aquelas que representavam os interesses da Península Ibérica, o autor destaca o papel das reduções como sendo impeditivo da escravização daqueles grupos sociais. Porto acusa a ação dos vicentinos em promover grande parte da desestruturação daqueles grupos, pois os interesses nas "populações reduzidas" [5] era apenas comercial, ou seja, visava ao lucro. Porto aponta que as bandeiras:

> Quase todas são dirigidas ao sul, principalmente contra os carijós. [...] Outro rumo, porém, tomam logo as bandeiras paulistas. Ampliando a acção catequista, haviam os Jesuítas estendido as suas aldeias até Guairá, no actual estado do Paraná, onde contavam já com reduções florescentes. Por esse caminho, à cata de índios, palmilhava Fernão Pais de Barros (1611), que teve a sua bandeira quase completamente destroçada. (PORTO, 1954, p. 123).

[5] A expressão "populações reduzidas" reporta-se ao contingente de nativos (índios que estavam sob proteção e/ou domínio dos jesuítas dentro das estruturas do que comumente se denominou de Reduções Jesuíticas, considerando o papel da catequização e organização da vida nestes locais. (PORTO, 1954. p. 113).

Na procura de identificar a presença lusa e luso-brasileira, no atual espaço do Rio Grande do Sul, pode-se inferir, de acordo com a historiografia, o período da União Ibérica, 1580-1640. Durante a União Ibérica todo o território americano ficou sob o comando e a soberania, unicamente, da Coroa espanhola, o que anulou as determinações territoriais imprecisas do Tratado de Tordesilhas. Acredita-se que tal contexto contribuiu e estimulou trocas de interesses e necessidades entre as sociedades provenientes do mundo colonial.

Durante a União Ibérica, os lusos e luso-brasileiros tiveram necessidade de substituir a mão de obra escrava proporcionada pelo tráfico negreiro. Na época, os escravos provenientes do território africano eram utilizados fundamentalmente como mão de obra nas lavouras de cana de açúcar. Nesse sentido, foram organizadas as denominadas "entradas e bandeiras", com o apoio espanhol e luso na qual visavam substituir a escassez da escravidão negra pela mão de obra indígena. Parte da historiografia aponta que tal feito contou, inclusive, com a ajuda e intermediação dos próprios chefes indígenas, que se desviavam das práticas tradicionais e buscavam vantagens com a acumulação de poder e riqueza. (KÜHN, 2011, p. 10).

A ação bandeirante dissolveu as organizações nativas, mesmo que os nativos contassem com a ação missionária jesuítica em seu favor, como foi o caso de Guairá e Tapê. Os bandeirantes, após liquidarem com a população nativa, no Litoral de Santa Catarina, através das malocas, expedições paulistas de caça aos índios, passaram a devastar a região de Guairá. (FLORES, 2006, p. 23).

No Tapê, a ação paulista bandeirante não foi menos agressiva, pois estavam interessados em mão de obra especializada, com conhecimentos agrícolas e profissões tais como: carpinteiro, marceneiro, oleiros, tecelões, ferreiros e pedreiros. Tal processo de obtenção de trabalhadores encerrou o bandeirismo, a partir da restauração de Portugal em 1640 e o restabelecimento de Tordesilhas.

A existência missioneira ainda passou pelo estabelecimento dos Sete Povos, que ganhou espaço com o início da redução de S. Francisco de Borja em 1682; era a fase missioneira denominada de Sete Povos – São Francisco de Borja, S. Luís Gonzaga, S. Lourenço Mártir, S. Miguel Arcanjo, S. Nicolau, S. João Batista e Santo Ângelo. (FLORES, 2006, p. 28). Da condição descrita anteriormente, cabe especial referência o fato de que as dezesseis reduções do Uruguai e do Tape,

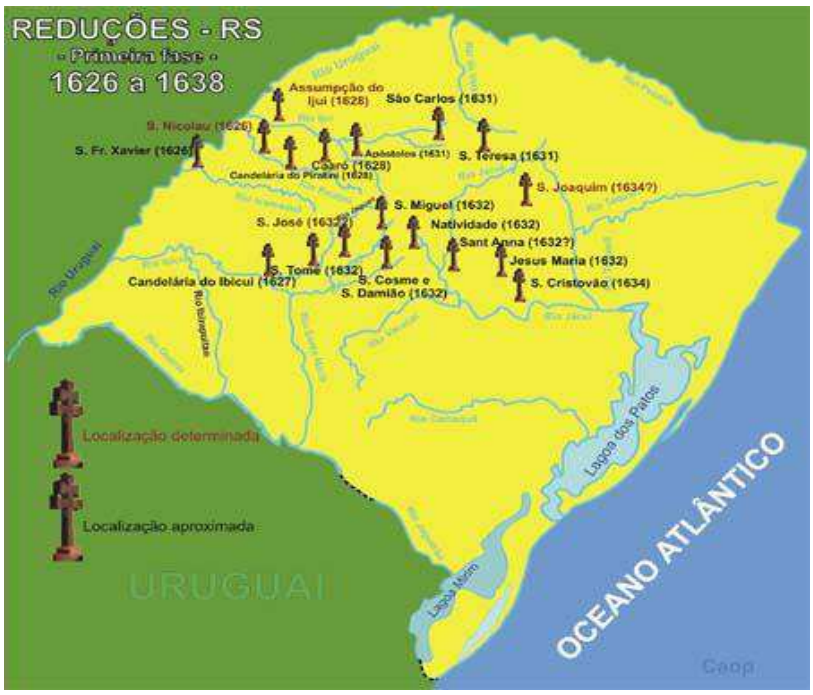
fundadas por padres espanhóis, foram destruídas pelos bandeirantes que estavam ávidos por escravos para o trabalho em São Paulo e também no Nordeste. (KÜHN, 2011, p. 38).

Quanto ao espaço missioneiro, cabe dizer que este compunha um vasto espaço do território sulino, alvo de vários interesses dos reinos ibéricos, conforme aponta o conjunto de imagens a seguir. Esta região teve várias configurações geográficas.

Figura 8 – Reduções de Guairá (1610-1628)

Fonte: Site da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/Image/missoes_gruaranis/mapa_parana.jpg>. Acesso em: 31 dez. 2015.

Figura 9 – Reduções do Tapê (1626-1638)



Fonte: Blog do Probst. Disponível em: <http://www.probst.pro.br/images/mapas/reducoes 1fase_450.jpg>. Acesso em: 31 dez. 2015.

Desse modo, O I Ciclo das Missões Jesuíticas, 1626-1641, que constituíam um total de dezesseis reduções, localizadas nas terras do Uruguai e do Tape, fundadas por padres espanhóis, foram totalmente destruídas pela ação escravagista dos bandeirantes, no período da União Ibérica. (KÜHN, 2011, p. 38).

O período da União Ibérica apontou à sociedade colonial algumas vantagens comerciais que podem ser elencadas, quando os lusos e luso-brasileiros, com o apoio da Coroa portuguesa, fundaram às margens do rio da Prata a denominada Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680. A manutenção da Colônia do Santíssimo Sacramento, às margens do rio da Prata, representou grande parte do interesse luso em manter o lucrativo comércio, por meio do contrabando com Buenos Aires.

Segundo a historiografia (FLORES 2006; GARCIA, 2010; KHÜN, 2011), os lusos forneciam produtos do couro, peixe, marmelada, tecidos, utensílios, açúcar e negros escravos, que eram pagos a peso de prata. Este último ocasionava, consequentemente, sangria ao cofre espanhol, afinal, em função do pacto colonial, este tipo de atividade comercial não era permitida.

A situação narrada anteriormente era alimentada e contava com certa especialização, a partir do interesse vindo da colônia luso-brasileira, conforme aponta a procedência de determinados gêneros:

> Do Rio de Janeiro os navios traziam tecidos, alimentos, ferramentas, escravos, madeiras, ferro, aguardente, pólvora, arame e vinho. Da Bahia vinha o sal, importante para a salga da carne e do couro. As autoridades da Colônia do Sacramento faziam o contrabando com Buenos Aires, que era apenas um porto militar, proibido de receber navios mercantes, contando com a corrupção das autoridades espanholas. A Colônia do Sacramento transformou-se num forte empório do comércio do couro na região platina. (FLORES, 2006, p. 35).

É importante destacar que o estabelecimento do pacto colonial foi uma tentativa da Coroa espanhola de controlar econômica e politicamente suas colônias, o que não impediu que, na prática, ele fosse questionado ou mesmo subvertido pelo contrabando, como se percebe nas colocações anteriores.

Figura 10 – Localização da antiga Colônia do Sacramento, adaptação e localização via satélite

Fonte: Moreira (2009).

Figura 11 – Mapa esquemático da América do Sul, com a projeção do Meridiano de Tordesilhas, de acordo a interpretação de diferentes geógrafos

Fonte: Moreira (2009).

A manutenção da Colônia do Santíssimo Sacramento, no século XVII, pelos lusos e luso-brasileiros às margens do rio da Prata contribuiu para dar início à denominada "terra de fronteira" (TARGA, 1996), que, segundo Possamai (2010):

> Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na época da União Ibérica, assim como da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata. Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista eram os portugueses. A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África foram os principais fatores de preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires durante a União Ibérica. Essas vantagens levaram os portugueses a investir num entreposto no Prata. (POSSAMAI, 2010, p. 23).

A Colônia do Santíssimo Sacramento ajudou que os supostos limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas fossem alargados, pois, para a manutenção daquele entreposto comercial, houve a necessidade de avançar e, consequentemente, conquistar e ocupar um território que não lhe pertencia. Nesse sentido, a partir de São Paulo é possível identificar o avanço do que veio mais tarde constituir o território do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Naquele contexto, ocorreu então não apenas o avanço, mas a ocupação do atual território rio-grandense, em especial, associado aos interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro (POSSAMAI, 2010), que, na realidade, era constituído pela prática de contrabando.

A manutenção do poder luso sobre a Colônia do Santíssimo Sacramento também exigiu o recrutamento constante de soldados, nas diferentes regiões brasileiras e, inclusive, de Portugal. Segundo Possamai (2004), tal prática era realizada pelo:

> [...] alistamento compulsório dos degredados do Reino e dos desclassificados da colônia era absolutamente necessário para a manutenção do efetivo das tropas coloniais, já que os constantes atrasos dos soldos e a violência do cotidiano militar eram motivos suficientes para afastar voluntários. Por sua vez, os privilégios concedidos pela Coroa às ordens religiosas e as determinadas profissões, as quais se incluía a isenção do serviço militar, tornou extremamente penosa a função do recrutamento. (POSSAMAI, 2004, p. 7).

A heterogeneidade dos efetivos que foram empregados sempre foi uma constante, tendo ainda se verificado o recrutamento de pessoas chegadas ao Brasil em situação irregular.[6] (POSSAMAI, 2004, p. 8). Segundo o autor, a entrada de clandestinos foi constante ao longo do período colonial brasileiro. É possível identificar, por exemplo, que, em maio de 1735, José da Silva Pais, na época governador interino do Rio de Janeiro, informou à Coroa sobre a chegada de duas embarcações vindas das ilhas Terceira e Faial, nos Açores, quando diz:

> Como a maior parte dos que chegavam não possuía passaporte, Silva Pais tratou de impedir a passagem para Minas Gerais dos que não tinham sido chamados pelos pais ou parentes ou que tivessem uma forte razão para prosseguir a viagem. Os homens capazes para o serviço foram enviados para

[6] Conforme Possamai, "a lei de 20 de março de 1720 impedia o embarque para o Brasil de pessoas sem passaportes. Contudo, ela não conseguiu cumprir seu intento de restringir a emigração dos portugueses, já que havia um grande desleixo na fiscalização dos navios, especialmente no Porto [...]". (POSSAMAI, 2005, p. 8).

> Colônia, para onde o governador já havia mandado vinte e sete no decurso de dois meses. Contudo, quando se tratou de enviar um casal com dois filhos, Silva Pais teve de enfrentar o provedor da Fazenda Real, que não concordou em pagar suas passagens, como convinha aos que partiam como povoadores. (POSSAMAI, 2004, p. 9).

Desse modo, segundo o Tratado de Tordesilhas, apesar do atual território rio-grandense não pertencer teoricamente à Coroa de Portugal, foi a instalação da Colônia do Santíssimo Sacramento que contribuiu para reforçar o avanço em direção ao extremo sul do território brasileiro, principalmente em função dos interesses estratégicos e econômicos de ter sido localizada em frente a Buenos Aires. Consequentemente, a presença lusa na Colônia do Santíssimo Sacramento também contribuiu para acentuar os conflitos entre as coroas ibéricas e, principalmente, a necessidade de soldados em prontidão, com o objetivo de defender a denominada praça comercial.

É possível observar a constituição da denominada "terra de fronteira" pelo avanço luso em direção ao extremo sul que, ao percorrer a faixa litorânea, foi aos poucos fundando as vilas de Paranaguá (1648), São Francisco do Sul (1658), Curitiba (1668), com a entrada do paulista Lourenço Castanho Taques e Laguna (1684) por Domingos Brito Peixoto. (HOLANDA, 2001, p. 454).

Entretanto, após a instalação lusa em Laguna, o passo seguinte foi continuar o avanço por terra, em função do litoral baixo e arenoso. No avanço, temos a atuação dos lusos Cristóvão Pereira e Francisco de Souza Farias. Segundo a historiografia (FLORES, 2006), foi após a fundação de Laguna que o avanço luso não ocorre mais exclusivamente pelo litoral, pois começam a se abrir novos caminhos por terra. Nesse sentido, a busca pela mão de obra para as plantações levou os lusos, durante a União Ibérica, a realizarem incursões sobre o Sul do atual território do Brasil, conforme colocação de Porto:

> A primeira bandeira que assola o território rio-grandense, ainda sob o comando do grande Raposo Tavares, nele penetra em fins de 1636[...] O erudito historiador paulista Dr. Alfredo Ellis Júnior, assinala o ano de 1635 para a penetração da primeira bandeira Piratininga nos sertões do Rio Grande do Sul, tendo como chefe o ousado bandeirante Fernão de Camargo o Tigre. Aceitando essa assertiva, o mestre do bandeirismo Dr. Afonso d'E Taunay, em sua obra monumental, transcreve largamente o trabalho do Dr. Ellys, que recebe, assim, o consenso do notável historiador das Bandeiras. (PORTO, 1954, p. 125).

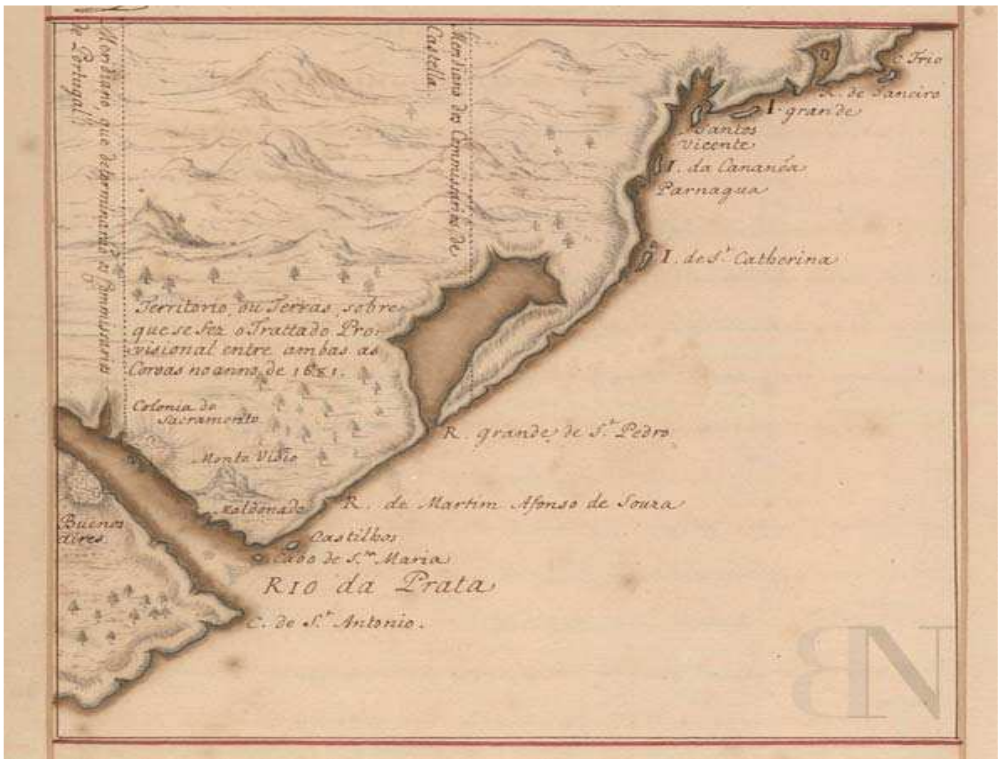
Como se vê a movimentação apontada anteriormente sinaliza o interesse luso pela expansão sobre o território do Rio Grande do Sul. Estas bandeiras expressam a ação bandeirante paulista atrás de escravos e explicitam a localização destas, colocando no mapa da então colônia lusa a perspectiva de buscas pelo sertão, desta área ao sul, que justificassem a expansão colonial.

Com o estabelecimento deste contato, deu-se sentido inicial ao deslocamento para o território do Rio Grande do Sul, uma vez que a Coroa portuguesa estabelecia futuras possibilidades de negócio. Esse fato se confirmou com o avançar do tempo e foi justificado pelos números: "de 1626 a 1637, cerca de 70 a 80 mil almas tenham sido levadas da região dos Patos pelos paulistas". (KÜHN, 2011, p. 10).

Como forma de restrição da ação paulista, as reduções colocaram-se no caminho da escravização e como defesa dos povos nativos, que, em seus aldeamentos, poderiam ter maior segurança. Ainda que esta fosse momentânea, os interesses escravistas aumentaram devido à ação paulistana, no decorrer do século XVII.

A representação geográfica a seguir expressa a delimitação do espaço geográfico e do palco de disputas que se travaram entre os interesses sobre o sul diante do processo de expansão conforme o mapa:

Figura 12 – Mapa da Área sulina fruto das conflagrações entre Portugal e Espanha



Fonte: Disponível em: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/023/023_at228_1_fl128.jpg>. Acesso em: 31 dez. 2015.

Desde os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento na região em 1682, estes alimentados pela Guerra da Sucessão Espanhola de 1701-1714 (POSSAMAI, 2004, p. 2), bem como o ato que criou, a partir da Região Sul, a fundação de Rio Grande em 1737:

> Os territórios atualmente ocupados pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo Uruguai eram, ainda no século XVIII, uma terra de ninguém entre as regiões ocupadas pelas colônias americanas dos Impérios Português e Espanhol. O gado selvagem que aí se multiplicava passou a ser disputado em função de dois ·epicentro: o comércio exportador de couro (e de outros derivados do gado) de Buenos Aires e de Montevidéu e a demanda de animais de corte e de transporte dos mineradores da região do hoje Estado de Minas Gerais. A luta entre os dois epicentros pelo usufruto dos rebanhos levou a formação de bandos armados de predadores de gado pelas duas facções. As planícies e o gado do Sul da América Latina tornaram-se objeto de disputa entre populações que pertenciam a formações históricas diferentes. (TARGA, 1996, p. 20).

Merece especial atenção o desenrolar dos anos de 1735-37, no espaço da Colônia do Santíssimo Sacramento, momento em que se deflagra o que veio a se denominar de "campanha de guerra", seguido por uma continuidade com o "Campo de Bloqueio". (PRADO, 2002). Foi justamente a situação descrita anteriormente que define:

> Durante os ataques, a maior parte das estruturas existentes nos arrabaldes da Praça foi destruída. Muitos casais ilhéus, assim como particulares habitantes da área agrícola transferiram-se para o local onde, em 1737, fundou-se o forte de Jesus Maria José, futura vila de Rio Grande. Maria Bertulini Queiroz indica que algumas famílias transferiram-se da Colônia para Rio Grande. Pode-se inferir que muitos habitantes tenham passado a viver na campanha, mais internalizados nas terras das Majestades Católicas – desses não encontramos, até o momento, documentos que nos indiquem seus destinos. Aurélio Porto indica que nesse momento "vários retirantes" de Colônia transladaram-se para o novo presídio do Rio Grande. Enfim, parte da população e das lides agrícolas e pecuária antes vinculadas à Colônia agora passariam a se desenvolver desde o Rio Grande. (PRADO, 2002, p. 121).

Assim, abriu-se espaço para a possibilidade de organização do espaço rio-grandense, condição que ganhou atenção a partir da inclusão de lusos e luso-brasileiros nos planos da Coroa portuguesa, como garantidores da conquista do território meridional. Afinal, este contingente populacional, que já estava na Colônia do Santíssimo Sacramento, ocupou outros espaços.

1.2 A conquista e a organização do espaço rio-grandense

A entrada dos lusos e luso-brasileiros, no atual Rio Grande do Sul, não será utilizada apenas como um trampolim de apoio à Colônia do Santíssimo Sacramento. A ocupação vai interferir na própria organização do espaço territorial, por meio da concessão de sesmarias. A primeira sesmaria foi concedida em 1731 a Manoel Ribeiro, no rio das Conchas (Tramandaí). Esta expressava o início da "incorporação legal do nordeste do Rio Grande do Sul para a Coroa portuguesa". (BARROSO, 1992, p. 37).

Vários autores abordam este tema, como Pesavento (1984), Flores (2006) e Kühn (2011), relatando que a ocupação e conquista do atual RS vai inaugurar a atividade econômica relacionada à presença do tropeiro. Este será responsável por realizar, através de suas atividades, a integração dos Campos de Viamão com

as regiões mineradoras do sudeste colonial. Segundo Kühn (2011, p. 46), com a passagem das tropas, um comércio lucrativo também levou a Coroa, anos mais tarde, a estabelecer os registros; em 1734, nas regiões de Curitiba, Sorocaba e Viamão, a partir da "Guarda Velha" de 1737, este último foi efeito de abertura ao Caminho do Sertão.

Quanto à ocupação do espaço interessa destacar que foram as sesmarias que deram origem às grandes propriedades para além da área meridional do território. Segundo Albeche (2002), a distribuição da terra por meio da sesmaria, teoricamente, era o modelo de ocupação estabelecido. As sesmarias eram instituídas seguindo a Lei de Sesmaria, que dava "teoricamente, ao sesmeiro o domínio sobre uma área territorial de três léguas de dimensão por uma de largura, ou seja, uma superfície de 10 a 13 mil hectares". Essa representava um caráter de troca de favores, que garantia para a Coroa a satisfação dos seus interesses, por meio da defesa de um território que não lhe pertencia e, ao sesmeiro, além da obtenção da terra, o exercício das relações de mando e poder. Tal relação permitiu que aqueles que ocupavam as altas posições militares fossem agraciados com a distribuição de terras. (RÜDIGER, 1965).

Os conflitos pela posse da Colônia do Santíssimo Sacramento, a distribuição de sesmarias e o contrabando decorrente da presença lusa no atual RS colocaram em xeque o domínio político espanhol sobre o território, levando-a a inaugurar o contexto de uma série de tratados que definissem os domínios territoriais das coroas ibéricas. Nesta conquista e organização do espaço rio-grandense, outro componente importante foi o Tratado de Limites de 1750. Este foi o primeiro que estabeleceu a divisão territorial entre as duas Coroas, através de uma demarcação com critérios mais precisos, conforme aponta Flores:

> Estando casados o rei de Espanha com a princesa portuguesa e o rei de Portugal com princesa espanhola, os diplomatas de ambos os reinos negociaram a troca da Colônia do Santíssimo Sacramento por terras equivalentes. O brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário do Conselho Ultramarino orientou o Tratado que, pela primeira vez adotou os limites naturais como fronteiras e o reconhecimento do *uti possidetis*, em que cada parte ficava com o território que estivesse ocupando. (FLORES, 2006, p. 45).

Assim, dentro das tratativas de divisão territorial, o espaço missioneiro se transformou em uma espécie de barganha entre as coroas lusa e espanhola, conforme descrição:

> Realizado em 13.1.1750 entre Portugal e Espanha, ao manter a linha de Tordesilhas, por causa dos avanços territoriais portugueses em direção ao oeste. Para regular o comércio entre as duas nações, desejava Portugal introduzir açúcar e cacau na Espanha, enquanto esta planejava vender suas sedas aos portugueses, outro motivo imperioso era estancar o contrabando entre a Colônia do Santíssimo Sacramento e Buenos Aires através do Rio da Prata. [...] As linhas de fronteira deveriam seguir as divisões naturais da região, prevalecendo assim o Tratado pelo *utis possidents*. Estabelecida a cedência dos Sete Povos, pela Colônia do Santíssimo Sacramento, uma das cláusulas determinava que os índios e o gado seriam retirados dos Sete Povos para a outra banda ocidental do rio Uruguai. Em lugar dos guaranis, que poderiam se revoltar, retornando o território à Espanha, seriam assentados colonos açorianos. (FLORES, 2001, p. 321).

Embora houvesse novas cláusulas oferecidas pelo Tratado de Madri, conforme a descrição anterior, suas determinações tiveram uma reação negativa dentro dos Sete Povos por parte dos nativos, que não aceitavam a transmigração dos Sete Povos para o território entre os rios Uruguai e Paraná, atual Argentina. (FLORES, 2006, p. 48). Tal fato ainda somou-se à atitude dos missionários que queriam obedecer o tratado. Houve a partir daí uma discordância, fazendo os nativos agirem contra a demarcação, que passou por revezes e não chegou a ser concluída.

A situação chegou a ponto de gerar o confronto denominado de Guerra Guaranítica, a partir de 1756. Este contexto

> repercutiu de forma muito acentuada na América Meridional, e a batalha de Caiboaté, registrada em fevereiro de 1756, colocava um limite à resistência dos guaranis, mas não encerrava as manifestações de contrariedade à entrega das reduções orientais. (NEUMANN; OSÓRIO, 2004).

Tal situação colocava de um lado as primeiras sesmarias e de outro uma nova possibilidade de ocupação com as reduções. Em princípio, de forma concomitante aos movimentos de resistência dos nativos reduzidos, as decisões do Tratado de Madri, que faziam parte do contexto colonial os interesses portugueses de estabelecer um povoamento nesta área com os açorianos. Era uma forma de garantir a ocupação e o domínio português; assim, em número considerável, entre 1748-1753 teriam chegado ao Desterro (Santa Catarina) entre 5 e 6 mil pessoas. (KÜHN, 2011, p. 53).

O movimento em solo missioneiro assolou as reduções, mas resultou na posse por parte dos portugueses da margem esquerda do rio Jacuí. Como os

portugueses não encontraram ouro e prata que esperavam encontrar no espaço missioneiro e não queriam o rompimento da paz com os espanhóis, o tratado não foi cumprido, em curto espaço de tempo. (FLORES, 2006, p. 50).

De forma concomitante, as questões que envolviam missionários e a Igreja católica avançavam na Europa do século XVIII. A hostilidade por parte das ideias liberais, vindas do Iluminismo e também absolutistas, fez com que a Igreja, que liderou a propagação de ideias durante o escolasticismo, perdesse sua primazia. (FLORES, 1986, p. 90). Tal situação acentuou-se até 1768, ano em que os jesuítas são expulsos dos Sete Povos. Esta região passou a ser governada por militares e os guaranis, diante da corrupção dos governantes militares e do recrutamento como escravos, passaram a abandonar o local. (FLORES, 2006, p. 53).

Diante do contexto internacional de conflito, na segunda metade do século XVIII, com Inglaterra e Prússia em guerra com Áustria, França e Rússia (Guerra dos Sete Anos), as Coroas ibéricas, na iminência de conflito, devido ao encontro de fronteiras na região platina, levaram ambas as nações a concordarem com a anulação do Tratado de Madri, por meio do Tratado de El Pardo, em 1761. Apesar do acordo, ocorreram várias disputas na região platina. Em 1777, com o Tratado de Santo Ildefonso, Portugal e Espanha estabeleceram os campos neutrais: a posse espanhola sobre a Colônia do Sacramento, já os territórios entre os rios Jacuí e Camaquã, pertencendo aos lusos. (FLORES, 2006).

O impacto do processo imigrantista açoriano, concomitante com as questões envolvendo os Sete Povos, não aconteceu conforme o intento luso. Isso ocorreu devido à anulação do Tratado de 1750, que desacelerou a ocupação territorial das Missões por lusos, fato que fez estes imigrantes se espalharem pelo território sulino em variadas condições, aguardando as concessões prometidas, modificando, por cerca de 20 anos (1751-1770), a demografia do Rio Grande do Sul. (KÜHN, 2011, p. 54).

É possível perceber ainda que a verdadeira "troca de favores" criou, ao longo da ocupação do espaço sulino, uma formulação própria, embora presa a um contexto maior da realidade de outras províncias do Brasil, voltando ao parcelamento de terra ao longo do século XVIII. É importante observar os critérios da época, em relação à aquisição e ao recebimento de sesmarias:

> [...] A condição mais importante para a obtenção da carta de data (ou dada) seria a apropriação prévia da terra com estabelecimento de lavoura ou criação, mas a capacidade de verificar a verdade das alegrias contidas nos requerimentos inscritos na Fazenda Real durante essa época turbulenta às vezes falhava, gerando demandas e posses duplas, principalmente quando se tratava de terras férteis e bem situadas. (RÜDIGER, 1965, p. 14).

Pode-se observar que a Coroa portuguesa não investiu na aquisição territorial, deixando a cargo de cada um dos envolvidos, no processo de ocupação, utilizarem-se de suas estratégias. Outra questão relevante foi a tendência econômica de grande parte das sesmarias serem voltadas para a criação de animais bovinos, equinos e muares. Tal tendência pode ser compreendida pela vantagem econômica do investimento num espaço de ocupação, que envolvia ainda disputas entre as duas Coroas ibéricas.

No que tange ao funcionamento de todo o procedimento para o uso da terra, é fato corrente que a ocupação dependeu de um instituto já conhecido da legislação referente à posse de sesmarias, em especial para garantir o máximo aproveitamento da terra de modo efetivo. Esta lógica lançou mão ao modelo legislado já conhecido, a partir das Ordenações Manuelinas, que dizia: "As glebas desaproveitadas corresponderam, na América, às terras virgens, trocado o sentido de sesmeiro, originalmente o funcionário dá terra para o titular da doação, o colono." (FAORO, 2001, p. 149). Também ajuda a corroborar tal situação a parte relativa que trata sobre o "titular da doação", o próprio colono que teria acesso à legislação que, conforme as Ordenações Manuelinas, estipulava:

> [...] podem e devem ser dados de Sesmarias pelos sesmeiros que para isto forem ordenados, os quaes por nos Lugares onde ouver terras ou bens de raiz, que de Sesmaria se deram dar, forem foreiras ou tributarias a Nós, ou a Coroa de Nossos Reinos, que se os foros e tributos arrecadem por Nós, quer que pera outrem, a que os Tenhamos dados. Acustumamos dar por Sesmeiros os Nossos Almoxarifes onde, os taes bens, ou terras estiverem. (2014).[7]

Já Faoro (2001), ao analisar as relações de mando e poder, destaca que, apesar do controle político e econômico exercido pela Coroa:

[7] Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>. Acesso em: 23 jul. 2014.

> O rei, em nome da Ordem de Cristo, já longamente absorvida pela Coroa, distribuiu, por meio dos donatários, os chãos aráveis, sem nenhum encargo a não ser o dízimo. Isento de foro, de contribuição aos capitães, o colono – o morador – só respondia pelo não cultivo, cláusula essencial na restrição do domínio, ao soberano e à sua justiça. Excluído ficava, desde logo, entre o proprietário e a autoridade qualquer liame senão o de subordinação política, limpo de vestígios feudais. (FAORO, 2001, p. 149).

A concessão da sesmaria, segundo Faoro (2001), na prática apresentou certo exercício de liberalidade,[8] fazendo com que muitos dos sesmeiros adquirissem duplas ou mais posses. Para o autor, tal situação tentou ser corrigida por meio da legislação, mas geralmente ela não era cumprida, imperando a presença de imensidões territoriais nas mãos de poucos:

> Somente a partir de 1759 – mais ou menos – e talvez por força da carta régia de 20 de outubro de 1753 – é que vamos encontrar, na Documentação Histórica, por exemplo, a exigência de somente se concederem sesmarias a quem não houvesse recebido outras anteriores. [...] Subverte-se, por força da malícia dos fatos, o esquema de dom Fernando I (1375). A distribuição de terras com o fim de agriculturar os campos, cobrindo-os de cereais, cede lugar à concessão de florestas para povoar. (FAORO, 2001, p. 150).

Diante das condições que foram expressas, pode-se observar o cuidado com o avanço da ocupação do espaço e a consequente distribuição da mesma além da preocupação com o efetivo uso econômico. Segundo Faoro, o estatuto[9] adotado com os foros das sesmarias e toda a regimentação para concessões, o passo seguinte, estabeleceu-se a passagem destas sesmarias "de instrumento régio de colonização e povoamento em garantia permanente de investimento agrícola". (FAORO, 2001).

A aplicabilidade da legislação, no que se relaciona ao território da fronteira presente no atual Rio Grande do Sul, nem sempre foi seguida à risca. Lange

[8] Esta liberalidade aqui reporta-se ao fato de que não se mantinham ligações muito diretas quanto a um conjunto de regras, mesmo a situação de por vezes ter havido a distribuição de terras sob a forma de concessão a uma pessoa em mais de uma vez, portanto, não está diretamente expressa qualquer ligação com os princípios liberais do século XVIII-XIX, com o avanço do modelo capitalista. Esta liberalidade ainda está associada ao caráter generoso das concessões, com tamanhos variando entre "cinco, dez, vinte léguas, muitas vezes em quadra, isto é, 16,100, e mais léguas". (FAORO, 2001, p. 150).

[9] Este estatuto é referência à regimentação de 1695, segundo a qual estabelecia-se os foros nas sesmarias, quando é estabelecida a "apropriação legal do domínio direto", ao mesmo tempo a sesmaria perdia o "regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio". (FAORO, 2001, p. 152).

(2002), ao analisar o processo de ocupação e conquista do referido espaço, retoma o relato de Laytano para tratar da presença militar na região, afirmando:

> De acordo com a historiografia, é unânime a indicação da obra de Dante de Laytano (1979) para análise do povoamento e conquista do Rio Grande do Sul. Na obra, a cidade de Rio Pardo aparece como referencial primordial do início da história rio-grandense, sendo considerado o "trampolim" da conquista portuguesa entre os séculos XVIII e princípios do séc. XIX. Rio Pardo também é destacada pelo seu caráter essencial de fronteira e, por ser ponto estratégico para a manutenção de um exército em movimento. Entretanto, ressaltamos a situação do Rio Grande do Sul que, na época, era um território de fronteira que estava sendo disputada entre as coroas de Portugal e Espanha. (LANGE, 2002, p. 141).

Assim, é possível perceber que o elemento militar não foi apenas importante para a defesa dos interesses da Coroa, mas fundamentalmente adquiriu e manteve sob seu comando e poder grandes extensões territoriais. Tal perspectiva de análise foi observada por Lange (2002), ao afirmar que o elemento militar foi responsável pela "criação de diferentes unidades militares, bem como ser fundador de povoações e freguesias".[10]

Em se tratando, especificamente sobre o Rio Grande do Sul, há que se "Identificar a distribuição territorial das sesmarias [...] e, especialmente, pela região geográfica abrangida pela cidade de Rio Pardo, no século XVIII e início do XIX". (LANGE, 2002, p. 142). A autora destaca que a distribuição de terras das sesmarias sofreu uma série de "repetições de acidentes geográficos baseados em nomes de rios, arroios, rincões que serviram de referencial limítrofe para os diferentes pedidos de propriedades". Nessa mesma direção, Rüdiger (apud LANGE, 2002, p. 142) afirma que "muitas concessões de sesmarias não foram registradas nos Livros da Provedoria de São Pedro, pois muitas das referidas petições e seu despacho poderiam ser requisitados diretamente à Junta da Fazenda Real, na época, localizada no Rio de Janeiro".

Nesse referencial, pode-se observar que, ao longo do século XVIII, as concessões de sesmarias já haviam atingido praticamente toda a atual Depressão do Jacuí, abrangendo também os Campos de Viamão. Em 1780, a divisão

[10] Ao mesmo tempo em que tinha esta importância, há que se registrar a preocupação da mesma autora com o a "visão ideallizada" criada a partir da análise feita por Laytano e a homogeinização que se seguiu na interpretação da história rio-grandense. Este fato criou inclusive o que seria uma "visão romântica", esta inclusive foi transportada até a contemporaneidade, na medida em que se perpetua em manifestações de cunho cultural na imagem estereotipada do gaúcho corajoso, heroico, valente. Tal concepção ainda deixa de perceber todo o conjunto de "condições econômicas, políticas, sociais e culturais do período histórico rio-grandense, durante o processo de conquista e povoamento". (LANGE, 2002, p. 143).

territorial identificava a presença de quatro municípios: Viamão, Rio Pardo, Vacaria e Rio Grande. E, em 1776, com a restauração do domínio português sobre Rio Grande, voltou-se a incorporar o território entre Jacuí e Camaquã.

Sobre o povoamento do estado e a ligação com o processo de distribuição, Barroso destaca:

> Garantido estrategicamente, o povoamento se expandiu em Rio Grande, campos de Viamão, de Tramandaí e de Vacaria, este último ao norte da Serra Geral. Sesmeiros construíam capelas aos santos devotos, o que atraía moradores, propiciando a delimitação territorial de jurisdição eclesiástica para o estabelecimento de uma freguesia. Os povoados de Viamão, Porto do Dorneles (Alegre), Santo Antônio da Guarda Velha (da Patrulha), Conceição do Arroio (Osório), Vacaria e de Cima da Serra (São Francisco de Paula) não tardaram a ganhar tal condição. (BARROSO, 1992, p. 38).

Nesse sentido, ao longo do século XVIII os lusos e luso-brasileiros, que se estabeleceram por meio de sesmarias, foram responsáveis pelo aparecimento das grandes estâncias de criação, que constituiu o setor econômico fundamental do atual Rio Grande do Sul. Segundo Rüdiger:

> Quando Portugal construiu fortificações estratégicas na península do Rio Grande, a partir de 1737, os comandantes militares passaram a conceder as terras vizinhas, cobertas pelas guardas, a três tipos de povoadores quanto à procedência. O primeiro era constituído por egressos de Sacramento, civis e militares, entre os quais diversos casais que antes lavravam as hortas em torno da sitiada Colônia. O segundo procedia do norte, de Santos e Rio de Janeiro, formado por portugueses natos e brasileiros atraídos pela propaganda e aliciamento dos comandantes de Jesus Maria José. Finalmente, o terceiro eram os próprios oficiais e soldados destacados para as fortificações e interessados em morar fora dos quartéis ou dar baixa. (RÜDIGER, 1965, p. 13).

Nesse sentido, o referido controle pecuarista ou a denominada "hegemonia da sociedade pastoril, cuja dominação se acentuava com a expansão das charqueadas no sul, que vai tomar vulto especialmente ao longo do século XIX" (BARROSO, 1992, p. 39), tornou-se um traço peculiar do povoamento quando comparado ao efetuado na região colonial de origem espanhola, cuja ocupação envolvia a "fundação de grandes cidades ou pueblos"; os portugueses ao contrário trataram de "pulverizar o povoamento".[11]

[11] Barroso aponta o nascimento de uma verdadeira rede de povoados no século XVIII, "alguns já delimitados como freguesias" ao nascer do século XIX, estes passaram a fazer parte do território sulino com controle luso: Rio Grande (era vila desde 1747), Viamão (1747), Triunfo (1754), Santo Antônio da Patrulha (1763), Taquari (1765), Vacaria (1768), Rio Pardo (1769), Porto Alegre (1772); Osório (1773) e Cachoeira (1777). No

As características desenvolvidas na conquista e ocupação territorial do Rio Grande do Sul constituíram um contexto que interferiu no início do século XIX. Assim, tanto a participação dos militares, que receberam terras ainda no século XVIII, quanto os recebedores de concessões de sesmarias, que não tinham tal origem, deram feições peculiares ao Rio Grande do Sul até o século XIX. É importante retomar o que diz Zarth sobre o acesso à terra no Brasil colonial e pós-colonial:

> Durante o governo português, o regime de sesmarias regulava o acesso a terra. Sob esse sistema, o interessado deveria requerer ao governo a terra pretendida, mas, na prática, os comandantes militares do sul é que informavam ao governo sobre o requerimento do beneficiado, de forma que a concessão era decidida em nível local. [...] Com a independência do país, extinguiu-se o regime de sesmarias e institui-se o sistema de posses, pelo qual qualquer morador poderia ocupar terras de forma mansa e pacífica. (ZARTH, 2002, p. 75).

Foi justamente o sistema de posses que passou a oferecer maior parcelamento da terra, acompanhado da construção de patrimônio sem a aquisição; através deste também se garantiu a instituição de novo sistema fundiário, mediante colônias agrícolas. Foi dentro deste contexto que se compôs o quadro de formação e ocupação na região de Criúva, área historicamente ligada ao latifúndio em sua parte de campo; a atividade posseira nas áreas de Serra, e o maior parcelamento que fez surgir as médias e pequenas propriedades, no período de expansão da imigração italiana.

restante, existiam povoados menores caracterizados ainda como capelas e, como tal, não tinham limites configurados, estando sob jurisdição eclesiástica e, consequentemente, civil de uma freguesia. (BARROSO, 1992, p. 39 apud WEIMAR, 2002).

Capítulo 2

Alterações e interações na região de Criúva: das origens às mudanças com a nova imigração europeia no século XIX

2.1 O contexto regional e a ocupação dos Campos de Cima da Serra

Após toda tentativa de descrever o interesse português na ocupação do Rio Grande do Sul e das disputas que tiveram ao longo de vários períodos com os espanhóis, entra-se na discussão sobre a ação da Capitania do Rio Grande de São Pedro. A Provisão de 7 de outubro de 1809 dá origem a quatro grandes municípios: Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

Até a Lei de Terras em 1850, o sistema de ocupação era feito por doações, mas, a partir dessa data, a política de acesso à propriedade é modificada, sendo realizada por meio da venda da terra. Essa mudança substancial na lei modifica a possibilidade de ocupação do território no Sul do País. A partir da Lei de Terras, também é proposta para ocupação da terra uma política de colonização, baseada na pequena propriedade, uma vez que a própria lei estabelece os critérios para a formação das colônias agrícolas e das sesmarias. O governo imperial tinha interesse em atrair estrangeiros para o Brasil, a fim de promover uma ocupação que branqueasse a raça, estimulasse a formação de núcleos agrícolas, implantasse o trabalho livre, diante do avanço do movimento abolicionista no País, e promovesse um desenvolvimento, baseado no trabalho semiespecializado e na pequena propriedade.

Antes da Lei de Terras, o governo geral havia editado uma Lei Geral, a 514, de 28 de outubro de 1848, segundo a qual cedia "a cada uma de suas províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas com o fim exclusivo de colonização". (HERÉDIA, 1997, p. 33). Essa lei havia sido proposta, a partir da avaliação do resultado positivo que ocorrera no RS com o sucesso de outras colônias, como é o caso de São Leopoldo, que havia recebido alemães durante os anos de 1824-1830.

Segundo o objeto deste estudo, a Lei de Terras, à medida que estabelecia a venda da terra, também legitimava as sesmarias existentes. Dessa forma, encontram-se áreas no Rio Grande do Sul que possuem grandes extensões de terras e outras efetivamente dedicadas à policultura pela pequena propriedade.

A vinda de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, promovida pelo governo no século XIX, a partir de uma política de colonização, promoveu dinamização da economia rio-grandense. A colonização se dá inicialmente na região do Vale do Rio dos Sinos e se estende ao rio Caí. Cabe registrar que o crescimento da produção agrícola nos núcleos coloniais, fomentado por essa política, promoveu Porto Alegre a um centro econômico do estado.

> A Capital, localizada às margens de um estuário para onde converge a rede fluvial que banha o nordeste do território rio-grandense, onde se situavam os primeiros assentamentos mais importantes, beneficiou-se da sua aposição para servir como ponto de expedição das exportações coloniais para os mercados do centro do país e como centro atacadista, onde as áreas coloniais se abasteciam de produtos manufaturados importados de consumo corrente. (ALONSO; BANDEIRA, 1990, p. 73).

Com a presença imigrantista, houve ampliação na ocupação do solo, esta como parte do projeto nacional desencadeado pela própria Lei de Terras, seja de branqueamento de raça, estabelecimento de pequenas propriedades ou mesmo a legalização da venda de terras e legitimação das sesmarias. Os chamados Campos de Cima da Serra sofreram esta influência, o que gerou o propósito para estas áreas serem alvo de maior cuidado com a repartição e ocupação da terra, a estrutura fundiária.

É a partir deste contexto que a região de campo pertencente a Santo Antônio da Patrulha passou a contar com uma efetiva delimitação, ou seja, ocorreu um processo de divisão das antigas sesmarias em fazendas. (ALVES, 2010, p. 31). Na metade do século XIX, houve o efetivo uso das áreas antes designadas como sesmarias, mas que até então não eram totalmente delimitadas e mesmo exploradas, o que provocou um tratamento dos recursos oferecidos, aspectos que marcaram de modo especial a região de Criúva, que passa a ser objeto direto de preocupação no estudo.

2.2 Origens de Criúva: uma visão geral das origens e ocupação da terra

A história de Criúva começa com a história de Santo Antônio da Patrulha, uma vez que esta freguesia foi uma das primeiras do estado e passou a ser vila em 1809, tornando-se município em 1811. Este teve a presença de casais açorianos,[12] que colaboraram para o seu desenvolvimento. A principal atividade econômica estava vinculada à criação de rebanhos, bovinos e equinos. É oportuno lembrar que, em 1760, havia sido criada a Capela Curada de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão, que promove esse território à futura freguesia.

Foi a partir de uma das áreas que compunham Santo Antônio que a região de Criúva passou a se integrar com maior ênfase na história local. A referida ligação do território de Criúva, com a área maior de Santo Antônio, desde sua ocupação no século XIX, só foi alterada quando desmembrada de São Francisco de Paula.

Em 1903, São Francisco de Paula se emancipa de Santo Antônio da Patrulha, tendo como primeiro intendente Jonathas Abbott. Segundo Medeiros (2000, p. 134), mesmo que São Francisco tenha conseguido sua emancipação política, continuou ligada a Santo Antônio por laços estreitos existentes entre os proprietários da terra e os laços familiares entre eles.

É importante situar que a Lei 1.750, de 15 de março de 1889, havia extinguido o município por falta de condições financeiras para sua manutenção. Em 23 de dezembro de 1902, pelo Decreto 563, o Município de São Francisco de Paula é reestabelecido. Esses desdobramentos mostram as dificuldades que enfrentaram os habitantes dessas terras frente aos interesses políticos de quem estabelecia os decretos.

[12] Acerca da presença dos casais açorianos, cabe registrar que estes fizeram parte de um ciclo iniciado após o Tratado de Madri e a intenção da monarquia portuguesa em ocupar o território dos Sete Povos, trocado com os espanhóis pela Colônia do Santíssimo Sacramento. A iniciativa portuguesa de fixação dos açorianos não resultou em sucesso devido à Guerra Guaranítica, reação dos nativos contra o desalojamento das terras dos Sete Povos, acordado entre portugueses e espanhóis. (FLORES, 2006, p. 48-51). Além do processo referido anteriormente, é importante lembrar que a presença açoriana remonta à própria existência da Colônia do Santíssimo Sacramento, já presente na população deste local; no período, não eram *casais de número,* como vieram a ser designados, a partir de 1750-52 com as primeiras levas. (TORRES, 2011, p. 13). Numa breve retrospectiva, como refere Maria Fraga Dornelles da Costa (COSTA, 2005, p. 31), os primeiros açorianos também estavam presentes a partir de 1741, quando foi fundada a povoação de Estreito, estes vindos da Colônia do Santíssimo Sacramento, Povo Novo; Triunfo, em 1754 e Rio Pardo em 1755. Entre 1770 e 1780, o número de açorianos chegava a 10.053 em Santo Antônio da Patrulha, segundo a mesma autora.

> Diverge-se da data de fundação da cidade, embora, oficialmente, é festejada a segunda emancipação (07/10/1903), esquecendo-se da primeira (Lei nº 1152, de 24/05/1878). Alguns pesquisadores indicam que a extinção do Município (Lei nº 1750, de 15/03/1889) foi baseada pela falta de condições financeiras. Por outro lado, existe outra corrente que aponta disputas políticas como a fonte verdadeira do rebaixamento para a condição de "mero" distrito. No entanto, fica claro que o Decreto nº 563 (23/12/1902) restabelece a condição de Município. Com isso, perde-se a noção de profundidade temporal e muitas pessoas ignoram que a região já possuía proprietários de terra na metade do século XVIII. (ALVES, 2010, p. 18).

Segundo os estudos realizados por Alves (2010, p. 31-38), as famílias pioneiras que ocuparam os Campos de Cima da Serra foram as de: Ignácio de Souza Correia, Francisco José de Oliveira Raposo, André Nunes Porto, Apolinário de Almeida Roriz, Antônio Gonçalves dos Reis, Ignácio Alves Machado, Francisco Pinto Bandeira, Fructuoso de Araújo e Silva, Pedro da Silva Chaves, Amâncio José de Araújo, Cristóvão Pereira de Abreu, Antonio Correia Pinto, João da Costa Varela, José de Barros Pereira, Mathias Alves Gusmão, Manoel de Barros Pereira, Ponciano José Machado, Amandio José Machado, Joaquim José Pereira, Manoel Francisco Pires, Francisco Pereira Gomes, Theodósio Garcia de Campos, Antônio Gonçalves Padilha, Tomé de Almeida Lara, João Baptista Feijó, Felipe de Oliveira Fogaça, Joaquim Antônio de Oliveira, João da Costa Moreira, Ângelo da Fonseca Velho, Ignácio Leite Ribeiro, Antônio José de Freitas, Boaventura José Pacheco, Antônio Ferreira de Castilhos.

A naturalidade dos pioneiros reflete que muitos provinham de Portugal, da Ilha dos Açores, do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro e das cidades de São Sebastião, Curitiba, Laguna, Triunfo, Sorocaba, Viamão, Santo Antônio da Patrulha. Logo muitos já viviam no Brasil e eram brasileiros, mesmo que descendentes de portugueses. O perfil étnico dos pioneiros mostra a cultura que predominou na formação desse território, onde a terra tinha valor máximo.

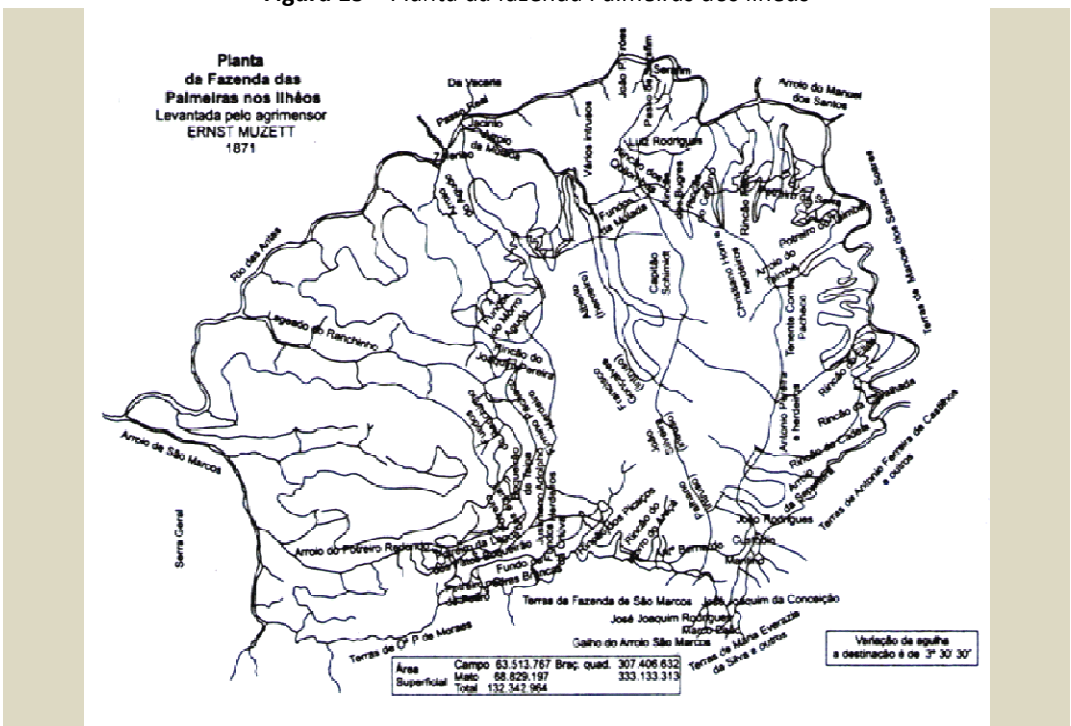
Na composição dos pioneiros, é possível identificar influências distintas dos que vinham do centro do País com experiências sustentadas nas bandeiras que possuíam o contato com as demais populações, principalmente os mestiços. Indica ainda a presença dos lusos e também dos açorianos que tiveram uma característica distinta dos primeiros, devido à condição de se instalaram no Sul do Brasil. Mesmo que os açorianos sejam uma pequena representação, percebe-se que culturalmente houve uma influência significativa. Entretanto, segundo

registro dessa composição, um terço é de portugueses, outro terço de paulistas e outro terço é de rio-grandenses, sendo a parte restante diluída entre açorianos e lagunenses. (ALVES, 2010, p. 40).

A descrição feita por Alves (2010) enfatiza que os pioneiros possuem acesso à terra de forma diversa. É o caso de Ignácio de Souza Correia – bandeirante de São Paulo –, que compra a terra de Ignácio Leite Ribeiro, um dos fundadores de Laguna. Essa terra fica na Fazenda Souza e fazia limite com a Fazenda do Raposo, que se localiza na Vila Oliva, hoje distrito de Caxias do Sul.

Essas ligações mostram que houve uma ocupação de terras nos municípios envolvidos, onde a pecuária era a atividade principal. Alguns desses pioneiros tornaram-se proprietários, por meio de carta de concessão, como é a situação de André Nunes Porto (proveniente da cidade de Porto) que, em 1772, recebe a "Carta de Concessão da Sesmaria das Palmeiras dos Ilhéus", indicando que suas propriedades estavam localizadas no Município de Santo Antônio da Patrulha e Vacaria. A fazenda Palmeiras dos Ilhéus é a grande referência para o estudo de Criúva, já que é considerada a primeira grande fazenda da região. (POSSAMAI; RIZZON, 1987, p. 43).

Figura 13 – Planta da fazenda Palmeiras dos Ilhéus



Fonte: Possamai (2005b, p. 409).

A partir de 1850, a Lei de Terras modifica as condições de acesso à estrutura fundiária, pelo fato de alterar a forma de ocupação. O Sul do Brasil é incluído nessa nova forma, uma vez que o governo imperial queria proteger as fronteiras e, ao mesmo tempo, estimular a política imigratória que trouxesse mão de obra branca e livre.

Nesse contexto, algumas áreas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul são incluídas como propícias para a ocupação estrangeira, por meio da política de colonização do Sul do País. Essa política é baseada na pequena propriedade, uma vez que a própria lei estabelece os critérios para a formação das colônias agrícolas e das sesmarias. O governo imperial tinha interesse em atrair estrangeiros para o Brasil, a fim de promover uma ocupação que branqueasse a raça, estimulasse a formação de núcleos agrícolas, implantasse o trabalho livre diante do avanço do movimento abolicionista no País e promovesse desenvolvimento, baseado no trabalho semiespecializado e na pequena propriedade.

Como já foi dito anteriormente, a Lei Imperial de 1.850 modifica o acesso à terra. Naquela década, o povoado de São Francisco de Paula foi elevado à freguesia (1852) e tornou-se município em 1878 pela Lei Estadual 1.152. Essa condição não permaneceu por muito tempo, já que São Francisco de Paula foi anexado a Taquara, segundo Lei Estadual 1.756, de 15 de março de 1880, sendo desmembrada em 24 de dezembro de 1889, pelo Ato n. 26. O município foi extinto e anexado novamente a Taquara do Mundo Novo, em 1º de setembro de 1892, conforme Ato n. 302, situação que permaneceu até 23 de dezembro de 1902, pelo Decreto 563.[13]

São Francisco de Paula, até esta década do ano de 1930, particularmente em 1939, possuía oito distritos, sendo Criúva um deles. Até 1940, o Município de São Marcos e as localidades de Fazenda Souza, Vila Seca, Criúva e Vila Oliva também pertenciam a São Francisco de Paula, situação que demonstra o grande número de localidades que pertenceram a este município. As observações acima mostram que São Francisco sofreu várias alterações administrativas no seu território.

[13] Cópia do referido decreto encontra-se em anexo de n. 1.

Em se tratando da região estudada, percebe-se que a mesma fez parte de uma história com várias alterações político-administrativas. De acordo com Alves (2010, p. 74), ainda no século XIX, durante a Revolução Federalista, em 1893, já havia manifestações pregando a anexação ao atual Município de Caxias do Sul. O mesmo autor utiliza documentos como a Ata do Conselho Municipal da então Vila de São Francisco de Paula, que pleiteava a constituição do município de Rio Branco. (ALVES, 2010, p. 82-84). Para corroborar essa afirmação, sob o ponto de vista da legislação que trata da composição político-administrativa e regional, pode-se verificar as alterações sofridas, no quadro abaixo.

Quadro 1 – Síntese das leis emancipacionistas acerca das alterações político-administrativas envolvendo o atual Município de Caxias do Sul, São Francisco e Criúva

DATA DA LEGISLAÇÃO	NÚMERO / DESIGNAÇÃO	O QUE DETERMINAVA
23/6/1921	Decreto 2.822	Anexa parte do segundo, quinto e sétimo distritos do Município de São Francisco de Paula de Cima da Serra ao território de Caxias.
30/6/1939	Decreto 7.842	Estabelece a divisão administrativa e judiciária do estado, pela qual o município fica constituído de apenas seis distritos, em virtude de ter o distrito de Vila Seca sido desmembrado do município e incorporado ao de Caxias.
27/11/1953	Lei 2.169	Determina a realização de consulta plebiscitária aos eleitores do Distrito de Criúva, do Município de São Francisco de Paula, para fins de incorporação ao de Caxias do Sul.
27/11/1953	Lei 2.170	Determina a realização de consulta plebiscitária aos eleitores de Oliva, do Município de São Francisco de Paula, para fins de incorporação ao de Caxias do Sul.
15/12/1954	Lei 2.531	Desanexa o Distrito de Criúva do Município de São Francisco de Paula e incorpora-o ao de Caxias do Sul.
15/12/1954	Lei 2.532	Desanexa o Distrito de Vila Oliva, do Município de São Francisco de Paula e incorpora-o ao de Caxias do Sul.

Fonte: Diversas legislações consultadas no Memorial da Assembleia Legislativa, *Coletânea Legislativa*, v. 2, v. 3, 4, 1953, que servem como confirmação dos processos de anexação e desanexação. Quadro elaborado pelo autor, 2016.

Como se percebe, no decorrer de mais de três décadas, houve várias alterações no espaço físico, e estas constituíram a configuração do Município de São Francisco de Paula. Este perdeu três áreas distritais, e o atual Município de Caxias do Sul incorporou estas áreas, respectivamente Seca (Vila Seca), Oliva (Vila Oliva) e Criúva.

Tanto pelo lado da área que almejava ser anexado, quanto pelo lado de quem estava por receber a anexação de nova gleba de terras, havia uma busca pela alteração político-administrativa. A imprensa local noticiava tais interesses, de forma muito clara, como pode-se perceber nas reportagens a seguir:

Figura 14 – Recorte do jornal *Pioneiro* – página 1, de 28-11-53, notícia sobre motivos da anexação de Criúva

Solene Encerramento do Curso de Cultura Eberle

PIONEIRO

DIRETOR RESPONSAVEL: MARIO GARDELIN — ASS. ANUAL Cr$ 40,00
CAXIAS DO SUL — 28 DE NOVEMBRO DE 1953 — NUM. 4 ANO VI

G. E. FLUMINENSE

TEXTO A' PA'GINA 15

Construção do Porto de Torres
Obra Vital para o Interesse do Pais

Porque Criuva Quer Anexar-se a Caxias

Fazenda Sousa

Bancos

LUCROS EXTRAORDINARIOS

«Si, Si, Ma No Ghe No»

VISTA DA MESA QUE PRESIDIU OS TRABALHOS DE ENCERRAMENTO DAS AULAS DOS CURSOS DE CULTURA ABRAMO EBERLE. — Aparecem da esquerda para a direita: José Antonio Eberle Filho, Sr. Bufrem, bibliotecário dos cursos, Sr. Julio Eberle, diretor presidente da MABSA, o representante do Delegado Regional de Ensino, a Prof. Clelia Portugues, Sr. Caetano Pettinelli, Revmo. Padre Angelo Tronco, Sr. Ildo-jonso Eberle e Prof. Lidio Paneras, ao pronunciar sua oração.

O Sr. CAETANO PETTINELLI, Diretor da Metalúrgica Abramo Eberle S. A. pronuncia a magnifica oração alusiva à inauguração do retrato do patrono dos Cursos de Desenho "D. José Venzon Eberle". A integra dessa oração damo-la á página 8-A. Aparecem ainda no cliché o jovem José Antonio Eberle Filho, Revmo. Padre Angelo Tronco e a Exma. Sra. Prof. Clelia Portugues, da direção dos Cursos de Alfabetização Abramo Eberle.

GUERINO BIANCO, tronco de numerosa familia, constitue um exemplo de capacidade de trabalho e de dedicação ao progresso de Caxias do Sul.

JOANA LORA BIANCO, esposa do Sr. Guerino Bianco, dentro de dois anos completará seu 50 aniversário de casamento.

Fonte: Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=56968&p=0&Miniatura=true&Texto=false>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Figura 15 – Recorte do jornal *Pioneiro*, Caxias do Sul, p. 13, 28-11-1953

«PIONEIRO» — CAXIAS DO SUL — 28 de Novembro de 1953 — Pág. 13

Por que Criuva... (cont. da pag. 1

industrial em franca expansão, com perspectivas de progresso cada vez maior, necessita amparar seus trabalhadores com artigos alimentícios baratos e facilmente aquisiveis. Realizamos pràticamente um milagre no setor industrial. Necessitamos, agora, ou em futuro próximo cercar a cidade com um cinturão de hortas, de modo que forneçam alimentação fácil. Por isto, a anexação de Vila Oliva e Criuva torna-se um alto negócio para nós caxienses. E não sòmente isto: êsses distritos lutando com o problema das estradas, falta de atenção dos poderes públicos, se foram incentivados no seu trabalho, produzirão o triplo ou o quadrúpulo de trigo, milho, etc. devolvendo, em pouco tempo, tudo o que se gastar em seu favor.

DISTANCIAS ENORMES

Criuva fica 55 quilometros afastada de Caxias do Sul. E na séde do municipio de São Francisco mais de 140 quilometros. Ora, tudo tende a agregar essa zona a nossa cidade. Diga-se de passagem que em Criuva reina uma geral expectativa em torno do próximo plebiscito. Há entusiasmo entre seus moradores, maximé se considerarmos as grandes vantagens que advirão para êles e para nós todos.

TRADIÇAO DE S. FRANCISCO DE PAULA

O municipio de São Francisco de Paula, um verdadeiro principado pela enorme área que ocupa, traz consigo uma história secular. Assistiu o alvorecer do Rio Grande. Uma parte de moradores de Criuva argumenta que fazem questão de ficar com o municipio atual, porque a êles estão ligados por muitos anos e por gerações continuadas. E' um ponto de vista justo e, democràticamente, devem os que pensam assim defende-los. Entretanto, deixando de lado as vantagens que advem com a anexação em Caxias do Sul, gostariamos de dizer a êsses bravos descendentes daqueles heróis que chutaram o castelhano fora do Rio Grande a ponta de lança, que sua presença no municipio de Caxias do Sul muito nos honraria. Com êles estamos unidos pelos mesmos sentimentos de admiração pelo trabalho hercúleo e gigante feito em prol do Rio Grande. A êle nos associamos, não pela luta leal e brava (pois condições para isto hoje não existem), mas pelo trabalho e pelo esforço continuado de progresso. Sentimo-nos irmanados pelo mesmo escopo: a felicidade do povo e do país.

A SEDE DE CRIUVA

O Municipio de São Francisco de Paula, devido à enorme extensão, encontra extremas dificuldades em atender sua população. A séde de Criuva depois de sistemadas as suas ruas, feita calçada e ajardinamento da praça, apresentará um aspecto de primeira ordem. Possue dois moinhos: Moinho Santa Marta, moderníssimo, dirigido pelo Sr. Waldemar Pante, e o Moinho Nossa Senhora do Carmo, ambos trabalhando com a produção local. Diga-se de passagem, e isto como subsidio, que a estrada que conduz de São Marcos a Criuva, está em petição de miséria. Estreita, cheia de curvas fechadas, crivada de elevações, é um lugar ideal para treino de chofers novatos, e cria dificuldades extraordinárias para o tráfego da produção.

A COMISSA EMANCIPACIONISTA

A Comissão Emancipacionista de Criuva está composta pelos seguintes cidadãos: Revmo. Padre Mário Lucchese, DD. Vigário; Sr. Clodomiro Pasquali, Sr. Waldemar José Pante; Sr. Euclides Pereira Alves; Sr. Ciro Rech; Sr. Oneide Bertuzzi. O movimento é apartidário e visa apenas obter a anexação.

A SITUAÇAO DOS AGRICULTORES

Melhorará consideravelmente a agricultura, afirmam os moradores de Criuva, porquanto o agricultor sentir-se-á mais animado em seu trabalho, quando tiver estradas transitáveis. De mais a mais, o municipio de Caxias do Sul não cobra imposto de espécie alguma sôbre os homens da terra.

A PONTE DO KORF

Outro problema muito grave que Criuva espera seja atendido em breve, é o da construção duma estrada por parte dos poderes competentes, afim de que seja utilizada a ponte do Korf. E' espantoso o que acontece: uma ponte erguida em 1910, apenas é utilizada para o transporte de tropas de gado. Assegura-se que a ponte, em seus 43 anos de existência, está pràticamente virgem do peso de caminhões que a utilizassem. E' um assunto muito sério e cumpre encontrar a devida solução.

DECLARAÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

Antes de terminar esta rápida reportagem, tomamos a liberdade de ouvir a palavra do edil caxiense, Major Euclides Triches, sôbre a anexação do distrito de Criuva a Caxias do Sul:

— Se o povo de Criuva, democràticamente, resolver anexar-se a Caxias do Sul pelo próximo plebiscito, será benvindo e recebido de braços abertos. Na oportunidade em que a Comissão Emancipadora veio a Caxias do Sul, tive oportunidade de assegurar-lhes toda minha simpatia. Aliás, as anexações ao municipio não constituem um fato novo: São Marcos, Fazenda Sousa, Vila Seca e Santa Lúcia do Piaí pertenciam a outros municipios. Vindo, pois, à nossa comuna, integraram-se de tal forma que a ninguém ocorre se pertenceram a êste ou aquele municipio. O que o país precisa, afirmei naquela oportunidade, é possuir municipios prósperos e ricos. E a prosperidade e riqueza advem das facilidades com que contam os produtores. Logo, se o povo de Criuva desejar vir para Caxias, desde logo poderão e devem considerar-se legitimos caxienses, contando com toda simpatia dos poderes constituidos.

Com essas palavras, o Major Euclides Triches, assegurando seu apreço ao povo de Criuva, finalizou sua entrevista.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

EDITAL

Concorrência Publica

Acha-se aberta nova concorrencia pública para vendas de lotes junto ao futuro Estádio Municipal e Escola Normal Duque de Caxias, nos terrenos do antigo aeroporto.

Os preços bases para oferta variam entre Cr$ 20.000,00 a Cr$ 35.000,00, segundo a localização dos terrenos.

As propostas, acompanhadas de caução de Cr$ 1.000,00 são recebidas na Secretaria da Prefeitura até às 10 horas do dia 15 de dezembro vindouro.

E' facultado o pagamento parcelado, sendo 20% a vista e o restante, no máximo, em 20 prestações mensais, com juros de 8%.

Na Diretoria de Obras da Prefeitura os interessados encontrarão planta do loteamento e outras informações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, 23 de Novembro de 1953.

ONIL XAVIER DOS SANTOS — Secretário do Municipio

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
8.ª Região — Rio Grande do Sul e Santa Catarina

EDITAL

Pelo presente torno publico que o Snr. ANTONIO AMENDI, requereu a êste Conselho, o seu registro como ELETRICISTA a titulo precário para o Municipio de Caxias — de acôrdo com o Parágrafo unico do decreto-lei n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Ficam, pois, convidados os profissionais interessados já registrados nêste Conselho, a se pronunciaram a respeito para que lhes é concedido o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente Edital.

Pôrto Alegre, 3 de Novembro de 1953.

Eng. FELICIO LEMIESZEK — Vice-Presidente — no impedimento do Presidente

---

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
8.ª Região — Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Edital

Pelo presente torno publico que o Snr. WALDIR LIVINO CEMIN, requereu a êste Conselho, o seu registro como ELETRICISTA a titulo precário para o Municipio de Caxias do Sul — de acôrdo com o Parágrafo unico do decreto-lei n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Ficam, pois, convidados os profissionais interessados já registrados nêste Conselho, a se pronunciaram a respeito para que lhes é concedido o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente Edital.

Pôrto Alegre, 3 de Novembro de 1953.

Eng. FELICIO LEMIESZEK — Vice-Presidente — no impedimento do Presidente

---

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
8.ª Região — Rio Grande do Sul e Santa Catarina

EDITAL

Pelo presente torno publico que o Snr. FRANCISCO CEMIN, requereu a êste Conselho, o seu registro como ELETRICISTA a titulo precário para o Municipio de Caxias do Sul — de acôrdo com o Parágrafo unico do decreto-lei n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Ficam, pois, convidados os profissionais interessados já registrados nêste Conselho, a se pronunciaram a respeito para que lhes é concedido o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente Edital.

Pôrto Alegre, 3 de Novembro de 1953.

Eng. FELICIO LEMIESZEK — Vice-Presidente — no impedimento do Presidente

---

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
8.ª Região — Rio Grande do Sul e Santa Catarina

EDITAL

Pelo presente torno publico que o Snr. CASEMIRO NODARI, requereu a êste Conselho, o seu registro como Instalador Sanitário a titulo precário para o Municipio de Caxias do Sul — de acôrdo com o Parágrafo unico do decreto-lei n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Ficam, pois, convidados os profissionais interessados já registrados nêste Conselho, a se pronunciaram a respeito para que lhes é concedido o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente Edital.

Pôrto Alegre, 3 de Novembro de 1953.

Eng. FELICIO LEMIESZEK — Vice-Presidente — no impedimento do Presidente

---

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
8.ª Região — Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Edital

Pelo presente torno publico que o Snr. DOMINGOS OLIVA DOS SANTOS, requereu a êste Conselho, o seu registro como ELETRICISTA, a titulo precário para o Municipio de Caxias do Sul — de acôrdo com o Parágrafo unico do decreto-lei n.º 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Ficam, pois, convidados os profissionais interessados já registrados nêste Conselho, a se pronunciaram a respeito para que lhes é concedido o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente Edital.

Pôrto Alegre, 9 de Novembro de 1953.

Eng. FELICIO LEMIESZEK — Vice-Presidente — no impedimento do Presidente

---

Tecelagem de Seda N. Sra. de Pompeia

Luiz Pizzamiglio & Filho

Rua Ernesto Alves, 1032 — Fone, 217 — Caixa Postal, 15

Endereço Teleg. Fonog. «PIZZAMIGLIO»

CAXIAS DO SUL — RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

Eberle, Kochenborger & Cia. Ltda.

FUNDADA EM 1912

Rua Andrade Neves, 649 - Caixa Postal, 79 - Fone, 675 – Endereço Teleg. «EBERKOC» –

Marca Registrada

CAXIAS DO SUL — RIO GRANDE DO SUL

Fábrica de Jóias e Bijouterias em Prata, Ouro e Platina

Mantém viajantes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e representantes em todas as Capitais do Pais.

Cooperativa Viti-Vinicola Forqueta Limitada

VILA FORQUTA

CAXIAS DO SUL

A MAIOR COOPERATIVA VINICOLA DA REGIÃO DETENTORA DO TITULO DE 1.ª COOPERATIVA NO GENERO, NO PAI'S, PRODUZ OS AFAMADOS VINHOS

Radiante

Cx. Postal, 77 - End. Tel. Fono «COOPERATIVA» (Forqueta)

CAXIAS DO SUL — RIO GRANDE DO SUL — BRASIL

Fonte: Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=56968&p=14&Miniatura=true&Texto=false>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Tal evento demorou até o ano de 1954, quando, por meio da lei 2.531, de 15/12/1954, ocorreu a desanexação de Criúva do Município de São Francisco de Paula e a incorporação a Caxias do Sul. Conforme as regras definidas pelo plebiscito, o resultado (ALVES, 2010, p. 147) foi "de um total de 420 votos favoráveis ao sim, indicando a anexação e 288 votos pelo não, contra a anexação".

A desanexação territorial de Criúva e a passagem ao atual município-mãe mostra a força que possuía a área territorial dos campos,[14] antes da chegada dos imigrantes italianos. A área desse território era uma sesmaria que pertencia a Santo Antônio da Patrulha e mais tarde a São Francisco de Paula. O território desse município abrangia São Marcos, Criúva, Cambará e Jaquirana.

Os proprietários das terras dessas localidades que mais tarde tornaram-se municípios foram os pioneiros dos Campos de Cima da Serra. Dessa forma, as terras onde se localiza Criúva inicialmente eram do Município de Santo Antônio da Patrulha, após de São Francisco de Paula e, na década de 1950, com o processo de anexação, passam a pertencer a Caxias do Sul. Assim, o espaço físico do distrito de Criúva foi, historicamente, construído a partir das diversas transformações jurídico-administrativas, sustentadas por atos legislativos, que justificaram as anexações e as desanexações.

> No caso da localidade de Criúva, houve muitas particularidades de cunho político-cultural, diferentemente dos outros distritos. Desde o final do século XIX, a população local procurou uma forma de melhorar suas condições socioeconômicas. Em princípio, aliando-se a outros distritos e quarteirões para criação de um novo município. Após, engajou-se a movimentos de anexação a Caxias e até 1953 não conseguia seu intento, pois teve uma eleição plebiscitária em 1949, que não foi homologada pelo Governo Estadual. (ALVES, 2010, p. 137).

[14] O que denominamos de "área territorial de campo" é apresentada por Lindman (1906), que esteve no RS entre 1892 e 1893 e foi um dos primeiros autores a sugerir uma classificação sistemática para os campos. O botânico sueco sugeriu a utilização da palavra "campos" na geografia botânica do estado, para designar áreas desprovidas de mata. Este naturalista salientou a diversidade destas formações e sugeriu uma caracterização dos 15 campos, através de uma análise fisionômica, separando-os em campos subarbustivos ou sujos, campos paleáceos e gramados ou potreiros. Rambo (1956), na sua obra *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, sugeriu a classificação da vegetação do Rio Grande do Sul em cinco regiões fisionômicas: Litoral, Serra do Sudeste, Campanha do Sudoeste, Depressão Central e Planalto. Os campos de altitude foram situados na região do Planalto, enquanto as formações do atual Bioma Pampa distribuem-se nas demais regiões fisionômicas. (MARCHETT; SCUR; AHLERT, 2011, p. 20).

Como ilustra a afirmação acima, a necessidade socioeconômica teria sido o motivo que alavancou a anexação. Essa mesma condição chegou a ser novamente cogitada em períodos mais recentes, mas até o momento permanece refutada pela população local e ainda apresenta laços que mantêm o pertencimento geográfico, embora não se possa tratar da mesma forma o econômico.

2.2.1 Criúva: seus diversos pertencimentos

Definida pela existência do latifúndio, em 1722 a antiga Sesmaria das Palmeiras foi concedida a André Nunes Porto, já que antes dessa data pertencia a João Francisco Pena. Os filhos de André Nunes Porto e Angélica de Andrade, "Manoel Nunes de Andrade e o genro Fabiano de Christo (casado com Elena Rosa de Cintra) herdaram a Sesmaria". (RIZZON; POSSAMAI, 1987, p. 39).

Em 1806, essa sesmaria é dividida e dela nasce a Fazenda dos Ilhéus. A compra é feita verbalmente e apenas em 1833 essa fazenda recebe as escrituras, tendo como proprietário Boaventura José Pacheco e Capitão Narciso José Pacheco. A sucessão dos herdeiros dos "Pachecos" divide a propriedade, uma vez que Boaventura José Pacheco teve doze filhos e o Capitão Narciso deixou terras para o seu pai, para o seu filho natural e para sobrinhos, já que não teve filhos legítimos. (RIZZON; POSSAMAI, 1987, p. 39).

A herança de Boaventura José Pacheco é mantida por alguns netos e bisnetos que tentam legitimar as terras no governo, em 1882. Alguns anos mais tarde, o pedido é novamente indeferido, e as terras são consideradas "devolutas".

Em 1875, os eleitores de Criúva já escolhiam seus representantes na Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, o que permite localizar as famílias que moravam no local e as divisões que existiam nessas localidades. Nessas eleições, Criúva teve 16 eleitores, Ilhéus o mesmo número e Mulada, 11 eleitores. É necessário recordar que nem todos os habitantes podiam votar, já que o critério de renda era decisivo. Dessa forma, encontramos em Criúva, Ilhéus e Mulada, como eleitores famílias que permaneceram na localidade como: "Bernardo da Silva, Siqueira, Gomes, Rodrigues, Oliveira, Da Rosa, Noronha, Schmith, Santos, Soares e Conceição". (ALVES, 2010, p. 70-71). Para ser

representante, era necessária renda mínima acima de 400 réis, o que impedia que muitos fossem candidatos.

Ainda em 2 de julho de 1878, há um pedido de constituição de vila para o território de Criúva, feito pelos moradores, uma vez que se viam desprotegidos pela distância do município de origem. (ALVES, 2010, p. 69). Essa questão refere-se à distância que separa o município do povoado e da falta de cuidados que Santo Antônio da Patrulha oferecia aos seus municípes. No perfil dos moradores da antiga Fazenda Palmeira dos Ilhéus, que inclui Criúva, Ilhéus e Mulada, elaborado a partir da lista de eleitores, encontram-se, principalmente, criadores de gado, lavradores e outros. O perfil serve para comprovar que os criadores de gado eram a maioria e contribuíram para a criação do Caminho das Tropas, que unia Viamão à Sorocaba, lugar onde era vendido o gado.

Para se entender o papel de Criúva nesse processo, torna-se necessário situar que Criúva era um povoado que se localizava às margens da Rota dos Tropeiros,[15] o que lhe dava uma função de lugar de passagem. Essa condição abria espaço para uma parada obrigatória, com o intuito de descanso para os tropeiros e para os animais. Segundo Fonseca (FONSECA, 1995, p. 84), o tropeirismo, "através do cavalo e da mula, foi a energia que moveu o sistema de transporte de vulto e de tração por mais de dois séculos, em toda a região montanhosa do Brasil".

O tropeirismo teve várias fases: a que se refere ao comércio de gado na feira de Sorocaba, a que retrata a dos tropeiros domésticos[16] (SANTOS, 1995, p. 155), que envolvia transporte de tropas nos Campos de Cima da Serra, bem como um grande comércio de produtos entre as várias regiões, destacando-se Bom Jesus, Taquara, Três Forquilhas, São Francisco de Paula e Caxias do Sul. Este tipo de tropeirismo foi responsável não só pelo intercâmbio comercial, como também pelo cultural e étnico. (SANTOS, 1995, p. 155).

[15] Neste caso, esta expressão faz referência à passagem dos tropeiros feita pela região central de Criúva, na margem da Estrada Rio Branco, o elemento tropeiro é destacado por moradores locais como observa Alves (2010, p. 102).

[16] O conceito tropeirismo doméstico envolve a atividade de peões e até de alguém da família do fazendeiro com tropas de mulas arreadas, que faziam a aquisição de ferramentas e produtos necessários. Além desta forma, era comum o arrendamento de tropas que puxavam carga para quem necessitasse, em ambos os casos, era comum o transporte de gêneros produzidos nos Campos de Cima da Serra para a Serra Baixa, Taquara, Três Forquilhas, São Sebastião do Caí e Caxias do Sul, sendo que boa parte das tropas vinham de Bom Jesus. (SANTOS, 1995, p. 155).

No século XX, conforme registros da população local de Criúva e a historiografia do tropeirismo, havia, além do tropeirismo doméstico, o deslocamento de tropas em direção a Pedras Brancas, atualmente Município de Guaíba, cujo comércio ocorria com as regiões litorâneas. Segundo narrativas de moradores (2016), esse tipo de comércio era uma maneira para a obtenção dos gêneros inexistentes na localidade, bem como uma forma de garantir o funcionamento da vila.

É oportuno lembrar que, ao longo da Estrada Rio Branco,[17] que passava por Criúva, havia os chamados "potreiros de aluguel"[18] e as chamadas Casas de Pasto.[19] Entre a Ponte dos Korff e a vila de Criúva, era possível localizar, em determinada época, até cinco potreiros de aluguel. (BOSSARDI, 2005, p. 553). Vê-se que o caminho dos tropeiros passava exatamente pelo centro da atual área distrital e foi parte de sua história. Segundo morador da Criúva, Aparício Corso, "havia tropas de até seiscentos e cinquenta a setecentos bois que passaram por Criúva no início do século XX". (ALVES, 2010, p. 103).

Reconhecendo a importância do tropeirismo, é necessário citar o fato de que a presença lusa e luso-brasileira na região era predominante, ligada à própria divisão inicial da terra, a partir da Sesmaria das Palmeiras, que pertencia a André Nunes Porto, da cidade do Porto em Portugal. (ALVES, 2010, p. 32).

A posse da terra em Criúva, na origem dessa localidade, aponta para a predominância de lusos e de luso-brasileiros, devido às características dos sobrenomes familiares, ou seja, daqueles que receberam terras através de autos de legitimação no século XIX, como Pacheco, Andrade, Ferreira, Alves, Silveira, Gomes e Santos. (POSSAMAI, 2005, p. 410).

[17] O nome de Visconde de Rio Branco era dado à estrada que partia de São Sebastião do Caí e seguia para a Colônia Caxias. Provavelmente foi dado ainda em 1877, conforme registros encontrados desde aquela época, que referiam a estrada como "Visconde do Rio Branco". Alguns indicadores permitem apontar que tenha sido José Cupertino Coelho Cintra, engenheiro e Inspetor-Geral de Terras e Colonização, no Espírito Santo, o mesmo que deu o nome de "Colônia Caxias" ao Campo dos Bugres, e dá o nome de Conselheiro Dantas à estrada do mesmo nome, e Visconde do Rio Branco à estrada até São Sebastião. (BRAMBATTI, 2015, p. 81).

[18] Correspondem a locais adequados para os tropeiros fazerem uma parada, pernoite, sestear, preparar a "boia", ou seja, a alimentação, tomar chimarrão, contar e ouvir causos. (BOSSARDI, 2005, p. 553).

[19] Este estabelecimento teve como ponto de referência a propriedade de João Corso. Este era composto por um galpão próprio para os tropeiros, com local de chão batido para o fogo de chão e o preparo da alimentação e aquecimento no inverno, outra parte com assoalho para o pouso dos mesmos. (BOSSARDI, 2005, p. 553).

É possível identificar ainda a presença de habitantes, vindos de outras regiões dos Campos de Cima da Serra; entretanto, com destaque para São Francisco de Paula e especialmente Santo Antônio da Patrulha. Tal situação é comprovada mediante contato com os moradores mais antigos da localidade, como é o caso de várias famílias que fizeram parte do estudo "Raízes de Criúva e São Marcos". (POSSAMAI, 2005).

É o caso da família Maciel Brito, Reis e Brito Ramos, das quais vários descendentes migraram de Santo Antônio da Patrulha para a localidade de Criúva. (POSSAMAI, 2005, p. 413-432). Isso ocorreu enquanto esta fazia parte da área territorial de Santo Antônio da Patrulha e mesmo após o desmembramento e a elevação de São Francisco de Paula ao título de municipalidade.

Ainda no que se refere à composição do distrito,[20] cabe lembrar o que diz Alves:

> [...] o Povoado da Criúva persegue o modelo-matriz de povoamento, conquista da terra, expulsão dos primitivos indígenas, divisão e posse das terras, delimitação da área administrativa subordinada a um centro maior e, com o tempo, novas divisões e novos pactos de convivência com as mudanças inexoráveis... Afinal, uma cultura que se firmava dentro de padrões estabelecidos em várias regiões do País, fortemente impregnada pela miscigenação. (ALVES, 2010, p. 15).

Dentro das características citadas, é possível apontar que o povoamento inicial foi afetado pela ação dos imigrantes e estes fizeram parte das transformações no território marcado e dividido pelo latifúndio e minifúndio, aspectos que acompanharam a história de Criúva.

2.3 A economia dessa região: as fronteiras entre o latifúndio e o minifúndio

A região de estudo teve notadamente uma vocação agropastoril, o que deu motivos para a ocupação inicial, marcada pela presença de lusos e de luso-brasileiros, que se estabeleceram nas terras e se dedicaram, além da criação do gado, a culturas efetivas. (RIZZON; POSSAMAI, 1987, p. 39).

Vê-se que, no passado, o latifúndio representado pelo regime de sesmarias foi o ponto de partida da existência de Criúva pela condição do uso da terra,

[20] Alguns moradores de Criúva em 1852, segundo registro de eleições, são representantes do local na Câmara de representações em Santo Antônio da Patrulha e recebem votos nas eleições. São eles: Justiniano e José de Paula Machado e Tristão Alves da Silveira. (ALVES, 2010, p. 67).

apesar da partilha que hoje é percebida. A referida divisão da terra compôs um quadro que, em sua maior parte, foi marcada pela presença da pequena propriedade e também pela existência do latifúndio.

No que diz respeito ao uso do solo na grande propriedade, esta parte do Estado do Rio Grande do Sul foi ocupada pelo tipo clássico de fazendeiros que, com o passar do tempo, dividiram as atividades em criadores de gado e lavradores de culturas distintas. Segundo Osório:

> Quanto aos criadores, observamos uma subdivisão. Há os que só vivem de sua criação, e os que vivem de sua criação e lavouras. Em ambas as ocupações verificamos a criação de todos os tipos de animais. Mas, surpreendentemente, os "criadores e lavradores", possuem, em média, 22% mais reses que os "criadores". Possuem também o dobro do número de bois, um indicativo da prática da agricultura, da mesma forma que um número superior de mulas, utilizadas em múltiplas tarefas. Os maiores proprietários de rebanho eram portanto, não os especializados, mas justamente aqueles produtores mistos que combinavam a pecuária com a agricultura, que diversificava sua produção. (OSÓRIO, 2004, p. 81).

A observação feita por Osório mostra que os proprietários possuíam um número considerável de animais que eram divididos entre bois, éguas, cavalos, mulas, burros. Prova desses bens aparece nos inventários dos proprietários, cuja atividade econômica estava voltada para a criação de gado. Segundo inventário de Boaventura José Pacheco, citado abaixo, o proprietário tinha uma soma considerável de bens, investidos em animais.

Quadro 2 – Distribuição dos bens no inventário de Boaventura José Pacheco[21]

Bens	Número	Valor unitário	Valor total
Bois e crias	806 animais	Rs 4$000	Rs 3:200$000
Éguas de criar	300 animais	Rs 4$000	Rs 1:200$000
Cavalos mansos	45 animais	Rs 10$000	Rs 450$000
Mulas mansas	25 animais	Rs 12$000	Rs 300.000
Mulas chucras	12 animais	Rs 8$000	Rs 96$000
Burros choros	2 animais	Rs 20$000	Rs 40$000
Bois mansos	20 animais	Rs 20$000	Rs 160$000

Fonte: Adaptada pelo autor a partir de Possamai, Rizzon (1987, p. 46). Cópia do Inventário de Boaventura José Pacheco, de propriedade de Antonio Carlos Kroeff Soares.

[21] Os valores expressos no quadro estão em Réis, correspondendo, a cada um milhão de Réis, o valor de um conto de réis, expresso assim: Rs 1:000$000 ou Rs$ 1.000.000. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/S%C3%ADntesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2016.

Outro elemento indicativo das atividades econômicas, desenvolvidas no latifúndio, era a presença de escravos. Nas heranças, os escravos eram distribuídos, uma vez que tinham muito valor.[22] (POSSAMAI; RIZZON, 1987, p. 56).

Ao longo do século XIX, além da distribuição das áreas conhecidas como os "fundões"[23] pelas concessões da Lei de Terras de 1850, uma nova ocupação afetou a área de Criúva. Segundo Zarth (2002), essas áreas são demonstrações de "privatização das terras florestais".

> A privatização das áreas florestais atingiu os lavradores nacionais que tinham como alternativa a ocupação das terras devolutas, onde na década de 1850 deu-se início ao fechamento do livre acesso à terra para os lavradores pobres. A situação era curiosa: em meio a imensas áreas ociosas, os lavradores queixavam-se de não terem terras para trabalhar, eram sem-terras em meio à abundância de solos virgens. (ZARTH, 2002, p. 83).

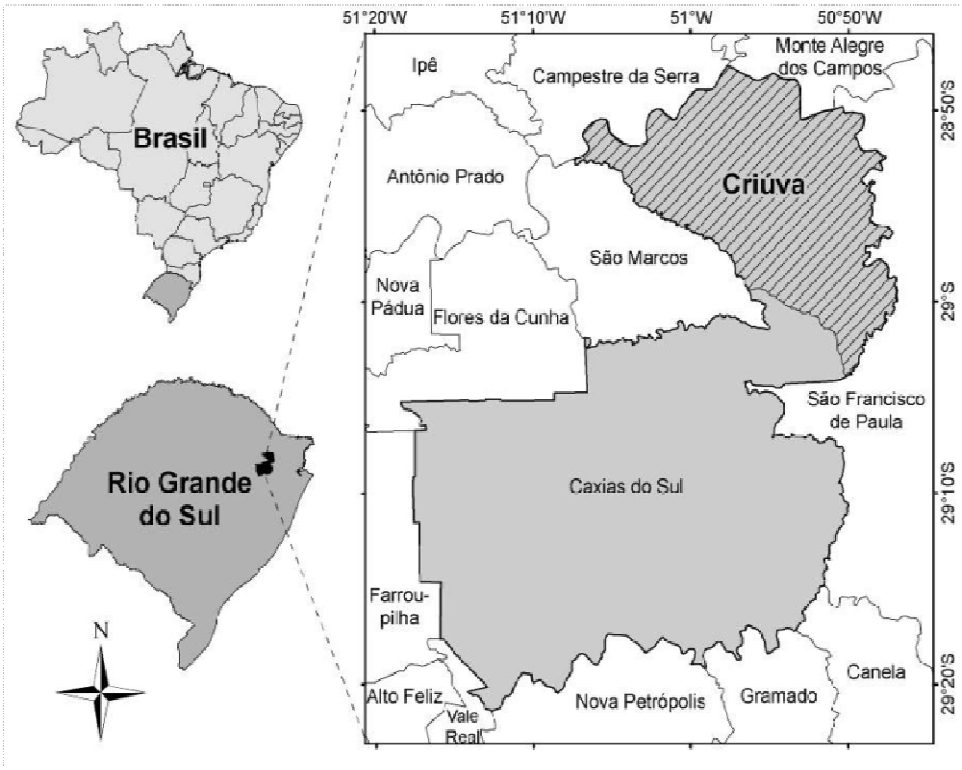
Considerando a explicação anterior, é possível identificar os efeitos dessa privatização nas terras de Criúva, que passou por uma situação fundiária semelhante. Deve-se considerar não apenas a região mais povoada, aquela popularmente considerada como "a vila",[24] mas principalmente a parte rural, que difere na parte leste da oeste dentro de um todo.

[22] Esta observação considera o que diz Possamai (1987) ao analisar a presença dos negros na região de São Marcos como escravos; além disso, o autor aponta: "dois locais de grandes concentrações de negros: o Juá e o Rincão dos Quilombos", este último localizado no rio da Mulada. Tal situação também consta em algumas referências orais, sem ter precisão.

[23] Esta expressão, de uso popular, refere-se àa área que não é utilizada para a pecuária, por estar numa área limítrofe, com parcelas de terra íngreme, delimitada por rios e acidentes geográficos, que produzem, segundo alguns moradores, certo abandono. É tão comum o emprego da expressão que, muitas vezes, na própria versão dos moradores, confunde-se o nome das localidades menores (capelas ou linhas).

[24] Tal termo é empregado pelos moradores para designar a parte urbanizada, aquela dos instrumentos administrativos, ou seja, com a estrutura oferecida pela administração municipal, o que envolve o aparato de saúde, educação, subprefeitura e estabelecimentos privados.

Figura 16 – Mapa destacando a localidade de Criúva dentro do espaço municipal de Caxias do Sul



Fonte: Hasenack e Weber (2007).

Dessa maneira, na região oeste percebe-se a presença maciça de elementos típicos das regiões de colonização italiana com pequenas propriedades, mão de obra familiar que passou ao longo do tempo para uma produção de hortifrutigranjeiros. Já o lado leste exibe a presença de propriedades rurais com maiores extensões, desenvolvimento de uma atividade pecuária, produção agrícola de gêneros de subsistência, também com mão de obra familiar.

Entre os condicionantes que devem ser apresentados como fatores no desenvolvimento agropecuário de Criúva, ressalta-se a ação dos fazendeiros que desenvolveram práticas voltadas para a pecuária. Essa atividade, que ocorreu principalmente na banda oriental, está relacionada à história dessas terras, voltadas inicialmente para a criação de gado.

Se de um lado houve a reprodução do modelo agropecuário, de outro, houve o estabelecimento do modelo baseado na pequena propriedade. É o caso

do norte de Criúva,[25] onde houve o estabelecimento de pequenas propriedades,[26] como forma de ocupação das chamadas terras devolutas. Não se pode esquecer que, nas terras devolutas, passavam os caminhos das tropas, locais que serviam também para "invernar" as mulas.

A prática do cultivo de terras como garantia de sustento da propriedade era comum. Os fazendeiros tinham como hábito deslocarem-se em certos períodos do ano, a fim de assegurar o plantio de culturas que lhes garantissem a manutenção de seus campos. Esse deslocamento, principalmente para os que habitavam na banda oriental, gerava uma dupla residência, conforme depoimentos de moradores de Criúva, que designavam esse fenômeno de vida seminômade.[27]

Dentre os fazendeiros que podem ser apresentados dentro desta condição, conforme informações dadas por Dorival Fermiano Alves, podem ser citados: Avelino Fermiano Alves, Januária Ferreira, Joventino Euzébio de Brito, Juvêncio S. dos Santos, família Oliveira, Machado, João S. Ramos, Amandio Fortes, Augusto F. Alves, Olícia Bernardo, Clarismundo Gonçalves (residente em Menino Deus), José dos Santos, Antônio Maneca, Alziro Moro, Alziro Cacimiro, Cazuza E. Brito (residente em Vila Seca), família Castilhos, Juca Joaquim, Izalino Boeira (residente no Apanhador, atual Município de São Francisco de Paula), Marculino Mendes, Luís Angra, João Pedro Kellerman, Inacinho Gonçalves, Janguito Gonçalves, Olivério Siqueira, João Cristino e Fermindo Pacheco, entre outros. (ALVES, 2002).

Fenômeno semelhante ao observado em Criúva pode ser verificado na região de Vacaria. Neste local, os fazendeiros também tinham posses de terras na Serra, conforme relata Barbosa:

> As lavouras nas fazendas eram de pequenas proporções. Por isso, quase todos os fazendeiros possuíam sua roça em região de serra, às vezes bem longe de casa, nos confins da serra do Pelotas, no Pinhal, na serra das Antas, do Carreiro. O fazendeiro requeria posse de certa área de mata e mandava demarcar. A posse na serra, em geral, tinha dupla finalidade: a cultura agrícola e o invernamento do gado. (BARBOSA, 1978).

[25] Consideramos aqui, com a expressão "banda oriental", o lado leste de Criúva que, em termos paisagísticos, portanto geográficos, é formado por vegetação nativa com pinheirais, terrenos mais acidentados, incidência de morros e vegetação menos propícia para a pecuária, necessitando de criação de pastagens artificiais.

[26] Estas pequenas propriedades referem-se ao estabelecimento no local de famílias incentivadas pelo governo à ocupação das terras, a partir da derrubada da mata e posse.

[27] A palavra seminômade deve-se ao deslocamento apresentado pelos fazendeiros, durante parte do inverno; tal constatação é apontada em entrevistas com antigos moradores. (ALVES, 2002).

A grande diferença que se percebe em relação à Criúva deve-se principalmente ao fato de ter gerado uma situação diferenciada na ocupação da terra, na parte norte do distrito. Afirmamos isso, pois ocorre um estabelecimento temporário de quase toda a população da fazenda na região de Serra, enquanto em Vacaria, pelo que analisa Barbosa (1978), certo deslocamento atingia apenas o gado, os porcos e não se percebia uma fixação de população.

Pode-se considerar ainda sobre o uso da terra, particularmente na área norte de Criúva, que, se por um lado se estabeleceram extensões das fazendas da região de campo, na parte da Serra se fixaram populações que desenvolveram cultivos voltados para a subsistência. Na região ocidental, destaca-se a presença dos imigrantes italianos e poloneses que utilizaram o modelo da pequena propriedade com mão de obra familiar.

Vale lembrar que a chegada do imigrante italiano na região, como já foi dito, representou em parte o excedente populacional de outras áreas. Tal situação gerou o uso da terra totalmente diferenciado. A produtividade ativou o comércio, que se tornou mais intenso e atuante na região da "vila", bem como promoveu uma densidade maior de população. Por volta da primeira e segunda décadas do século XX, foi possível reconhecer a força das casas de comércio de João Bertussi (1905), João Pilati, Pante em São Marcos; Santo Pilati e Pedro Pilati em S. Manuel, Vacaria. (CORSO, 2002).

À medida que muitos se instalaram na região, houve conflitos que representavam as diferenças entre os grupos. É o caso de Vacaria, cujos conflitos pela posse da terra foram visíveis. Giron (20o1) destaca que a forma de produzir e o modo de ser coletivo eram distintos.

> O encontro entre os modos de viver e de produzir não foi tranquilo. Os colonos eram desprezados pelos lusos e defendidos pelo governo. Os confrontos entre os dois grupos ainda não foram suficientemente estudados. Lutas pela manutenção do latifúndio forma travadas nos tribunais e nas colônias. (GIRON, 2001, p. 11).

Na região de Criúva, as relações entre os imigrantes italianos e açorianos, ao menos em termos de uso da terra, não pareceu conflitante, mas a convivência era representada pela distância ou indiferença. Não encontramos uma ligação

muito forte, embora nos depoimentos também não sejam citadas desavenças ou conflitos entre as diferentes populações.

Enquanto os elementos lusos, descendentes de lagunistas e provavelmente paulistas (RIZZON; POSSAMAI, 1987), dominavam e dominam as áreas rurais ligadas à pecuária, os descendentes de colonos italianos especializaram-se na produção agrícola mais direta. Ao longo do tempo, ampliaram o cultivo da uva, o que gerou uma especialização da produção, bem como uma distinção agrícola muito visível na localidade.

A presença do pecuarista foi, desde o princípio, marcante na região de Criúva, embora tal produção tenha se transformado em boa parte do tempo na principal atividade econômica. Esta se associou a outras atividades que, ao serem concomitantes, geraram a produção do queijo que se transformou em um símbolo do distrito, identificando a região.

Algumas localidades do distrito, especialmente no território da Serra, aprimoram o processo de invernia do gado de campo e da produção de gêneros, de modo a atender às necessidades dos pecuaristas, principalmente no verão. Na realidade, a extensividade do uso da terra, nos "Campos de Cima da Serra", deu mostras na região da formação de verdadeiros currais com gado bovino além de cavalares.

A intensificação do trânsito pelos campos de Criúva, em direção à Vacaria e Sorocaba em São Paulo, ocasionou trocas com regiões litorâneas na venda dos subprodutos do gado, queijo principalmente, nas regiões em direção ao litoral (Três Forquilhas). É oportuno lembrar que, além dessas funções, mantém-se na memória dos antigos moradores a função "pousada dos tropeiros", como lembrança do que a marcou e a caracterizou para os que ali passaram e dela usufruíram.

A Criúva pecuarista não representou, como se percebe, toda a extensão territorial nem todo o período de sua história. Representou a região mais ao norte, parte ocupada principalmente como efeito da lei de terras de 1850, cuja formação sofre pressão, como espécie de "reserva agrícola" que, a princípio, serviu aos fazendeiros da região da campanha, no século XX, até a década de 50-60. (ALVES, 2002).

Salienta-se que a topografia da região da Serra favoreceu o extremo norte do distrito, a partir do avanço da ocupação fundiária, verificado pela instalação

de áreas agrícolas com lavouras de cereais, tais como: milho, feijão, trigo, cevada, e os potreiros,[28] que serviram para a criação de gado, por vezes emprestado pelos fazendeiros para aqueles que aos poucos se fixaram nestas áreas. (PASSOS, 2002). Nas primeiras décadas, após a Lei de Terras, em 1850 o estabelecimento das primeiras famílias, na região norte, abriu espaço inicialmente para a agricultura, posteriormente para uso de alimento do gado no período de inverno entre o campo e a serra.

Foi somente na década de 1950, no século XX, que a pecuária teve maior espaço na parte mais ao norte de Criúva e, provavelmente, espalhou-se também pelo noroeste, chegando à Região Colonial Italiana (RCI). Neste momento, a produção do leite passou de uma simples garantia de sobrevivência, já que havia empréstimo de gado de campo, que era solto durante o inverno pelos fazendeiros. Para o serrano, o gado emprestado dava certa garantia de sustento no inverno. (PASSOS, 2002).

A dependência inicial dos fazendeiros trouxe impulso e, ao mesmo tempo, reteve uma iniciativa pecuarista. A transformação da mata em potreiros, sistema adotado nas regiões de Serra que, inicialmente, serviu como suporte para as "invernadas",[29] também influenciou o desenvolvimento de uma pecuária de leite, incentivada, no século XX, por cooperativas leiteiras da região de Caxias e mesmo de fora do município. (BOSCHETTI, 2002).

É comum a observação, por parte de moradores, do conjunto de obstáculos impostos pela falta de recursos financeiros, bem como pela situação de pobreza que abatia a localidade mais ao norte, nas áreas de mata fechada. (BERTUSSI, 2015; PASSOS, 2002).

A localidade de Criúva incorporou características étnico-culturais ligadas à história do município-sede, que envolvia desde portugueses, açorianos, paulistas e paranaenses, bem como indígenas.

[28] O termo *potreiros* é utilizado pela população local para identificar a parte de suas propriedades compostas por grama, em geral plantada ou chamada de artificial, da espécie "sempre-verde" ou outra, utilizada como base para o sustento dos animais. (BOSCHETTI, 2002).

[29] O termo *invernadas* é empregado pela população local conforme vários depoimentos, para designar a região em geral de Serra, que mistura áreas de mata e, ao mesmo tempo, partes de gramíneas desmatadas, estas servem para receber o gado no inverno, garantindo sua sobrevivência, uma vez que o campo fica carente em termos de pastagem e apresenta temperatura mais baixa. Este instrumento de manutenção da criação foi empregado em tempos primitivos e ainda mantém-se como prática na localidade de Criúva, conforme moradores.

> É importante ressaltar que a população portuguesa do Rio Grande do Sul não vem toda dos Açores. Muitas cidades têm origens militares e foram povoadas por soldados vindos de Portugal ou do centro do país e outras populações devem suas origens aos paulistas e paranaenses que vinham para estas bandas à procura de negócios. Açorianos e minhotos, luso brasileiros de São Paulo e Santa Catarina, índios e aventureiros de várias castas, foram a base social de onde surgiu o gaúcho rio-grandense. (SCHNEIDER, 2000, p. 28).

A dinâmica dos referidos contingentes populacionais, em períodos remotos, também foi base da ocupação territorial criuvense, o que leva a inferir acerca da presença que substituiu os nativos (indígenas) por europeus de origem luso-brasileira.

A partir da fixação do uso da terra, no final do século XIX, no que diz respeito à exploração agropecuária, que antes estava restrita à área de campo, foi também estendida à parte de Serra, cuja morfologia era mais acidentada e se limitava à margem do rio das Antas. Esta área é composta hoje pelas comunidades de Mulada, Passo do Biaggio, Fundo Quente, Palanquinhos, Linha Gonçalves e Chapadão.[30]

O que se identifica na área de Serra, diante da configuração geográfica e localização íngreme, é que esse tipo de produção serviu para o abastecimento das tropas e aumentou sua importância com os colonos, à medida que fomentou o comércio. Conforme aponta Silva:

> Sem o tropeiro de mulas a comunicação e a troca de mercadorias não seriam possíveis, em virtude das dificuldades da época, no tocante à locomoção. A distância entre os Campos de Cima da Serra e a região colonial da encosta da serra e as áreas litorâneas era enorme, além das matas fechadas, terrenos montanhosos, perigos pelo caminho e ataques de animais ferozes. A pé seria praticamente impossível estabelecer relações comerciais entre as áreas coloniais, muito menos com os moradores das cidades serranas. (SILVA, 2015, p. 286).

Os depoimentos dos moradores de Criúva corroboram as observações de Silva (2015), acerca da prática cultural das roças de milho e feijão, produção que ajudou a manutenção da vida dos fazendeiros no rigor do inverno. Justificam que, à medida que o povoado cresceu, no início do século XX, o trigo e a cevada transformar-se-iam em produtos mais importantes. Por volta das décadas de

[30] Conforme mapa disponível na mapoteca da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, as localidades citadas pertencem à Mulada.

1930 e 1950, houve a abertura de pastagens que fortaleceram as atividades agropecuárias. Os potreiros foram gradativamente ocupados e ofereceram os produtos do comércio.

Assim, foram as atividades produtivas que vieram a incrementar o potencial leiteiro da região de Criúva na parte norte, ou seja, Mulada e arredores, pois dessa forma os produtos típicos, como queijo, cereais e uma gama de produtos e subprodutos das criações, transformaram-se em parte do intercâmbio comercial com áreas coloniais e litorâneas. Segundo registros[31] que marcam a memória local,

> na década de 50-60 a Mulada foi maior, em 68-70 começou a diminuir, decair, na década de 60 escasseou mais a população. Na década de 50 era grande a produção de trigo. Olha eu acho uma produção de mais de 25 mil sacos saia daqui. (ALVES, 2002).

Por outro lado, na mesma região, o ciclo de crescimento econômico do Município de Caxias do Sul incorporou parte da população e, ao mesmo tempo, fez com que gradativamente houvesse transformações locais pela redução das atividades agrícolas. Apesar de o plantio da cevada ter se mantido, trazendo benefícios ao comércio local, entre 1970 a 1975, quando a cevada tinha um mercado garantido para a Cervejaria Pérola, por meio de Ari Mazotti. (BOSCHETTI, 2002).

Conclui-se que, ao longo do tempo, especialmente na região da Mulada e nas áreas de Serra, as atividades econômicas foram sendo substituídas e, ao mesmo tempo, fornecendo mão de obra que serviu para o desenvolvimento industrial de Caxias, à medida que tal população deslocou-se com grande intensidade. (BOSCHETTI, 2002). Verdadeiros vazios foram criados em decorrência da migração, como comprovam as manifestações de moradores locais. Tal fenômeno acompanharia a área de Serra, até a década de 1980-1990, devido principalmente "às mercadorias estavam muito baratas", "saia quase uma mudança por semana" (NOVELLO, 2015), por necessidades econômicas, sendo possível perceber a aproximação cada vez maior entre a localidade e a sede de Caxias do Sul.

[31] Depoimentos colhidos nas entrevistas confirmam o que diz Alves sobre a economia da Mulada.

2.4 Novos personagens e a história: a chegada de imigrantes europeus

O final do século XIX, como já anteriormente analisado, a região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul recebeu muitos imigrantes europeus. (POSSAMAI, 2005). Tal fato promoveu uma nova ocupação da terra e, com ela, a introdução de novos elementos étnico-culturais. O território que sofrera já a influência dos lusos, por sua vez forçou o recuo das populações nativas. (ALVES, 2010).

No sentido de ampliar o entendimento do conjunto de alterações pelo qual o território de Criúva passou desde a ocupação inicial, cabe apontar que as relações mantidas por fazendeiros e imigrantes sempre foram pacíficas. Como sustenta Giron (2001), a "chegada dos colonos foi motivo de clamor, tanto das elites intelectuais quanto dos políticos gaúchos". Essa situação não pode ser generalizada, uma vez que foram criados pontos de contato entre mentalidades diferentes e como relembra Giron (2001, p. 9): "O comércio entre os fazendeiros e os imigrantes italianos sempre foi intenso e pacífico".

No que concerne às diferenças na forma de pensar dos imigrantes, cabe como registro:

> Os imigrantes traziam não só o anseio pela riqueza, como também o gérmen do capitalismo. Muitos dos imigrantes italianos haviam mantido contato com as transformações econômicas que a industrialização acarretara no norte da Itália. Os ideiais da livre iniciativa e do trabalho livre vieram com a bagagem dos colonos. Sendo seu número maior que o dos outros imigrantes, representavam um perigo para a fragmentação das propriedades. (GIRON, 2001, p. 10).

É possível identificar que houve mudanças em Criúva na medida em que houve integração dos imigrantes naquela localidade. As mudanças não se deram apenas na produção agrícola, ocorreram também na atividade comercial, pelo fato de ser um entreposto de abastecimento das tropas. A integração dos imigrantes aos que já estavam instalados foi marcante e alavancou uma série de outros negócios, como se pode observar:

> O pai do seu Aparício[32] foi o primeiro a ter casa de pasto em Criúva. Inicialmente agricultor, depois voltou-se para o comércio que acabou vendendo para o Pilatti. "A Mariucha que conhecemos é sua descendente", afirma. As mercadorias eram trazidas de Torres. De lá vinham cachaça, rapadura e açúcar amarelo. Iam também a Santo Antônio e a Três Forquilhas. (REIS, 2005, p. 441).

[32] Entrevista realizada com Aparício Corso, antigo morador de Criúva. Considerado pelos moradores como sua enciclopédia e sujeito que ajudou a manter a memória coletiva local.

Quadro 3 – Localização dos principais estabelecimentos comerciais e manufatureiros da região de Criúva – período de 1910-1950

Estabelecimento	Proprietário(s)	Localização
Moinho Nossa Senhora do Carmo -	Composto por seis sócios: Dionísio Jordani (sócio e gerente); Valmor Antônio Bertussi, João Cavalli, Vitório Bernardi, Francisco José Cavalli e Claudino Cavalli	Localizado na sede do distrito, foi construído em 1952
Moinho do Rio Pereira	Sr. Joaquim Biazuz. Na década de 40 passou para o Sr. Domingos Soldera e filhos	Localizado na Capela Santa Catarina, sua história remonta a 1905
Hotel Cruzeiro	Pertenceu a Claudino Reginini e Iria M. Pilatti Reginini	Localizado nas esquinas das ruas Quinze de Novembro com Júlio de Castilhos
Loja João Pilati	Pertencente ao imigrante João Pilati	Localizada na sede do distrito
Ferraria de João Bertussi	Montada por João Bertussi na década de 1910, foi substituída por uma loja de secos e molhados, vendida na década de 1920 para Henrique Pante	Localizada na sede do distrito
Casa de Pasto	Criada em 1903 pela família Corso, compunha-se também de um potreiro de aluguel e hotel; em 1917 passou a pertencer a João Pilati	Localizada na sede do distrito
Ferraria	Montada por José Covolan na década de 1910, compartilhada com João Covolan (conhecido como Joanim); este adquire a ferraria, que trocou cinco vezes de proprietários: Claudino Reginini e Milton Biazus; Leovergildo Fidélis Gomes e Ângelo Zatta; Alcebíades Daros e Aquilis Mazzoti; Isidoro e Pedro Savik; desde 1969 Tarcíso Casal (Miro)	Localizada na sede do distrito
Sapataria	Também da década de 10, Marino Rossi	Localizada na sede do distrito
Olaria	Pertencente a Ciro Rech	Locaizada na sede do distrito
Cafés	Em formato de bar, fizeram grande movimento na vila, entre as décadas de 1910, 1920 e 1930: Hermógenes Bertolazi, José Gatermann, transferidos a Guerino Romani e o segundo para Glodomiro Pasquali	Localizados na sede do distrito
Hotel e Casa de Pasto	Composta por Casa de Pastos e depósito das Madeireiras do Agudo, no início da década de 1910, José Zingale.	Localizados na sede do distrito
Moinhos e fábricas	Os irmãos Muraro montaram um Moinho com silo em prédio de quatro andares de madeira; também existia uma fábrica de aduelas, engenho e fábrica de móveis. Incendiou por volta de 1947	Localizados na sede do distrito
Funilaria	Sem data precisa, pertencia a "Nego Izalino" como era conhecido seu proprietário	Localizados na sede do distrito

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Possamai (2005, p. 517-561).

O cenário econômico e social, a partir da chegada de italianos e poloneses, visto pelo viés comercial, amadureceu as relações de proximidade entre a área de Criúva que ainda pertencia ao Município de São Francisco de Paula e ao Município de Caxias do Sul. Como prova do crescimento das atividades

econômicas,[33] foi construído um quadro que permite identificar a participação de imigrantes e/ou seus descendentes nas atividades, bem como a diversificação dessas atividades econômicas.

Constata-se ainda a existência de fábricas de móveis, centro comercial que, na década de 1920 pertencia a Luiz Francischelli e que, em 1933, foi adquirida por Primo Bertolazzi (Bepi), além de fábrica de queijo, criada em 1943 por Bepi, que chegou a trabalhar com 800 litros de leite. (FRANCISCHELLI; VARGAS; SCHUMACHER, 2005, p. 558). De acordo com Alves (2010, p. 89), é registrada a existência de várias atividades econômicas que envolvem a população local como o ramo de transportes (tropas cargueiras, carreteiros e caminhoneiros) e uma série de serviços prestados na localidade, no início do século XX. Os proprietários localizados possuem origens diversas, como se pode comprovar pelos sobrenomes citados no quadro anterior.

É visível a influência que os imigrantes europeus, principalmente os italianos, tiveram na Vila de Criúva, uma vez que a localidade apresentava ligação com outras localidades e oferecia variados serviços e produtos. Embora grande parte das atividades e estabelecimentos fosse localizada na parte central da vila, a região do entorno também teve influência, como é o caso das áreas de Agudo em direção a São Marcos e Boqueirão.

Percebe-se que os lusos, os luso-brasileiros, os italianos e os poloneses dividiram espaço no funcionamento da vila, compartilharam interesses comuns, uniram os vários grupos e estabeleceram uma dinâmica própria, na qual a integração ressoou no empenho das atividades econômicas.

Conforme Alves (2010, p. 90), a maioria dos antigos moradores teve filhos que se casaram entre “etnias”, “pelo-duro com italiano, brasileiro com italiano, brasileiro com alemão, alemão com italiano”, numa demonstração e prova do cruzamento das culturas.

No que diz respeito às relações comerciais, estas foram reforçadas pelos laços estabelecidos nos casamentos entre etnias diversas, sendo que muitas relações de natureza econômica geraram uniões, como aparece na história das

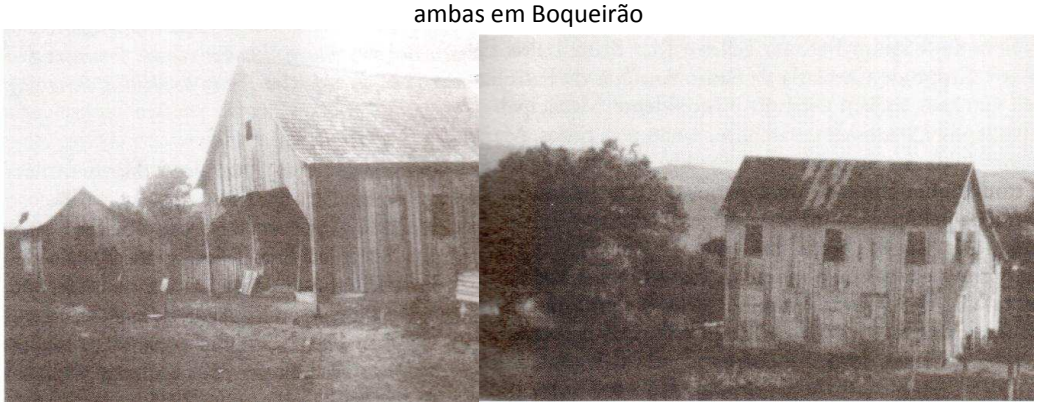
[33] Reitera-se o fato de não ser o comércio e os elementos econômicos uma finalidade deste estudo, há que se fazer o registro da grande presença de imigrantes ou de seus descendentes, em atividades comerciais e empreendimentos de manufatura ou beneficiamento na localidade.

próprias casas comerciais, como é o caso de Primo Bertolazzi e de João Fontana em 1933:

> A loja comprava dos moradores da comunidade e localidades próximas: queijo, produtos agrícolas e tranças feitas com palha de trigo. Moradores de Criúva, Agudo, Mulada, Flores da Cunha, Ilhéus, Rincão das Flores e muitas outras localidades, dirigiam-se à loja por ali haver grande variedade de mercadorias: tecidos, calçados, perfumes, louças, cereais, bacalhau, charque, mel e cera. (FRANCISCHELLI; VARGAS; SCHUMACHER, 2005, p. 558).

Como havia forte presença de elementos lusos e lusos-brasileiros, em boa parte das áreas citadas, há de se considerar que estes negócios significavam, além de relações comerciais, uma troca de culturas e uma forma de contato entre "diferentes". Enquanto os imigrantes italianos, em boa parte desenvolviam atividades de comércio, o outro grupo era o fornecedor das mercadorias coloniais que, a partir do início do século XX, estavam sendo intercambiadas para várias regiões além da localidade.

Figura 17 – Residência da família Luiz Francischelli e a Casa de Comércio da família Bertolazzi, ambas em Boqueirão



Fonte: Possamai (2005, p. 561).

Conclui-se que bodegas, casas de comércio em geral, serrarias e outros locais foram espaços de trocas e de contatos que geraram uma "outra" Criúva. Estas características permitiram o crescimento do povoado que, além das atividades da pecuária, expandiu o setor de comércio e serviços. Foi com a passagem do tempo que todo o intercâmbio positivo gerou insatisfações e a busca de outro município para sua administração. Como ressalta Alves:

> Desde o final do século XIX a população local procurou uma forma de melhorar suas condições socioeconômicas. Em princípio, aliando-se a outros distritos e quarteirões para criação de um novo município. Após, engajou-se a movimentos de anexação a Caxias e até 1953 não conseguia seu intento, pois teve uma eleição pelo Governo Federal. (ALVES, 2010, p. 137).

Tal condição carregava mais do que insatisfação dos moradores e proprietários de terras, carregava um sentimento de pertença que se abalava com o município de São Francisco de Paula, cada vez que se aproximava o momento da separação, conforme demonstra a imprensa da época:

Figura 18 – Informes da anexação de Criúva a Caxias

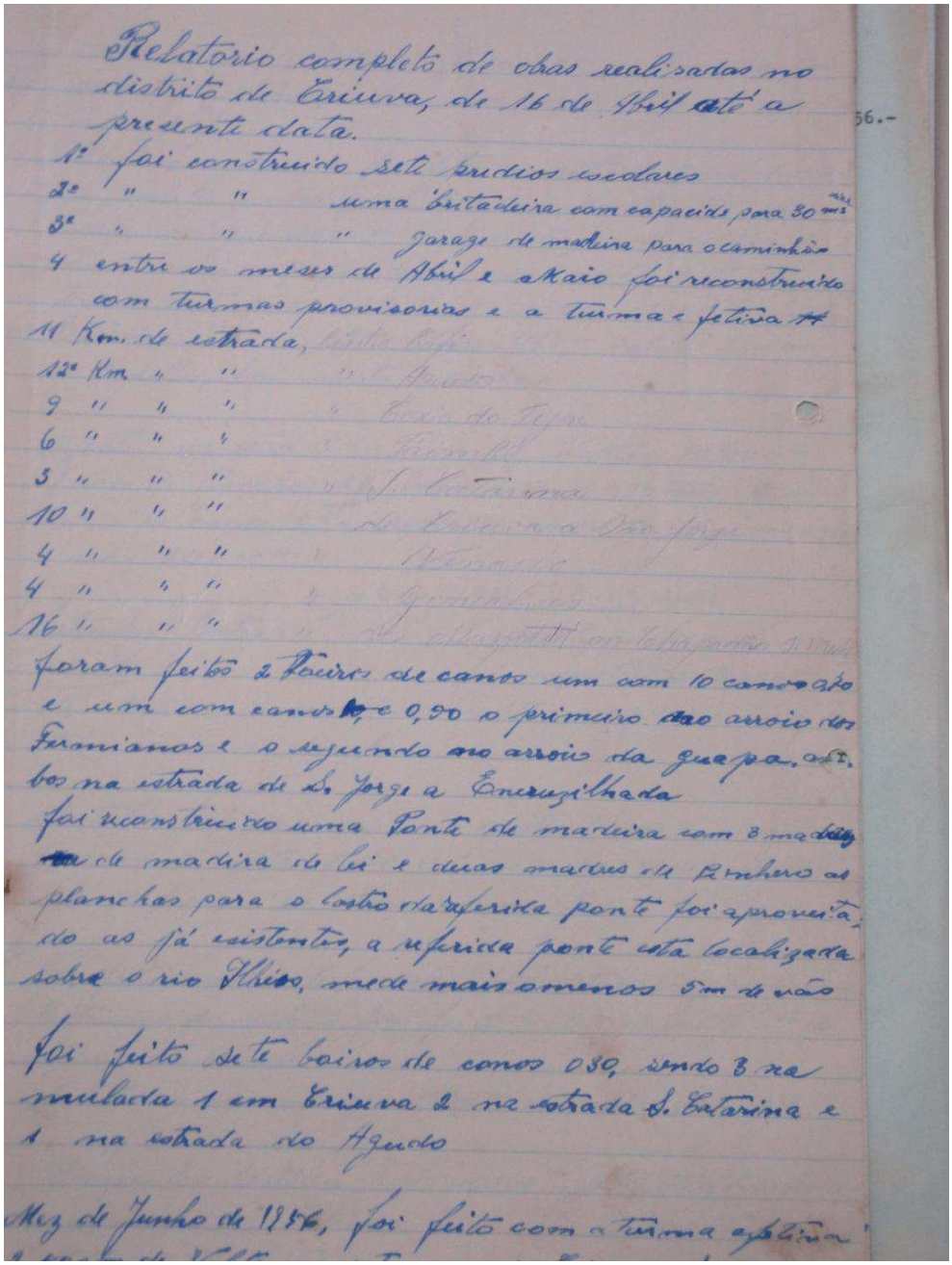
Fala-se da Candidatura do Major Euclides Triches para Governador!
Uma Administração Que Vem se Impondo em Todo o Estado!
Criuva Será Anexada a Caxias do Sul
PIONEIRO
Para Que Não se Repitam Humilhações
Celso Orengo
Coroação da Rainha do Bangú
Importação de Cal
Semana da Asa
O Avião Pioneiro
DA AERO CAXIAS LTDA.
Repicam Festivos os Sinos de São Justo! Trieste Foi, e Será Sempre Italiana!
"Estrada Caxias-Torres
O Novo Aeroporto

Fonte: Jornal Pioneiro, 17 de outubro de 1953. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=56963&p=0&Miniatura=true&Texto=false>. Acesso em: 5 jan. 2016.[34]

[34] Em anexo encontram-se outras reportagens do jornal *Pioneiro* da época da anexação de Criúva a Caxias, bem como as leis que envolveram o andamento do processo político e jurídico.

A partir da anexação do território de Criúva a Caxias do Sul, as necessidades que envolveram a posição dos moradores do distrito foram evidenciadas, especialmente as relacionadas às carências que o mesmo sofria pelas suas administrações.

Figura 19 – Relatório da subprefeitura de Criúva, em 23-12-1956



Relatorio completo de obras realisadas no distrito de Criuva, de 16 de Abril até a presente data.

1º foi construido sete predios escolares
2º " " uma britadeira com capacide para 30 m³
3º " " " garage de madeira para o caminhão
4 entre os meses de Abril e Maio foi reconstruido com turmas provisorias e a turma efetiva
11 Km. de estrada,
12º Km " "
9 " " "
6 " " "
3 " " "
10 " " "
4 " " "
4 " " "
16 " " "

foram feitos 2 bueiros de canos um com 10 canos 0,70 e um com canos 10, e 0,90 o primeiro no arroio dos Fermianos e o segundo no arroio da guapa, ambos na estrada de S. Jorge a Encruzilhada

foi reconstruido uma Ponte de madeira com 3 madres de madeira de lei e duas madres de Pinheiro as planchas para o lastro da referida ponte foi aproveitado as já esistentes, a referida ponte esta localizada sobre o rio Ilhéos, mede mais o menos 5m de vão

foi feito sete bairos de canos 030, sendo 3 na mulada 1 em Criuva 2 na estrada S. Catarina e 1 na estrada do Agudo

Mez de Junho de 1956, foi feito com a turma efetiva

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Caxias do Sul – RS.

No decorrer das décadas, a história de Criúva vinculou-se à história de Caxias do Sul. Assim se construiu e se manteve todo um patrimônio material e imaterial, que mesclou diferentes hábitos e culturas, além do reconhecimento e da necessidade de manutenção da infraestrutura. A história do mesmo aponta para a riqueza do que ali se encontra.

Capítulo 3

Identidades e cruzamentos culturais

3.1 As possíveis identidades dos criuvenses

Quais as identidades dos criuvenses? Esta inquietação surge, à medida que se discute a formação histórica do povoado de Criúva e a influência que essa localidade teve, a partir da presença de diferentes grupos populacionais, que marcaram a história do distrito.

O estudo parte do conceito de Hall (1997) sobre identidade. Nele, o autor define que existe a possibilidade de identificar e reconhecer o sujeito. A pergunta sobre a identidade de Criúva parte da questão: Quem são os sujeitos que povoaram aquela localidade e como se deu o desdobramento de suas outras identidades? Aceitando a ideia de que a identidade é móvel e pode se desdobrar, devido às interferências culturais, percebe-se que a população de Criúva tem uma história dividida em períodos distintos, nos quais suas marcas fazem eco nas suas identificações.

O conceito de identidade pode ser compreendido quando inserido no "circuito da cultura" pelo sistema simbólico que o sustenta. Essa concepção de circuito da cultura, desenvolvido por vários autores, dentre eles Hall, insiste em associar identidade "com processos de representação, produção, consumo e regulação". A "identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre a representação". (HALL, 2011, p. 17). Por meio da representação, é possível entender os símbolos e seus sentidos, para compreender como funciona o circuito da cultura e o que é valorizado no mesmo. A representação envolve os sistemas simbólicos que dão significado ao que foi produzido.

Nessa direção, Hall (2011, p.109) afirma que as identidades "parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência". Com essa colocação, Hall (2011, p. 109) destaca o fato de que a identidade "têm a ver, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos". O autor salienta

ainda que a identidade serve não apenas para responder a questões essenciais da origem do grupo, mas o que foi feito para que haja a possibilidade de entender a representação criada, assim as identidades "têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição". (HALL, 2011, p. 109).

Esse raciocínio corrobora o pensamento de Hobsbawn (1984) quando o mesmo afirma que "muitas vezes as tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes quando não são inventadas". Por tradição inventada, o autor define:

> Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN, 1984, p. 9).

Nessa direção, Hobsbawn (1984) diferencia tradição de costume, mostrando que a tradição permanece inalterada e o costume se adapta, "não pode se dar ao luxo de ser invariável". O sentido dado é que a identidade precisa das tradições para se manter ou para abrir espaço para se adequar à realidade, assegurando o que a caracteriza e modificando aquilo que não consegue manter.

Na cultura de Criúva, percebe-se nitidamente, por exemplo, como a música foi um elemento dessa integração com a cultura construída, nos discursos presentes em canções. Nelas, a voz do sujeito retrata os valores da terra, do campo, das relações sociais, do trabalho, da sociabilidade, do tropeiro.

Hall reforça a força das identidades quando diz que elas

> são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída de uma identidade em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2011, p.109).

Esse raciocínio ajuda a explicar que a identidade de um grupo pode expressar uma série de desdobramentos que, ao invés de refletirem a unidade que o caracteriza, reflete a diferença, os contrastes produzidos na sua história,

nos seus hábitos e costumes, nas suas crenças e nos valores que preserva para dizer quem é e o que foi.

Nessa direção, a escolha da obra de Barth (1969), para definir grupo étnico, auxilia e colabora na compreensão de que esse grupo "designa uma população que compartilha de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explicito". (OLIVEIRA, 1976, p. 2). A referência para etnia foi extraída da obra de Weber e recolocada na ótica de Barth (1998, p. 190), quando o mesmo diz que "o grupo étnico se identifica como uma categoria que se distingue de outras". Weber explicita que a identidade étnica é construída a partir da diferença, ou seja:

> A atração entre aqueles que se identificam como de uma mesma espécie é indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros. Essa ideia implica que não é o isolamento que cria a consciência de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças das quais os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas. (WEBER, 1974, p. 40).

O uso do aparato conceitual de Barth (1998) não se restringe apenas ao conceito de etnia, mas principalmente às articulações que esse autor faz sobre fronteiras étnicas. Explicita que, ao realizar pesquisa empírica, particularmente sobre fronteiras étnicas, teve duas descobertas que ajudam a entender as dificuldades existentes em lidar com o assunto. A primeira é que "as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam [...] as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação". (BARTH, 1998, p. 188). A segunda afirma que as "relações sociais estáveis, persistentes [...] são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados". (BARTH, 1998, p.188).

Essas observações feitas por Barth ajudam a localizar no estudo a ação efetiva daqueles que se apropriaram da terra, aqueles que mantiveram seus vínculos com o local, independentemente das transformações que o mesmo sofreu. Nota-se, no distrito de Criúva, a presença de outros elementos étnicos indicativos de uma diversidade que foi sendo construída pela história do próprio distrito. Compondo a perspectiva da presença de diferentes grupos, referencia-se:

> Os índios Caáguas, Coroados, Botocudos que habitavam este cenário campeiro, forrado pela macega verde e pinheirais majestosos foi aos pouco perdendo espaço para os desbravadores, mestiços, mamelucos, brancos e negros, oriundos do Portugal Continentino, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e do Arquipélago dos Açores. A milenar luta pela sobrevivência do ser humano aqui também gerou conflitos e mapeava ambições ou sonhos puros. (ALVES, 2010, p. 17).

Como prova da presença de diferentes grupos, podemos lembrar que a região foi povoada por diversos grupos étnicos, mas teve a forte presença açoriana no seu processo inicial. Dessa forma, o conceito de Barth de "fronteiras étnicas" ajuda a identificar as diferenças entre os grupos étnicos que compartilham uma cultura comum. Essa definição explicitada anteriormente indica que o que une o grupo étnico é um sentimento comum que pode estar baseado na questão étnica, mas não necessariamente. O sentimento comum que os une fornece uma coesão necessária para manter o grupo integrado, mesmo que sejam as regras criadas por eles mesmos. O caso dos açorianos que possuem uma experiência anterior à chegada dos italianos mostra que os mesmos foram se assentando na terra, a partir das regras que existiam no período e foram se movimentando, a fim de assegurar suas características.

Para verificar como se processou a integração desses grupos que constituíram a história de Criúva, Possamai (2005, p. 39) explica que a fazenda Palmeira dos Ilhéus foi povoada por açorianos, negros, alemães, italianos e poloneses. O autor divide esse processo em dois períodos de povoamento, ou seja, o primeiro que se estende de 1772 a 1889, marcado pelo povoamento de açorianos, negros e alemães. O segundo de 1889 a 1909, cuja ocupação se dá pela presença de imigrantes italianos e poloneses. (POSSAMAI, 2002, p. 337).

Para sustentar essas afirmações tanto da ocupação da primeira fase quanto da segunda, Possamai (2005) expõe como as diversas famílias foram se organizando e a partir da presença das mesmas, identificadas pelos sobrenomes, remete as origens étnicas presentes no local. Assim, sobrenomes de posseiros com Autos de legitimação datados após a Lei de Terras, como Horn, Kröeff, Pacheco, Andrade, Ferreira de Castilhos, Alves da Silveira, Gomes e Santos (POSSAMAI, 2005, p. 410), entre outros, denotam a diversidade apontada.

No que se refere à presença italiana na região de Criúva, é possível afirmar que esta se localizou principalmente na área central da vila e a oeste do distrito.

Cabe aludir que, no final do século XIX, vigorou no País um projeto de colonização agrícola, como já foi dito anteriormente, com vistas a ocupar as terras do nordeste do RS, com núcleos agrícolas por imigrantes europeus. Prova dessa ocupação é que muitos italianos chegam em São Marcos "a partir de 14 de agosto de 1885" (ALVES, 2010, p. 73), região próxima, parte inclusive da antiga "Fazenda dos Ilhéus" que, por sua vez, surgiu do desmembramento da "Sesmaria das Palmeiras".

Dessa maneira, tem-se registros de imigrantes italianos que chegaram à sede da vila e lá se instalaram. Os primeiros imigrantes de origem italiana começaram a surgir a partir de 1899. Entre eles, João Pilatti, João Corso Filho e a família Bertuzzi, entre outros. "De 1908 a 1911 entraram mais 30 famílias nas diversas linhas ao redor da sede. Claro que trouxeram também costumes e tradições da Itália, especialmente aquelas vinculadas à religiosidade e outras festas de padroeiros santos". (POSSAMAI, 2005, p. 47).

A presença de italianos junto aos açorianos fez com que a cultura do local apresentasse alguns hábitos culturais, com marcas de identidade dessa população, que foram preservados e representam a riqueza de cada identidade. Trindade (2006, p. 80) discute a ação da multiculturalidade de raiz histórica, quando analisa a questão de como se recriam as identidades em contextos de migração. A autora destaca que

> as situações de coexistência de etnias ou de culturas distintas dentro do mesmo espaço nacional têm em muitos casos uma origem histórica de longa data, que decorre de processos de ocupação de territórios, de conquista, de colonização ou do desenraizamento de populações inteiras em situações de escravagismo. (TRINDADE, 2006, p. 80).

Esse raciocínio ajuda a explicar o que Criúva passou na construção de uma cultura que possuía uma história de ocupação distinta e, ao mesmo tempo, apresentava a coexistência de culturas que possuíam representações distintas. Nessa direção, a autora coloca que as coexistências, quando "pacíficas", indicam "terem as diferenças existentes sido interiorizadas pelas respectivas comunidades e por elas progressivamente aceitas, o que acontece quando têm dimensão comparável e quando nenhuma delas se sente discriminada em relação às outras". (TRINDADE, 2006, p. 81). Destaca-se que, no distrito de Criúva, essas diferenças foram sendo absorvidas pela população residente, à medida que

alguns elementos interessavam à população, sem representar uma briga de poder derivada das próprias representações.

O processo descrito anteriormente nem sempre é consciente para os moradores da localidade, seja quando considerado a partir das lembranças dos mais idosos, seja nas considerações dos mais jovens. A partir do acesso sobre a história local, é possível afirmar que a absorção referida anteriormente foi ocorrendo dentro de um contexto de convivência cultural, na qual a presença anterior dos elementos lusos e luso-brasileiros mesclou-se aos novos costumes trazidos pelos imigrantes italianos, principalmente.

Para ilustrar a referida convivência, que esteve presente desde as situações mais simples, à ocorrência dos eventos festivos, ainda no final do século XIX, cabe trazer a fala de Aparício Corso:

> Em 1899 tinham só três famílias que não eram portuguesas, de mais ou menos cinquenta casas, uma do Jorge Abe, Miguel Saliba e Leon Brum que era um russo socialista ele veio fugido [...]. Inclusive quem tocava na festa do Divino era um africano, da África, ele era da raça negra, ele tocava nas festas do Divino, cantava os hinos, na procissão, na igreja, ele se chamava Sebastião Abele, ele morava no Rincão do Kröeff. (CORSO, 2002).

Já o remanescente da dupla de cantores "Os Irmãos Bertussi", que inaugurou o estilo musical tradicionalista gaúcho, Adelar Bertussi, bisneto de imigrantes italianos e de luso-brasileiros, também expressa em suas considerações a forma de convivência das populações locais, com aquelas que migraram para Criúva. Além de terem iniciado uma convivência de diferentes grupos, fica clara em sua fala uma reação inicial a esta condição:

> O meu avô era índio Paranaguá o pai dele e a mãe dele era botocuda de Vacaria mas o meu avô era um homem de uma educação rapaz! Um homem fino e eles contavam que vinham os emissários lá de Santo Antônio da Patrulha de Porto Alegre saber se era verdade que o Emilio tava ficando louco ia deixar sua filha casar com gringo. E o Fioravante contava que o pai dele sofreu a mesma pressão dos Italianos como ele ia deixar "Joanim", o João, o filho casar com a negrita, com uma "scorse." Então tu veja perseguição de ambos os lados na época. Então eu sempre conto de outras pessoas aqui que aqui começou a miscigenação oficial. Isso correu notícia lá na Imigração Açoriana e na imigração italiana que dois filhos estavam casando. Já pensou! E veio dá [...] esses Irmãos Bertussi e essa "coisarada tudo aí". Tu vê só! (BERTUSSI, 2015).

Ao considerar as falas anteriores, comprova-se uma série de particularidades no local, que estiveram ligadas a um convívio histórico advindo desde os primeiros encontros entre as populações locais e os novos imigrantes. Registra-se que, além das diferenças étnicas, alguns elementos de mescla, ocorridos na localidade, aparecem nos rituais sagrados e profanos, na musicalidade e em algumas práticas culturais que acabaram acontecendo e marcando o conjunto das novas relações.

Nesse contexto, é possível afirmar que Criúva não apresenta uma cultura homogeneizada, como refere Semprini (1999), ou seja, esta trata das aporias conceituais entre multiculturalismo e monoculturalismo, quando afirma:

> A igualdade alimenta a utopia universalista e sua busca legitima as sociedades liberais. Os defensores da diferença objetam que a igualdade – assim como o universalismo – nada mais é que um grande equívoco. Ela não engloba o conjunto dos cidadãos porque exclui vários indivíduos ou grupos que não têm acesso equalizado ao espaço social como os demais. Além disso, ela é somente uma igualdade ilusória, pois mesmo quando está estendida a todo o corpo social, ela refere-se apenas aos direitos formais, administrativos, legais do indivíduo e não se aplica às desigualdades econômicas, culturais ou sociais. (SEMPRINI, 1999, p. 93).

Dessa forma, é importante deixar claro que Criúva manteve, ao longo de sua história, um conjunto de diferenças, apesar de alguns estudos (Raízes) reconhecerem a convivência entre os elementos étnicos e suas culturas distintas. Não se pode negar que, ao longo dessa mesma história, tenham se perpetuado diferenças entre seus habitantes, algumas ligadas à condição socioeconômica, outras ao período em que se constituiu a chegada ao local, ou seja, a situação migratória, estas últimas como fruto da forma de ocupação e uso da terra.

Foi o referido processo de convívio que fez surgir em Criúva um conjunto de identidades, ou seja, das diferenças entre os personagens da história do local. Da convivência emergiram as marcas que expressam parte da história do que é ou já foi a localidade. Percebe-se que parte destas identidades nasceram ligadas à história local pela presença natural dos lusos e luso-brasileiros e pelo conjunto de hábitos e características típicas que os marcavam.

3.1.1 As lides com o gado e o tropeirismo: as primeiras formas de identidade

Diante da geografia do campo, surgiram em Criúva atividades de cunho rural, das quais se destacam o tropeio do gado e a vida rural-pecuarista com a série de "lidas" ou "lides" do campo. Tais aspectos remontam períodos longínquos, como identifica o morador local Jorge Oliveira Rodrigues, ao rememorar o que lhe foi transmitido por familiares, e mesmo experiências vividas em sua infância:

> Os tropeiros iam lá para a Serra em vinte a trinta homens com cargueiros e mantimentos e iam para Contendas, Três Forquilhas; os homens acampavam, tudo bem a cavalo, levavam animais de revezo. De madrugada sabiam que o gado tava no campo, porque eles saíam costeando o mato, costeando a Serra e iam cercando o gado e cada um saía com uma rês e tinha que laçar e depois iam se reunindo se dava o acaso de pegar vinte a trinta reses. Então daí maneavam, eles levavam uma corda chata, e deixavam lá deitado, aquele gado perdia o pelo ali se batendo [...] (RODRIGUES, 2002).

As atividades anteriormente narradas expressam elementos da localidade de Criúva, vinculadas às atividades pecuárias predominantes. Nelas não se pode deixar de analisar o tropeirismo que, entre outros aspectos, consagrou-se como um dos elementos identitários, responsáveis pelo entendimento do passado da localidade e, mais que sua história, aspectos de sua população, hábitos e atividades realizados ao longo do tempo, ainda representantes de sua vida coletiva.

De forma primitiva, a região de Criúva foi enquadrada no contexto do tropeirismo, originalmente como vila e recebeu a denominação de "Pousada dos Tropeiros". Esta função ligou o local, ao longo da história, aos rumos que a atividade tropeira teve para a economia e a sua relação com a formação do Rio Grande do Sul.

Conforme Barroso (1992), foram no mínimo três ciclos que desenvolveram a atividade tropeira, respeitando o conjunto das diferenças territoriais existentes no espaço sulino e suas épocas: o primeiro que envolveu a mula como mercadoria para uso como animal de tração, no princípio do século XVIII, e a atividade mineradora. O segundo e terceiro envolveram o transporte de tropas e mercadorias até o transcorrer do século XIX, este período que levou o

nascimento do troperismo doméstico ligando áreas de Cima da Serra com as litorâneas.

A localidade de Criúva apresentou elementos peculiares sobre o tropeirismo, como comprova o depoimento de Aparício Corso:

> Os tropeiros vinham de Vacaria, Lages para a charqueada em Pedra Branca Porto Alegre; as tropas de cargueiros iam para Três Forquilhas para buscar açúcar amarelo, polvilho, rapadura, cachaça […]. Os tropeiros desta época eram Miguel Boeira, Vidal Guerreiro, Simitro Guerreiro, Pradilin Correa Borges, Vilúcio, Jacó Lene (tinha bois de 6, 7 anos com gado franqueiro). (CORSO, 2002).

A partir da dinâmica tropeira, a vila ganhou um processo de infraestrutura que foi importante para a passagem dos tropeiros vindos de partes mais ao norte da vila, especificamente na direção do nordeste do estado e do país. Isto a transformou em um povoado efetivo nas primeiras décadas do século XX.

No que concerne ao tropeirismo na área mais longínqua, principalmente no norte e leste da vila de Criúva, o tropeirismo que ali aconteceu foi do tipo doméstico. Apesar disso, também ocorreram tropeadas de gado, comprovadas em uma série de depoimentos de moradores, como o de Juvenal Cardoso dos Passos ao tratar do assunto em sua infância e lembrar-se do pai Francisco Cardoso dos Passos, o Chico Marco, como era conhecido:

> Ele levava criação, gado para o França Guerreiro para Caxias e depois para a Charqueada. Ele também tinha tropa de animais, ia para Três Forquilhas, Praia Grande, ia buscar açúcar, farinha, cachaça, rapadura. Às vezes eu ia para botar as alças das broacas,[35] o pai me colocava na garupa dos cargueiros e eu me agarrava que nem carrapato nas cangalhas.[36] O percurso em geral demorava doze dias se o tempo colaborasse, se os rios subissem tinha que esperar até baixar. O pai também tropeava para Vacaria, ele não parava. (PASSOS, 2015).

Já Ervino Ramos, atualmente morador da região de Criúva na área da Mulada, norte do distrito, fala sobre as tropeadas:

[35] As broacas, conforme narração do entrevistado e o uso do linguajar local, eram bolsas de couro, fechadas com um tipo de tampa, esta normalmente contava com uma espécie de botão feito em couro, semelhante aos atuais botões usados em roupas fechadas com este sistema. (PASSOS, 2015).

[36] A cangalha, conforme narração do entrevistado, consiste em uma armação feita em madeira, entrecruzada sobre o lombo do animal, amarrada com couro, com uma superfície do mesmo material dos dois lados, esta ficava em contato com uma cobertura de lã ou crinas de animal trançadas, o baixeiro; na parte superior, onde a madeira entrecruzava, eram colocadas as alças das broacas. (PASSOS, 2015).

> Trazia o gado do campo no mês de maio e tirava no mês de setembro quando tinha mais ou menos doze anos [...] Aqui na Mulada para plantar era só roçar, plantar e colher e no campo nós tinha as atividades de cuidar do gado, tirar o leite, fazer o queijo. Então quando terminava as plantações aqui nós ia para o campo. Colhia mais de 100 sacos de feijão e uns 500 a 600 cargueiros de milho e levava no lombo dos animais para o sustento e para vender no campo. (RAMOS, 2015).

Os relatos anteriores referem-se a moradores que não viviam propriamente na vila de Criúva; assim, o fenômeno "tropeirismo" envolvia moradores de diversas partes do território local. Estes viviam na área de campo e mesmo na Serra, em períodos na década de 1940 e 1950. Em fases anteriores, esta atividade envolveu pessoas de localidades mais distantes e que somente passavam por Criúva. (CORSO, 2002). Assim a atividade tropeira pode ser tratada de forma diversa conforme a época.

Pelo que se percebe em relação ao tipo de tropa, boa parte daquelas empregadas na região eram as que negociavam produtos da Serra com os municípios e as vilas próximas ao Litoral. Estas, conforme os relatos anteriores, apontam para aquelas formadas por "mulas de cargueiro ou arreada". (DUARTE, 1995, p. 57). Assim, o tropeirismo em Criúva não estava apenas ligado ao gado, mas também à manutenção de animais para carga.

A identidade local manifestou-se ao longo da história, de modo a render homenagens na localidade aos tropeiros, como mostra a existência do CTG "Pousada dos Tropeiros". Segundo relato de Aparício Corso, este surgiu no local onde originalmente era o pouso dos tropeiros na passagem, antes de atravessar o rio das Antas. (CORSO, 2002).

De modo sintético e poetizado, os Irmãos Bertussi fizeram da vida do tropeiro registros que sintetizam de modo breve o que era ser um tropeiro, como se pode perceber na construção dos versos da música a seguir:

> Pelo grito se conhece, vem lá longe o tropeiro
> já se ouve a boiada e as batidas do cincerro
> a tropa vem se espalhando, vem seguindo o madrinheiro
> e lá no coice da tropa, sempre alegre altaneiro
> junto com a peonada, vem gritando o tropeiro
>
> e na costa de um capão, ou na beira de uma aguada
> o tropeiro encosta a tropa, para fazer a sesteada
> tirando de uma bruaca, a chaleira enfumaçada

um saco de revirado, carne gorda bem charqueada

no entrar a boca da noite contando suas gauchadas
em cima de seus pelegos, vai deitando a peonada
no romper da madrugada, cantando sua toada
se ouve o grito do ronda, botando a tropa na estrada

e o tropeiro vai embora, seguindo sua jornada
só o rastro da tropa fica, pela estrada empoeirada.[37] (TONET, 2012, p. 169).

Constata-se, na letra da música, a visão que os autores tinham dos tropeiros, em especial daqueles que conduziam tropas de gado, não exatamente o tipo mais comum e recente que era o tropeiro doméstico. Na realidade, o tropeiro de gado era parte de um tempo que abrangia períodos anteriores aos anos de 1940, como já anteriormente se descreveu.

Assim, a arte musical detalha a realidade local, caracterizada ao mesmo tempo por uma identidade que muito lembra a região de Criúva. Afinal, o tropeirismo envolveu a população local e deu sentido à localização da vila, conforme os relatos já empregados. É dessa forma que se pode entender o tropeirismo como uma atividade impregnada de sentido para a sociedade, pois também identifica a localidade de modo inegável. É um elemento identitário que contribuiu para a formação de um "circuito de cultura", na medida em que o tropeiro transportava em suas viagens não só mercadorias, mas também conhecimento acerca das lidas ou lides, além de intercambiar costumes, tradições e histórias.

3.1.2 O queijo, para além de um produto, uma representação local

O queijo, produto local de Criúva, resultado da atividade pecuária, muito lembra as características da região e serve como símbolo do passado pecuarista, pois fez parte do sustento das antigas propriedades rurais, que dependeram de tal produção, sempre concentrando parte de campo. Isto pode ser comprovado

[37] A música, de autoria dos Bertussi, denominada "O Tropeiro", faz parte do álbum em vinil com o título *Coração Gaúcho*, sua gravação realizada entre agosto e dezembro de 1955 pela gravadora Copacabana. Este tornar-se-ia o primeiro disco gravado de músicas regionais gauchescas com as composições: *Nordeste Gaúcho, Mistura Fina, Filho da Saudade, O Tropeiro, Êta Baile Bom, Coração Gaúcho, São Francisco é Terra Boa, Adeus Moçada* e *Viva São Jorge.* (TONET, 2012, p. 87).

pela existência da fábrica de queijos de propriedade da família de Breno Ramos, que remonta aos anos de 1950-1960.

Figura 20 – Rótulo de Fábrica de Queijo – família Ramos

Fonte: Acervo do autor.

Seguindo princípios tradicionais na região, a fabricação de queijo, além de marca, é expressão de orgulho no local, sendo conhecida como uma tradição nas festividades, como na Festa do Divino. Nesta festa, é produzida uma "peça de queijo"[38] que já chegou a cento e cinquenta quilos em algumas edições e que é sorteada durante o evento. Outra prática comum é o leilão de queijos em festas no interior do distrito, atividade que denota o quanto este produto incorporou-se à vida da população, inclusive nos momentos de lazer representando um símbolo cultural.

O queijo adquiriu um caráter que perpassa o produto agrícola em si e demonstra como os moradores de Criúva encontraram meios de transformar os recursos de que dispunham em objetos de uso e de troca. Reforça-se assim a construção de uma identidade que expressa parte da história local e se apresenta como construção de sua cultura, enriquecida pelos próprios rituais e interesses da população, que o incorporaram ao circuito da cultura (HALL, 1997),

[38] Esta expressão é comumente empregada pelos moradores que trabalham artesanalmente com a produção de queijo, faz parte inclusive do linguajar cotidiano, como pode-se perceber no contato com a população e mesmo nos estabelecimentos comerciais do lugar.

pois deixou de ser apenas um produto comercial para se transformar em produto cultural.

O próprio festejo maior da região de Criúva, a Festa do Divino, como afirma Jorge Oliveira Rodrigues, faz uso do queijo como elemento constante nas comemorações:

> O queijo não fazia parte da tradição, isso aí começou quando o Dorival Fermiano[39] foi festeiro, foi ideia dele, ele fazia queijos muito bons e uma vez ele inventou de fazer um queijo e trazer aqui, um queijo com 15 kg, trouxe ali uma para uma rifa e o povo foi se interessando com aquilo e no outro ano inventaram de fazer de 30 kg e foi, hoje tão fazendo de 150 kg, rapaz! (RODRIGUES, 2015).

A inserção do queijo, como elemento presente na festa, apresenta-se em forma de reconhecimento deste produto local e uma das fortes identidades de Criúva. Este elemento é reforçado por sua presença constante nos hábitos alimentares da população, visto que é comum sua utilização durante as refeições, presença incorporada pelo fato de se constituir em produção doméstica ou por se tratar de um produto comum, em parte do comércio da região. Tal característica é facilmente identificada pelos diversos visitantes, sendo possível encontrar este produto nas propriedades da área do campo, servido nas refeições cotidianas.

Percebe-se, pelos depoimentos de moradores, que estes acreditam que, pela presença do imigrante na localidade de Criúva, o produto "queijo" tornou-se um símbolo ainda da fase do tropeirismo, como apontam as memórias de Celso Schmith dos Passos ao falar do assunto:

> João Saturnino dos Passos, "pai velho" que era pai do meu pai, que era tropeiro na região, madrinheiro, inclusive eu era madrinheiro com meu pai, não com meu avô, eu era guri então eu montava na égua madrinha e nós saia. Essas tropeadas saiam daqui e iam a Caxias, de Caxias em diante, eu era muito guri, eu não conseguia ir a cavalo, mas o pai e o pai dele iam com a tropa, levavam charque, queijo, salame, essas coisas, tudo da colônia. (PASSOS, 2002).

Outros relatos na comunidade também apontam que o comércio do queijo era intenso, tanto para alimentar as relações econômicas dentro da própria região serrana, quanto com as áreas litorâneas onde o "queijo produzido nas

[39] Tal passagem é comprovada em registro fotográfico, que se encontra no *hall* do salão da comunidade de Criúva, esta passagem se deu na festa do dia 16 de maio de 1976.

fazendas de criação de gado utilizava basicamente mão de obra familiar, sendo transportado pelos tropeiros e negociado juntamente com muares e demais artigos comercializados". (SILVA, 2015, p. 278). Assim, percebe-se a importância deste comércio na região durante décadas, comprovada pelas falas da comunidade, especialmente as de quem participou do fenômeno na época e mesmo aqueles que mantêm na memória relatos feitos por seus antepassados.

3.1.3 Musicalidade, danças e manifestações culturais: nasce outro símbolo identitário

A manifestação musical, no território de Criúva, também é um elemento que apresentou, ao longo do tempo, variações em suas manifestações. Isso ocorre porque estas possuem raízes diversas e seguem a mesma dinâmica desenvolvida pela ocupação territorial e étnica, conforme apontamentos já feitos.

Devido à raiz lusa e luso-brasileira, muitos hábitos foram preservados. As características de lazer e musicalidade, que nasceram com a chegada dos imigrantes de origem européia, tornaram-se também elementos da cultura local, como esclarece o depoimento de Adelar Bertussi:

> Olha a nossa música Bertussi foi tão forte que nós aprendemos a tocar com os gaiteiros de gaita ponto. Existiam aqui gaiteiros ótimos, tinha um tal de Virgílio Pinheiro de gaita de botão, o Virgílio Guapo. Este Virgílio Guapo fazia cada floreio! Coisa mais linda rapaz e, depois outro dos forte, é o tal de ... Fróis, sobrenome Fróis, que tinha o apelido de "Mijico", era dos mijicos. Coisa que ele mais gostava de me fazer tocar na gaita dele, porque eu com 10 anos aprendi a tocar gaita ponto, rapaz [...]. (BERTUSSI, 2015).

Comprova-se, a partir destas observações, a ligação de moradores da região do campo e dos arredores da vila de Criúva, com a música e com a produção cultural que remonta à ocupação territorial por lusos e luso-brasileiros. Além disso, frutificou a mistura de culturas, pois a família Bertussi, de origem italiana, adaptou a produção musical da época a um novo estilo que se firmou como "Música Bertussi" e serviu de origem para a "Música Serrana".

Dos antigos "camponeses e músicos",[40] conforme reforça Alves (2010), surgiu um estilo musical que representou "a vivência com os vizinhos, amigos e uma região de campo, gado e tradições que foram trazidas há mais de 200 anos pelos 'birivas', açorianos, mestiços, coronéis preadores de índios, fazendeiros, aventureiros e famílias". (ALVES, 2010, p. 169). Esta combinação teve força quando foi acompanhada pelo instrumento de conhecimento dos italianos, a gaita Todeschini que, a partir de 1942, nas mãos de Honeyde Bertussi (BERTUSSI, 2005, p. 591), passou a introduzir os ritmos musicais voltados para a vida do homem do campo.

É também através da musicalidade dos Bertussi que se expressa, por meio de suas letras, o resgate e o valor da dança. Como um dos poucos divertimentos da população, a dança nas famosas serenatas foi a marca do movimento nos recantos mais afastados, até evoluir para os denominados bailes atuais. Acerca das serenatas, cabe a narração de Docelina Gonçalves de Oliveira:

> Os donos da casa não sabiam, quando chegavam, abriam a gaita, mas dançavam de pé no chão, outros de tamanco. Era uma surpresa para eles. Tinha café, tinha baile, dançavam a marca de dama, convidava os rapazes diziam um verso. Na minha casa fizeram umas quantas. Às vezes tava no bom do sono e ouvia aquele toque, era serenata. Tava dormindo, acordava, o pessoal entrava dançando, era coisa bonita. (OLIVEIRA, 2014).

Ainda, ao dar voz à mesma entrevistada, é possível extrair informações sobre as danças executadas nas serenatas, como parte do divertimento na localidade:

> Nós dançava a dança da vassoura, ia arrodeando e chegava a outro e o outro pegava a vassoura e levava para outro par. Dançava a dança do segredo, as moças de um lado e os moços de outro, eles escolhiam o par e a gente ia e achava que tinha sido escolhida e ele já não tava mais lá. Dançava a dança do chapéu, ia lá, colocava o chapéu na cabeça, rodava e rodava ou outro pegava. Dançava a meia canha.[41] (OLIVEIRA, 2014).

[40] Esta expressão é empregada pelo fato de os mesmos terem terras na região do campo, serem criadores, camponeses, agricultores, conforme apontam observações de moradores locais e do próprio Adelar Bertussi. (BERTUSSI, 2015).

[41] Nesta dança, os rapazes, no final, recitavam um verso para seu par em alto e bom tom, para que todos ouvissem, uma espécie de declaração, conforme dizem alguns moradores.

Tais elementos, embora relegados ao esquecimento em determinados momentos, fazem parte das lembranças na localidade e expressam formas de identidade local, na qual fica visível o apego pela dança e pelas suas diversas expressões, nos encontros festivos e bailes. A alegria que a música trazia para os lares fez parte do convívio e das origens dessa população, que, de modo especial, incorporou os valores da cultura lusa e luso-brasileira, a cultura italiana, como se pode perceber nos encontros sociais.

O entrevistado Adelar Bertussi lembra, através de seu relato, o resgate feito pelo pesquisador e folclorista João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes (Paixão Côrtes) de parte das danças presentes na região:

> Os outros eram bom e junto com Paixão Côrtes nós fomos interrogar esse pessoal, os outros, eles sabiam aquelas danças antiguíssimas, o tal de sapateado, a dança do "siriri", dança do bem-te-vi, tudo, a dança dos facões, a dança da "faca maruja". Tudo colhida com os mijicos. O Paixão Côrtes colheu tudo que não era da mulada, eles vieram ali dos Ilhéus, de São Francisco pra dentro ali. Essas todas são de origem açoriana! Tudo, tudo o Paixão pesquisava estas danças viu! Ele fazia os cara dançar e copiava os passos e aí a primeira vez que o Paixão veio aqui ele foi escrevendo, a segunda vez que ele veio aqui ele veio gravando não de televisão com a câmera e na terceira vez ele teve com a televisão. Veio três vezes aqui filmou toda essa gente. (BERTUSSI, 2015).

Constata-se, pelo conjunto de informações, que são vários os registros de danças que foram preservadas, durante muito tempo, pela ação dos primeiros moradores e que são parte da identidade lusa e luso-brasileira que predominou na localidade.

Outro elemento que é parte da cultura local é a dança de São Gonçalo, este, lembrado nas palavras de Jorge de Oliveira Rodrigues; tem origem na crença advinda do padre português que tocava viola, sendo considerado o protetor dos violeiros. Segundo Rodrigues, o padre, preocupado com a formação de casais sem as bênçãos da Igreja, realizava reuniões e danças para manter as mulheres solteiras na Igreja, sem desviarem-se do "bom caminho". (RODRIGUES, 2005, p. 636).

Esta dança acabou sendo espalhada por várias partes do Brasil Colonial com a presença lusa. Rodrigues (2005) apresenta a mesma como sendo a "única dança de caráter religioso rural, em que devotos de um Santo, através de movimentos coreográficos, expressam suas súplicas e gratidão espiritual por

uma graça alcançada". (RODRIGUES, 2005, p. 636). Realizada através de quadrinhas decoradas e também bailados nos quais os dançarinos se cruzam, realizam "mesuras" e beijam a imagem do santo. Esta dança carrega parte do culto religioso e, ao mesmo tempo, elementos do profano, aspecto possível de identificar também em outras atividades festivas na região.

Além do depoimento de Rodrigues, é possível encontrar outras lembranças e saudosismos, nos depoimentos de moradores da localidade de Mulada, interior de Criúva. De acordo com Isaura dos Passos Ramos (2015), a musicalidade e suas manifestações fazem parte dos eventos que aconteciam na Mulada.

> Aqui na Mulada na casa do tio João Janguta, do tio João Marco, tinha as gurias, eles tinha uma casinha para as festas, era tudo gratuito, não pagava nada, era três dias de festa. Antigamente tinha as serenatas, tinha a dança de São Gonçalo que se perdeu, o Terno de Reis do Natal até dia seis de janeiro; os tocadores eram o Juvita, os mijicos, o Lamão Joca. (RAMOS, 2015).

Estas lembranças retratam momentos da história da região e expressam a riqueza de elementos culturais encontrados apenas na memória dos moradores mais antigos. Mesmo que não aconteçam nas manifestações recentes, refletem como eram praticados no passado.

No que se refere aos bailes, como espaço de musicalidade, estes, embora tenham se transformado ao longo do tempo, também tiveram suas peculiaridades na região de Criúva e predominaram durante muito tempo nas áreas de campo, ligadas à identidade lusa. O depoimento de Laídes Nunes Martins, moradora da Mulada, comprova essa prática cultural:

> Antigamente os bailes eram muito bons. Tinha muita serenata. Aqui na Mulada teve dois salão. Tinha o baile dos brancos e dos morenos. Era particular o salão, os brancos no salão comunitário, não podiam se misturar na época, aí vinham para o outro. Os pretos não podiam dançar no meio dos brancos, agora todo caso já vão. (MARTINS, 2015).

Também é elucidativo o relato de Celso Schmith dos Passos acerca dos bailes na região:

> Aqui, no tempo do meu pai, nós fazia cinco quilômetros que tinha o salão em São Jorge no tempo das festas, tinha dois salão, tinha o dos morenos como eles diziam e dos brancos, nós saia a pé com as botas na mão para não estragar, com um paninho no bolso. Quando chegava ali em São Jorge, tem uma sanguinha, ali tu

> dava uma lavadinha nos pés, sem meia, enxaguava, calçava, no outro dia saída do baile, tirava as botas e trazia na mão, uma turma, às vezes vinha uma turma muito grande, vinha quinze, vinte moças, rapaziada tudo a pé daqui da nossa região. (PASSOS, 2002).

É parte da memória local observações semelhantes acerca dos hábitos e das características relativas à tal situação vivida por grande parte dos moradores que, diante do isolamento, enfrentavam as distâncias para situações diversas, como as narradas anteriormente. Tal condição, entretanto, não impedia a participação nas mais diversas manifestações culturais, destacando-se festas e bailes.

Além da musicalidade, é possível perceber a particularidade que acontece nos bailes, devido às questões étnicas. Segundo relatos dos entrevistados, era comum nos bailes a separação étnica por grupos, ainda nos anos de 1960 e 1970. De toda forma, nesses encontros se manifestavam a musicalidade local e se mantinham os antigos hábitos e as danças que constituíam parte do folclore regional. Segundo pesquisas realizadas por João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes,[42] houve o resgate de muitos trabalhos acerca da musicalidade e das manifestações, sob a forma de dança.

Ainda acerca da presença da música e da dança, foi marcante o surgimento dos CTGs no Rio Grande do Sul. Conforme Luvizotto (2010), tal fenômeno teve origem no âmbito estadual, devido ao descontentamento decorrente do excessivo americanismo presente no Brasil e, por consequência, no Rio Grande do Sul em meados de 1940.

> Em 1947, um grupo de jovens fundou o Departamento de Tradições Gaúchas no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre (Grêmio Estudantil). A esse grupo deu-se o nome Grupo dos Oito, por serem oito componentes. Eram estudantes secundários vindos do interior, oriundos de áreas pastoris de grande latifúndio onde predominava a pecuária e filhos de pequenos proprietários rurais ou estancieiros em processo de declínio social, que saíram de suas casas para estudar na capital. Esses jovens organizaram a primeira Ronda Gaúcha (hoje Semana Farroupilha), que aconteceu entre 7 e 20 de setembro de 1947. Nessa atividade houve festa com música, poesia, fandango, concursos e discursos. O grupo verificou que a iniciativa teve enorme êxito e resolveu fundar uma entidade permanente para a defesa das tradições gaúchas, pois acreditavam que o movimento precisava se

[42] Dados extraídos da entrevista realizada com Adelar Bertussi (2015), que trata das músicas e danças mantidas na região, como parte das antigas serenatas e bailes realizados de forma mais comum, nas cercanias da localidade de São Jorge e também nas áreas de campo na localidade de Ilhéus.

> alastrar. Foi quando, em 24 de abril de 1948, fundaram o 35 CTG, o primeiro CTG fundado no Rio Grande do Sul. O 35 CTG foi o nome dado em homenagem à Revolução Farroupilha de 1835. (LUVIZOTTO, 2010).

Na região de Criúva, o fenômeno CTGs também se fez presente. Remonta a década de 1970, quando um grupo de amigos se uniram, a fim de promover as tradições gaúchas, dentre eles "os senhores Darcy Romani, Adelar Bertussi, Nery Vacchi, Raimundo Brito, Zenor Brito e Gastoni Festugato". (ALVES, 2005, p. 600). Esta instituição constituiu-se referência na manutenção das tradições gaúchas dentro da localidade de Criúva e sua localização, conforme relato de moradores locais, está no mesmo lugar onde os antigos tropeiros faziam sua parada, inclusive dando origem ao nome Pousada dos Tropeiros.

Em São Jorge da Mulada, no interior da sede distrital, berço da musicalidade local e regional, o fenômeno dos CTGs se manifestou por meio da fundação do CTG Cavalo Branco, instituição criada em 15 de junho de 1975. Seus fundadores foram Adelar Bertussi e Celso Smith dos Passos. Ambos acreditavam na importância da manutenção dos antigos costumes das serenatas e na possibilidade de ampliar os bailes, utilizando um conjunto musical. A ideia baseava-se nos moldes do CTG Pousada dos Tropeiros e também em outras instituições, que tinham a mesma finalidade de oportunizar um espaço para esta nova manifestação cultural.

Há que se registrar que, embora o principal intuito dos CTGs fosse a preservação dos costumes, trouxeram também a agregação de novos costumes. Isso ocorreu devido à ampliação do número de pessoas vindas da cidade para os bailes, ocasionando um novo contato entre diferentes culturas, como já havia ocorrido no século XIX, na época da imigração italiana.

Até certo ponto, o aparecimento dos CTGs na localidade coincidiu com um período de migração da população local em direção ao centro do município de Caxias. Este fato foi provocado pelo endividamento e pela busca de novas alternativas, conforme observação de vários moradores, destacando-se:

> Para fazerem as lavouras, roças de milho e principalmente trigo e cevada eles faziam empréstimo no banco. O que fazia aquele que fazia empréstimo no banco em vez de fazer a lavoura de fazer a roça, principalmente, comprava um bom animal, comprava uma boa encilha e lá se foi o empréstimo. Não eram todos, mas vários. Chegava o momento de pagar não tinha como pagar. Eles começaram a vender a terra para poder pagar o banco. (BOSCHETTI, 2002).

A relação entre os dois fenômenos deve-se ao fato de o CTG ter se transformado, de modo peculiar na localidade, em uma opção de lazer para aquele que, após migrar para a cidade, podia tirar o saudosismo de sua vida rural voltando para sua terra natal, situação que também gerou manutenção de boa parte das atividades e festejos. Assim, novamente persevera uma identidade local através da musicalidade e das atividades ligadas ao lazer, no caso, através de bailes e festas comunitárias.

3.1.4 A Festa do Divino: uma herança europeia e um momento de agregação

Ao se fazer uma análise da composição cultural da região de Criúva, pode-se inferir que há uma participação da religiosidade. Esta aparece principalmente na maior manifestação associada a este tipo de herança: a Festa do Divino. Isto é percebido porque a festa se tornou referência na identificação do distrito de Criúva, afinal se percebe neste elemento, além da religião, uma identidade local.

Por ser uma festa popular, a Festa do Divino é muito importante para os moradores de Criúva. Representa um dos patrimônios da comunidade, que foi transmitida de geração em geração, com o intuito de preservar sua força e seus ensinamentos. A origem da festa remete aos hábitos religiosos que eram cultivados em Portugal, como devoção ao Divino Espírito Santo. Sabe-se que a primeira Igreja do Espírito Santo foi criada em Portugal, na vila de Alenquer e que a história dessa devoção tem a ver com a cultura lusa e luso-açoriana.

Como herança trazida pelos pioneiros lusos e luso-brasileiros, a Festa do Divino Espírito Santo tem uma origem histórica ligada ao continente europeu. Esta festa fez parte do conjunto de elementos culturais que este povo trouxe, ao deslocar-se para outra área territorial e foi, ao longo da história, agregada aos costumes das novas regiões conquistadas.

Quanto à origem do culto ao Divino Espírito Santo, este deve ser tratado como um verdadeiro e imenso repositório de costumes e tradições, trazendo assim uma circularidade cultural. (PRIORI, 2000). Justifica-se, portanto, a necessidade de se revisitar suas origens para posteriormente se entender as novas nuanças adquiridas. Esta recomposição pode ser percebida em Criúva, objeto deste estudo.

Assim, com base no princípio cristão da Trindade, Eliade observa:

> Uma das particularidades do cristianismo é a de especular sobre as complexas ligações entre três pessoas, numa estranha relação trinitária (Pai, Filho e Espírito Santo) e entre essa Trindade masculina e a uma figura feminina (a Virgem Maria) que, por sua vez, mantém com cada pessoa trinitária uma relação difícil de ser descrita. Por outro lado, as pessoas da Trindade são colocadas em diversas dimensões, estabelecendo-se assim numerosas combinações entre elas ou no interior delas, e segundo cada dimensão. [...] (ELIADE, 1994, p. 120).

O culto ao Divino Espírito Santo, efeito da presença da Trindade, a "luz do Espírito Santo", a "sabedoria", faz parte do cristianismo sob o ponto de vista litúrgico. Seu culto ganhou espaço entre os lusos, hábito vindo da Europa para as regiões coloniais, em particular o Brasil. O culto ou autopopular da Folia de Reis, que rememora a jornada dos reis Magos, festa também trazida pelos portugueses no início da colonização (JURKEVICS, 2008), as tradições populares, ações e gestos coletivos mantêm vínculo com as celebrações do Natal, incluída aí a figura do presépio no século XIII, com São Francisco e *Sacre representazioni*, 1223. Os missionários e demais ocupantes da terra brasileira, vindos da Europa no século XVIII (PASSOS, 2008), incluíram entre nossa sociedade os elementos lusos que se mantêm também na Festa do Divino Espírito Santo.

Outra referência, sob o ponto de vista da origem de festejos e influência portuguesa, deve-se às procissões e ao seu caráter de afirmação do poder espiritual, particularmente, destaca-se a procissão do Corpo de Deus, a partir do século XIV, provavelmente 1318, com as lutas contra Castela até a dinastia de Avis. Este ato desenvolve-se com um simbolismo teológico-político, na medida em que reforçava o poder espiritual da Igreja e, ao mesmo tempo, os interesses do rei na glorificação pública dos feitos reais. (TINHORÃO, 2000). Destaca-se também o caráter oficial dado à ocorrência da procissão, do ato em si. Tal lembrança é feita aqui no sentido de reforçar o papel que os lusos exercem, bem como a herança no caso específico das procissões e cultivo da realeza aliada à Igreja, notadamente também tida como parte das Festas do Divino Espírito Santo.

Ainda sobre o tema Festas do Divino, há que se fazer referência à peculiaridade da prática de dar esmolas, em Portugal. Em especial, destaca-se tal ato com os famosos "bodos", prática comum dentro dos cultos religiosos destas festas, de modo especial já acompanhava a vida lusa ainda antes de sua

formação política no século XII e foi incentivada a partir dos exemplos que vêm de Santa Isabel.

Originalmente, a Festa do Divino Espírito Santo remonta, como de resto, a vários outros cultos e festejos do período de formação e expansão da nação lusa. Corroborando esta afirmação, vem à lembrança a figura da "Rainha Santa Isabel". Esta rainha, na busca da pacificação das disputas familiares, destacando-se aquelas entre seu esposo D. Dinis e seu irmão Afonso, posteriormente com as filhas de Afonso, além daquelas entre o filho Afonso IV e o neto Afonso XI (GIMENEZ, 2008), realizou uma série de práticas de filantropia e caridade, efeito de sua educação franciscana.

A partir de relatos do século XIV, destacando-se toda uma hagiografia que deu sentido ao culto, bem como uma difusão e popularização dos feitos caridosos de Isabel, divulga-se, com o desenrolar do processo de colonização portuguesa na América, a ocorrência das Festas do Divino Espírito Santo, fato marcante a partir do século XV.

3.1.4.1 Os ritos e costumes comuns da Festa do Divino

Nas versões mais recentes, pode-se verificar uma série de rituais litúrgicos e ao mesmo tempo práticas de festejo voltadas para a música e a dança. De modo objetivo, a festa em si mantém, pelo que se pode apurar, um conjunto de práticas sempre muito semelhantes, com poucas alterações entre as localidades, em especial a manutenção litúrgica.

Em Cruz (2014, p. 20), no estudo acerca da presença da Festa do Divino, como espaço de sociabilidade, reafirmam-se as características destas alterações, a partir do exame bibliográfico que o autor fez, considerando diferentes realidades ou comunidades, em que ocorre o registro da existência dos festejos ao Divino. Dentre as alterações mais frequentes, encontra-se uma variedade de nomenclatura do imperador, que passou a ser designado como festeiro, a troca da distribuição da carne pelo churrasco gaúcho e mesmo a prática do "bodo" que passou a ser entendido como uma ação social e não mais como prática feita durante os festejos.

Quanto ao ritual em si, também é possível perceber uma variedade que abrange desde o número de novenas à própria relação que a população em geral

passou a ter com a festa. Apesar disso, os rituais têm peculiaridades incomuns, elemento que também corrobora as diferentes adaptações, que são analisadas por Cruz acerca dos festejos, no Maranhão:

> Neste estado, as festas são realizadas por diferentes grupos sociais e apresentam algumas peculiaridades, entre elas, a de realizar-se nos terreiros de culto afro-brasileiros. Temos como exemplo a sua realização no candomblé e na umbanda. Em outros espaços urbanos e rurais, celebra-se o festejo com a presença de símbolos, como o Império e os Mordomos. Eles são elementos que marcam os tempos do festejar: o primeiro, como lugar de guardar as bandeiras, o cetro e a coroa do Divino; o segundo, representando homens responsáveis por cuidarem dos objetos referidos. (CRUZ, 2014, p. 26).

Assim, percebe-se que não é possível entender a Festa do Divino como um elemento único e homogêneo, já que ela apresenta particularismos, adaptações, aspectos variados, dependendo das circunstâncias, dos credos dominantes, das articulações locais e mesmo dos interesses da comunidade que a realiza. Como ritos que podem ser consideramos mais tradicionais, se destacam o tempo de nove novenas, a indicação do Imperador-Festeiro, o mestre bandeireiro em cada localidade, a bandeira com a pomba branca simbolizando o Divino Espírito Santo, os pajens e as aias, o "peditório"/donativos que fazem parte de tradição, o mastro do Divino erguido na igreja, a presença da cantoria com o "terno" ou bandeiras (CÔRTES, 1987), visto que, em cada linha ou lugarejo, determinadas pessoas fazem a passagem da bandeira para recolher as doações e fazer a louvação nas residências.

Diante do exposto, pode-se perceber que a Festa do Divino é celebrada em várias localidades de forma peculiar e revela as origens destas regiões, além de expressar o papel das irmandades que dão vida à própria festa. Segundo estudo de Cruz (2014), as irmandades usam símbolos nos rituais da Festa do Espírito Santo, de modo a relembrar o lugar de origem. Um desses símbolos é a bandeira do Divino, que marca a festa como um elemento identitário; a força do Espírito Santo é representada pela pomba branca. Além da bandeira, do mastro, cetro e da coroa, a festa tem no seu ritual um saber antigo que é repassado para as gerações futuras sobre o significado da festa religiosa.

Outro antigo elemento de referência que se destaca, segundo afirma o estudo de Cruz (2014, p.113), é o levantamento do mastro nos principais rituais

da festa. Este ato expressava o "início do festejo em honra ao Divino, a missa das bandeiras que são abençoadas pelo pároco e a passagem das bandeiras pelas casas, lojas, empresas".

3.1.4.2 A presença da festa na localidade de Criúva

Em se tratando da presença da Festa do Divino na região de Criúva, é necessário entender a influência de dois momentos históricos na localidade. Inicialmente, há influência da ligação dos lusos com os luso-brasileiros, que contribuíram com a inserção e a guarda do culto nos momentos mais antigos da formação. Por outro lado, há influência por parte da imigração italiana no final do século XIX, pois o vínculo religioso que estes trouxeram da Europa foi contributo na preservação do culto ao longo do tempo.

O colaborador José Luiz Cavalli envolve-se há 10 anos com a Festa do Divino Espírito Santo e diz que aprendeu com Jorge Oliveira Rodrigues. Este, por sua vez, foi iniciador da retomada da festa na década de 70 e é elucidativo através de sua memória, ao tratar da origem da Festa do Divino na região de Criúva:

> Em 1970 o Pe. Pedro assumiu a paróquia de Criúva, em 1971 ele já fez a primeira festa do Divino. Essa festa é de origem açoriana, da Ilha da Terceira, então ela é totalmente lusa (portuguesa) da região dos Açores. Ela subiu a Serra, na época, com os portugueses e, quando descobriram Criúva, que está fazendo 243 anos por aí, os primeiros registros de terra e os primeiros que adquiriram terras. Esta tradição e esta religiosidade veio desta época. (CAVALLI, 2015).

Como a paróquia de Criúva, Nossa Senhora do Carmo, foi criada no século XX, particularmente em 1924, e seu primeiro vigário foi Pe. Luiz Mascarello, realmente significa que a Festa do Divino é anterior a essa data nessa comunidade. Alguns depoimentos relatam que a bandeira do Divino permanecia na igreja de Criúva, e o festeiro do ano, quando visitava os alferes da região, portava a bandeira-mãe. Ao chegar à casa de cada fazendeiro, a bandeira percorria todos os espaços da casa em nome da proteção que oferecia. Possamai (2005, p. 696) afirma que "o Alferes recebia a incumbência de visitar, na região, os moradores para levar a bênção do Divino e convidá-los para a festa".

Há, ainda, na memória coletiva da vila, relatos como os da família Corso, referentes à decisão do pai de comprar terras em Criúva, no final do século XIX.

Quando o mesmo chegou na vila, a festa do Divino estava começando, e diante da desconfiança dos moradores frente ao estranho, o Alferes pede explicações sobre o motivo de sua estada naquele lugar. Essas lembranças mostram modos de ser daqueles que viviam naquele momento.

> João Corso Filho, no ano de 1899, esteve em Criúva para comprar terras. Chegou no momento em que iniciava a Festa do Divino. Estavam levantando o mastro. Por ser pessoa estranha ao ambiente, o Alferes da Bandeira da vila, João Candido Alves, foi ao encontro, para saber os motivos de estar ali. Explicados os motivos, pois eram rigorosos quanto à festa, principalmente em desarmar a pessoa, foi apresentado o Francisco da Silveira Gomes, último festeiro. (POSSAMAI, 2005, p. 696).

Há que se considerar o fato de existirem peculiaridades conforme a região e elementos da origem dos festejos ao Divino Espírito Santo, que foram incorporados ou mesmo recriados. Em se tratando de Criúva, o culto ao Divino Espírito Santo tem referências precisas a partir início do século XIX, conforme relato do antigo morador Aparício Corso. Este relembra o fato de que quando seu pai chegou era dia de Festa do Divino e, naquela época, eram os festeiros que pagavam o churrasco, que era realizado na casa deles; muitas vezes, eram desfeitas as paredes para dançar. (CORSO, 2002).

Assim, na fase primitiva da última década do século XIX e início do século XX, as festas não contavam com a existência de uma igreja. Esta só seria erguida com a presença da imigração italiana, sendo a que edificação da primeira igreja remonta 1913, de madeira; a de pedra só foi construída em 1950, e a torre do campanário em 1973. (POSSAMAI, 2005, p. 625). Tais fatos por si permitem deduzir que os festejos tinham uma restrição, se comparados ao evento atual, uma vez que a infraestrutura permitiu, através de seu melhoramento, a ampliação das atividades, do número de pessoas presentes e até da integração dos novos hábitos e, consequentemente, de uma "reinvenção das tradições". (HOBSBAWN, 2002).

Segundo constam registros da memória local e estudos como os de Possamai (2005), a vinda da Professora Maria José Telles Ramos (professora Zequinha), para a localidade em 1920, trouxe uma bandeira do Divino presenteada por seu pai. Este fato acrescentou um componente a mais na crença que ganhou corpo em Criúva, pois teria sido uma forma de reintrodução da mesma crença, ao ser uma das primeiras bandeiras do Divino na vila de Criúva.

(RAMOS, 2015). O exemplar da mesma traz consigo uma série de crenças recontadas por membros da família da referida professor, que servem para expressar a força deste ícone religioso.

Apesar do estabelecimento da festividade e a devoção ao Divino Espírito Santo ser de um período distante, por bom tempo ocorreu certo esquecimento da festa. O principal motivo, segundo o mesmo Aparício Corso (2002), foi o efeito das discórdias de cunho político geradas em virtude da Revolução de 1923. Já o resgate da festa aconteceu após a década de 40, do século passado, por obra dos fazendeiros Casimiro Ferreira e Ari Castilhos do Rincão das Flores que, com a doação de duas vacas, retomaram as Festas do Divino. (BERTUSSI, 2002).

Apesar do resgate apontado anteriormente, foi somente o Pe. Pedro Rizzon, nomeado pároco na localidade de Criúva, em 1970 (POSSAMAI, 2005, p. 625), que propôs uma mobilização da comunidade em torno do culto ao Divino Espírito Santo. A nova retomada do evento festivo foi também acompanhada do resgate de outras tradições lusas e luso-brasileiras, dentre estas o Terno de Reis[43] e a Louvação do Divino.[44]

Quanto ao movimento de recuperação do culto ao Divino e das raízes lusas, Jorge Oliveira Rodrigues foi elemento de ligação entre o intento do pároco Pe. Pedro e os elementos contidos na memória da localidade. Para isso, foi pesquisar sobre os assuntos com os moradores mais antigos das localidades próximas, entre outras, a família Pereira Fróes (os Migico), João Saturnino dos Passos, Oliveira Balen, Dário Castilhos, Lamão Joca e a família dos Severos.

Assim, os ternos que faziam a Louvação em épocas de festa, conforme os costumes originados ainda na região de Açores, também passaram a ser agregados ao conjunto de rituais que fazem parte da tradição ligada ao culto ao Divino Espírito Santo, na região de Criúva. Conforme Rodrigues (2002), os ternos foram recuperados na comunidade local, a partir da década de 70 (século XX), destacando-se como fontes algumas pessoas: João Saturnino dos Passos, as

[43] O Terno de Reis corresponde ao conjunto de manifestações realizadas durante o período natalino, que um grupo de cantadores e acompanhantes faziam, durante o período, com visitação nos lares da comunidade, levando orações, cantorias nas casas do lugar, e buscavam donativos para os festejos. (RODIGUES, 2014) (CAVALLI, 2015).

[44] A Louvação do Divino corresponde às visitas realizadas nas casas, iniciada atualmente 60 dias antes da Festa do Divino. Envolve uma equipe constituída a partir da década de 70, quando a festa ganhou maior expressão e divulgação para fora da comunidade; atingiu outros municípios além das 15 capelas que fazem parte da área paroquial. (RODIGUES, 2014). (CAVALLI, 2015).

famílias Pereira Fróis, Severos e Salles. Em determinados períodos, após o resgate da tradição dos ternos, os mesmos podiam chegar a dois ou três, que recolhiam os donativos pela região central do distrito e também pelas áreas mais interioranas. (RODRIGUES, 2002). Estes, aos poucos, foram novamente sendo dissolvidos, chegando apenas à manutenção de uma equipe para a realização dos rituais típicos do Terno de Reis no período natalino, além de ocuparem-se da divulgação da festa.

Quanto à execução da Louvação do Divino em diversos dias de eventos, ao que apuramos, tal característica vem do fim da década de 40 (1940), quando já se estava reorganizando o "momento do Divino". Segundo depoimentos de Adelar Bertussi, os festeiros Lô Fidélis e Neri Vachi foram os introdutores das nove novenas, e o próprio Adelar Bertussi e Breno Telles, no ano seguinte da festa, teriam desenvolvido o hábito de tocar nove bailes. (BERTUSSI, 2002).

O desenvolvimento de festejos com as tradicionais novenas, quando a bandeira faz o caminho da igreja para o salão, após o momento de espiritualidade, além do erguimento do mastro, dos bailes, jantares e almoços com farta gastronomia que mistura elementos culturais da região, englobam ainda hoje a Festa do Divino, uma prova viva da miscigenação e da preservação cultural. De modo geral, a atual organização da festa mantém as características vindas com a presença luso-açoriana como já identificamos, mescla elementos itálicos, em especial na gastronomia, bem como anexa em sua organização características contemporâneas de outras culturas.

3.1.4.3 A Festa do Divino em Criúva: particularidades do rito religioso e da agenda social

As Festas do Divino em sua frequência sempre tiveram seus conteúdos sagrados e sua dimensão profana. A comunidade se preparava para a festa por meio do chamado *Tríduo*. Muitas eram precedidas pela novena que acontecia uma semana antes da Festa. Mais recentemente, foi formada uma equipe de "Louvação do Divino", que era uma forma de divulgar a festa e organizá-la. Segundo estudos, o ritual das visitações "passou a ter a colaboração da equipe de louvação, integrada da seguinte forma: o padre, o imperador e imperatriz, capitão do mastro e esposa, festeiro de honra, festeiros e músicos". (POSSAMAI,

2005, p. 697). As visitas às moradias têm um ritual diverso das visitas realizadas às igrejas. Nestas "são preparadas as cerimônias da Missa do Divino, incluindo-se cantos adequados e próprios para a ocasião". (POSSAMAI, 2005, p. 699). O padre pode passar ao festeiro a tarefa de visitar as famílias e de convidá-las para a festa. No seu retorno, devolvem o tambor, a bandeira e as ofertas recebidas. O festeiro é responsável pela organização da festa.

Com o passar do tempo, a Festa do Divino passou a contar com outra organização, devido ao maior número de rituais e eventos, como narra José Luiz Cavalli, de modo resumido, ao retratar seus passos iniciais:

> O que acontece, é feito o envio da bandeira, uns sessenta dias antes, isso é 1º de março, é dada a bênção da bandeira e dos instrumentos, e aí então é saído em todas as comunidades. Nós temos 15 capelas, aí então é rezada uma missa e deixada a bandeira para o bandeireiro, o alferes e esse alferes vai passar em todas as casas na capela dele e assim sucessivamente. Feito isso, a gente começa a visitar os municípios vizinhos; onde existem os ex-festeiros é feita a louvação na casa, é oferecida alguma coisa para comer, doce ou outra coisa. O Pe. Pedro dizia indispensavelmente o merengue. É a tradição que hoje ainda existe na Ilha dos Açores. (CAVALLI, 2015).

Figura 21 – Imagem da bandeira trazida pela professora "Zequinha" ao distrito em 1920, que encontra-se na residência de Breno Ramos

Fonte: Acervo do autor.

Ainda, segundo Cavalli (2015), são visitados vários municípios e várias instituições públicas para a divulgação da festa e coleta das doações. Dentro desta fase inicial, o entrevistado reporta que, nos Açores, a designação de mordomo foi substituída em Criúva pelo termo festeiro. Também, segundo o

mesmo entrevistado, a adoção de dois casais de mordomos, após 2011, e a prática do bodo – que, em Criúva, passou a ser um almoço pago por esses casais – também foi adotada.

Em relação às novenas, elemento ainda presente nos festejos, estas passaram a ser em número de nove e antecedem a festa propriamente dita e são ornadas de uma série de simbolismos. As novenas ocorrem à noite, em cada noite há um homenageado, e os participantes se reúnem no salão paroquial para, posteriormente, se dirigirem à igreja.

> Toda a equipe de Louvação, o Imperador e Imperatriz, capitão de mastro e esposa, festeiros, festeiro de honra, aias, coordenadores e auxiliares, autoridade da sede, croinhas, sacerdotes e tocadores se reúnem no salão paroquial, diante de um "Esplendor" esculturado em madeira. As festeiras colocam a capa e cetro no Imperador e Imperatriz. As aias buscam as bandeiras e entregam para festeiros, festeiro de honra e capitão do mastro. Em cada noite, há revezamento de quem puxa a caminhada até a Igreja. Nesta, todo o acompanhamento é animado pela música, sinos tocando, foguetes e fogos de artifício. (POSSAMAI, 2005, p. 700).

Após as rezas que ocorrem nas novenas, os presentes participam da janta que é realizada pela equipe organizadora e cada dia tem um cardápio. No final da noite, há bailes onde os moradores festejam e dançam em homenagem ao Divino.

O ritual referente à festa do divino em Criúva mostra que toda a comunidade participa da mesma, a começar pela liturgia e toda a ritualização.

> As cerimônias consistem, na chegada do Capitão do mastro e esposa, numa carroça ou charrete puxada por cavalos. Eles conduzem a bandeira e comes e bebes para serem distribuídos entre os presentes, principalmente para as crianças. Em seguida, é dada a bênção, e erguido o mastro. A equipe da Louvação canta e saúda os presentes. Neste momento, o Capitão do mastro, que comandou e esteve na frente das visitas e convites feitos durante 30 dias, entrega o comando ao Imperador. (POSSAMAI, 2005, p. 700).

Além desta parte religiosa, a festividade tem também seu aspecto econômico, por meio da agenda social que é realizada no salão paroquial. Ela envolve a realização dos almoços, das jantas e dos bailes e da reunião dançante, esta última ocorre no dia da festa em si.

A parte social é o momento em que fica visível a miscigenação entre os diferentes elementos culturais lusos e luso-brasileiros, com a imigrantista

italiana, além de outros aspectos e hábitos trazidos para o distrito por outros contingentes populacionais e que permanecem remanescentes na localidade. Através do depoimento do colaborador José Luiz Cavalli, é possível identificar a forma como acontece a integração dos diferentes hábitos; o espaço das novenas é expressão clara, como se pode ler:

> Todas as noites têm jantares com cardápios diferentes, bailes com músicos diferentes também e cobrados; nós temos quatro noites. Na primeira sexta-feira, não é cobrado nada, portaria franca, só paga o ingresso da janta, não paga a mesa, nem a entrada do baile. No sábado, é cobrado mesa e entrada. No domingo não se cobra nada até quarta, na quinta é a noite jovem porque a juventude dizia que "só tinha música gaúcha, o jovem não pode participar", porque tem uns que não gostam de música gaúcha, então foi colocada a noite jovem, com banda, criação de 1980, por aí. (CAVALLI, 2015).

A alimentação nas noites de novena acompanha a presença dos diferentes grupos com destaque para a noite gaúcha, italiana e também comida alemã. Nem sempre foi assim, o entrevistado reporta que "quando começou era o dia da festa, depois começou o tríduo e, em 1973-74, é que começaram as novenas, e aí é que cresceu a festa". (CAVALLI, 2015). Cavalli ainda aponta que,

> quando veio a festa, era tudo portugueses, pêlo-duro como se chama; depois, com a imigração italiana e alemã, os povos começaram a se misturar e também se adequaram, começaram a gostar da festa pela religiosidade, se integraram, por isso que é feita na Festa do Divino a noite da comida italiana, outras que é massa que é mais alemã, o churrasco que é do gaúcho, o tortéi que é de origem italiana e por isso que foi feito uma mistura durante os jantares, para também fazer essa junção para agradar a todos. (CAVALLI, 2015).

Durante a festa ainda é possível perceber que outros elementos, pertencentes à localidade, fazem parte do evento, como a música na louvação e nos bailes, o queijo empregado nas rifas, os leilões de animais. Essas diversões tornam a comunidade cúmplice de uma história que se mantém por mais de século em Criúva e, apesar de adaptar-se a novas condições, na maior parte de seus rituais e elementos, serve de perpetuação da "tradição genuína". (HOBSBAWN, 1997, p. 9).

A partir dos relatos e também da produção feita até o momento sobre a Festa do Divino, percebe-se que a Igreja serviu como elemento de aproximação entre imigrantes italianos, lusos e luso-brasileiros, bem como fez que, com a vida

coletiva, através dos elementos da festa, se criasse verdadeira expressão simbólica da fusão de culturas, bem como uma construção identitária. Embora sendo uma simbologia lusa, os festejos do Divino foram incorporados por todos e, pelo viés da religião, o trabalho do campo e a história de Criúva, foram representados principalmente nos elementos profanos da mesma.

Além dos festejos ao Divino, ocorre uma série de outros menores na região; em se tratando da sede paroquial, há referência à Festa da Santa Cruz, local de grande devoção como contam os moradores, destacando-se:

> Dia 13 de setembro, a Festa da Santa Cruz, festa também que é daqui, feita a muitos anos, não sei dizer quantos. A Festa da Santa Cruz é uma e de Nsra. do Carmo outra e pode variar um pouco o cardápio, é feito tortéi, então é feita a tortelada na Festa de Santa Cruz. A região do campo aqui é muito devota disso aí, dessa festa porque essa cruz foi construída a ermida com a cruz deixada pelo São João Maria, aberta ao público para visitar. No dia da festa esta cruz é tirada da ermida onde ela está ali ao lado da igreja e levada para dentro da igreja e feita a procissão com ela, é uma festa muito religiosa, mas dos pêlos duros, pelos portugueses. (CAVALLI, 2015).

Este elemento religioso e festivo é, segundo relatos, uma reverência ao eremita que teria passado pela localidade há mais de cem anos. (CORSO, 2002). Há uma crença de que, ao passar pela região, esse eremita teria promovido vários momentos de manifestação religiosa e devocional; assim, a crença teria se estabelecido e criado um ambiente propício entre a população, local para a manutenção de forte devoção até a atualidade.

Recentemente, para dar destaque à "santa cruz", foi construída uma ermida ao lado da igreja matriz, que serve para o abrigo da referida cruz. Tal situação revela o quanto, ao longo do tempo, a crença foi ganhando espaço e, ao mesmo tempo, constituindo elemento de ligação entre os moradores da localidade e o seu passado. Assim, mais que componente religioso, como deve ser entendida a manifestação da devoção, a "santa cruz" também é rememoração de fatos da história da localidade.

Figura 22 – Imagem da cruz de madeira deixada por São João Maria – Ermida ao lado da igreja matriz de Criúva

Fonte: Acervo do autor.

Na ermida é possível se ter provas da devoção pela existência de vários ex-votos, lembrancinhas e diversos simbolismos. Na memória mantida pelos moradores, também há a manifestação de um forte sentimento da devoção na localidade, fato que se soma a outras crenças advindas dos diferentes grupos que povoaram o distrito.

Concluindo, percebe-se, nos festejos de Criúva, a longa caminhada que os hábitos e as devoções percorreram, com esses sentimentos; essas manifestações são nitidamente percebidas, tanto nos momentos de realização dos festejos, como pela presença na memória dos habitantes. Tal fato é ilustrado por vários depoimentos que, por vezes, são carregados de emoção e orgulho por aqueles que fizeram e fazem parte da vida e história local.

Capítulo 4

Identidades, memória e patrimônio cultural

Criúva esconde um passado distinto do município a que hoje pertence, e essa análise procura refletir acerca de costumes e tradições que estão presentes na cultura atual, que derivam desse processo histórico. Embora tenham se preservado elementos culturais dos antigos povoadores, o atual distrito caxiense pode ser notabilizado por sua diversidade não só étnica, mas econômica e, em especial, no que se refere à ocupação da terra.

A fase inicial de ocupação do território de Criúva, ligado à sesmaria das Palmeiras, passou por uma intensa redistribuição da terra em pequenas e médias propriedades, sendo esta passagem ligada a desmembramentos por herança e mesmo por venda. Com a partilha da terra, foram criadas novas condições econômicas, abrigadas por atividades que se diversificaram.

A presença dos imigrantes italianos de forma predominante, em determinadas áreas de Criúva, com destaque para a região oeste, colaborou para a constituição de novas configurações, que apontaram para uma consequente diversificação das atividades econômicas presentes até o período atual. Além dessa diversificação, há a presença de um movimento de migrações dos que saem do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida. A evasão populacional para a área urbana é mais recente e marca a história do distrito.

A partir da evasão populacional, ocorreram transformações no espaço de Criúva. Esta evasão ganhou velocidade a partir das décadas de 1960 e 1970, como comprova o depoimento:

> Lá por volta de 1970, até antes, família muito grande, então o parente dizia: Tal firma tá pegando uma turma, o povo não tinha medo rapaz, e já arrumava numa firma e começaram a ir. O mais errado que deu aqui na região foi vender o terreno, comprar um lote em lugar péssimo com uma cazinha, vende 50 hectares que nem eu vi meus vizinhos vendendo, emprega numa casa, e depois querem voltar mais adiante e comprar um pedaço aqui na Mulada onde se criaram né. As firmas foram comprando o pessoal, foram se mandando, chegavam as firmas ali iam pagando meio bem ou davam um lote e já eles iam embora, abandonavam aí as filhas, aí umas casavam, outras se empregavam. (PASSOS, 2002).

Pela narrativa, é possível perceber que os moradores foram condicionados a uma nova realidade local e, ao mesmo tempo, criaram condições para o desenvolvimento de outras experiências culturais. Entretanto, não foram capazes de romper com as antigas memórias da localidade, ou seja, estas se preservaram na memória dos que ficaram e, ao mesmo tempo, aparecem como ligação dos envolvidos com a evasão populacional, em relação ao lugar de origem, dentro do distrito.

4.1 Identidades e memória

O uso do conceito de memória coletiva de Halbwachs (2004), para tratar as lembranças e as recordações dos moradores de Criúva sobre sua história, foi fundamental. O autor afirma que o fenômeno da recordação e da localização das lembranças só é percebido a partir dos contextos sociais que servem de base para a reconstrução da memória. A memória pode ser interpretada como as reminiscências do passado que reaparecem no presente, no pensamento de cada indivíduo, como capacidade de armazenar certa quantidade de informações concernentes a fatos que foram vividos no passado. Para Halbwachs (2004), "a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, construída graças ao nosso convívio social com outras pessoas, para tomar consistência". As impressões "nas lembranças de outros indivíduos que compõem o mesmo grupo, no qual estamos inseridos", ajuda a reforçar, enfraquecer, ou mesmo completar a nossa própria percepção dos acontecimentos.

A história construída por meio da pesquisa expõe os relatos de antigos moradores, que recordam as transformações que a vila passou em vários períodos de sua existência. As entrevistas realizadas com os antigos moradores de Criúva tiveram a intenção de construir esse quadro social, que permite entender os desdobramentos que aconteceram no local, além dos sentimentos de pertencimento que se desenvolveram na população que fala e lembra do que foi importante na sua história.

Dessa forma, a memória coletiva do grupo ajuda a reconstruir e alimentar as lembranças como meio de representar suas práticas sociais. Chartier (2001, p. 121), ao explicitar o conceito de representação, o divide em três grandes realidades: a primeira diz respeito às representações coletivas que foram

interiorizadas pelos indivíduos e os ajudam a classificar, julgar e atuar; a segunda é relativa às formas de apresentar os signos e as atuações simbólicas; e a terceira remete à "representação por parte do representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade social ou de um poder dotado de uma continuidade e de estabilidade".

Os discursos dos moradores de Criúva permitem identificar a importância atribuída aos fundadores, quando chegaram ao local em relação às disputas políticas, às práticas culturais e aos valores mantidos nas relações entre seus moradores. Quanto a essas, principalmente no que ocorre a partir do contato entre os diferentes grupos que ocuparam a localidade. Assim, é possível perceber, em depoimentos de imigrantes italianos na região de "Agudo", as alterações sofridas:

> Num momento em que entraram os italianos, eles se despertaram, começaram a trabalhar, começaram a desbravar porque as montanhas que existem no Agudo, existem aqui na Mulada, o aspecto físico, o geográfico é idêntico, é cortado quase pelos mesmos rios e arredondado pelo Rio das Antas, não existe diferença, somente lá entrou outra "mentalidade". (BOSCHETTI, 2002).

Percebe-se que a consciência do passado nas alterações do lugar em que vivem está presente na vida de todos. Entretanto, quando se trata dos aspectos culturais, ou seja, em especial os valores, percebe-se que os mesmos foram influenciados pelas diferentes ocupações na terra e, diante dessas influências culturais às condições de vida, geraram características distintas que influenciaram os hábitos da vida coletiva.

Segundo registro dos moradores de Criúva, existem algumas marcas identitárias derivadas da presença de distintos costumes na população do distrito, seja de origem portuguesa, seja de origem italiana. O uso de memória coletiva, por meio do quadro social construído, deu voz às lembranças coletivas. É oportuno lembrar, como já foi dito anteriormente, o que Halbwachs (2004, p. 30) explica: "lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos os quais só nós estivemos envolvidos".

A expressão dessas memórias aparece nas diversas atividades econômicas e culturais realizadas na localidade, desde as mais comuns até aquelas que se transformaram em eventos. Entre tais atividades, são passíveis de registro,

especialmente, os encontros mantidos durante os torneios de laço, atividade que lembra as lides do campo e trata de manter a memória de tempos, em que estas necessitavam de uma contenção dos animais ao ar livre, devido às grandes extensões do campo, seja para o trato dos mesmos, seja para recolhê-los às fazendas. (RAMOS, 2015).

Outro elemento identitário que expressa a memória local fica por conta da presença dos tropeiros que deram nome ao "Centro de Tradições Gaúchas" que ainda encontra-se na localidade de Criúva, situado, pelo que se tem informações, em um antigo "pouso de tropeiros" (CORSO, 2002), denominado "Pousada dos Tropeiros". Outras referências deste aspecto marcante na região – a atividade tropeira – são descritas como algo que envolveu os moradores e serviu como profissão e ligação da localidade com outras regiões para abastecimento de gêneros não existentes no lugar. Assim descreve Eri dos Passos sobre seu avô João Saturnino dos Passos:

> Ele levava o queijo ali dos Ilhéus para São Leopoldo e de lá trazia sal, depois gado, chegava tinha uma leva de imigrantes, eles traziam as crianças nos cargueiros e os pais e as mães vinham a pé, ali de São Sebastião do Caí até o morro no antigo CTG Paixão Côrtes.[45] (ALVES, 2002).

Em outros depoimentos, também é possível encontrar o registro da participação na atividade de tropeada de gado e mesmo o caráter de tropeiros domésticos que levavam produtos de um local para outro. Esse elemento abrangeu várias pessoas de diferentes áreas, dentro do que é ainda hoje Criúva. Dessa forma, esse fator é determinante na preservação da memória em pessoas mais jovens, que não chegaram a viver o processo, mas expressam a recordação transmitida por avós, pais e outros parentes, justificando assim o que Halbwachs (2004, p. 30) chamou de "lembranças pelos outros".

Dentro do cotidiano, o queijo e as lides com os animais aparecem como elementos de identidade, à medida que alimentam a preservação da memória coletiva. Esta se expressa quando os moradores da localidade relatam, de modo apaixonado, seu passado nas atividades camponesas, especialmente os de mais idade. Suas memórias estão presentes nas atitudes alimentadas pelas

[45] Este local atualmente está dentro da área do Parque de Imprensa, estação de tratamento de águas do Samae, entre os bairros Sagrada Família e Jardelino Ramos.

lembranças, que misturam saudades, felicidade por terem vencido etapas e mesmo por terem obtido, a partir destas tarefas, uma vida nem sempre confortável. A persistência de permanecer com trabalho na terra lhes dá um toque de vitória, como aponta Juvenal dos Passos:

> Acho que deve fazer o quê? Uns cinquenta anos o pessoal começou a ir embora. Não dava mais nada né! Não deu mais trigo. Não deu mais cevada, não deu mais nada. Feijão quase nem se planta mais aqui. Não deu mais nada, foram embora. Eu ainda fiquei teimando com umas vacas. Os filhos foram todos para Caxias. E estão muito melhor que eu. Graças a Deus né! Eu tô peleando. (PASSOS, 2015).

As festividades da localidade carregam a memorialidade do local, à medida que suas diversas manifestações transportam para o presente à manutenção de antigos hábitos, crenças, rituais, costumes vindos de tempos passados. Estas se apresentam, por exemplo, na confecção de lembrancinhas das festas, nos "Ternos de Reis", no culto à bandeira do Divino, na realidade alimentar, na musicalidade durante os festejos e em outras manifestações carregadas de simbolismo para a população local. Essas manifestações se mantêm, pois foram absorvidas pelos participantes dos eventos que, muitas vezes, são de realidades distintas e mesmo distantes.

Foi deste conjunto de identidades, formadas em Criúva, que se perpetuaram determinados elementos materiais e imateriais, que se constituíram patrimônio cultural na região pelo seu reconhecimento público.[46] Percebe-se ainda que, na memória coletiva, a população valoriza esse patrimônio cultural construído pelos que fizeram parte dessa história. O patrimônio cultural foi entendido como "recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia daqueles que conseguem o acesso preferencial à produção e distribuição de bens". (CANCLINI, 1987, p. 187). Nessa direção, essa concepção ajuda a entender que, por meio do patrimônio cultural, é possível manter a memória construída e alimentá-la para que possa ser referência para o grupo que a trata como elemento de identidade.

Recuperando o que foi dito anteriormente, a cultura dos pioneiros na ocupação da terra influenciou a formação da identidade daqueles que se sentiam

[46] Atualmente estão em processo de restauração duas edificações consideradas antigas pelo Livro de Tombo de Caxias. É prudente considerar que algumas das tradições vividas pelos criuvenses não mereceram referência ou estudos mais profundos e podem se transformar em patrimônio cultural.

parte da terra, e o habitante da Serra teve essa influência. Segundo Alves (2010, p. 41), "a herança cultural trazida pelos pioneiros contabiliza elementos definidores de um modo de vida que certamente influenciou na formação da identidade do 'serrano' por longo tempo".

Segundo depoimento de Jedi Castilhos e Aparício Corso, o estabelecimento dos primeiros colonos italianos ocorreu no final do século XIX e no começo do XX. Segundo Aparício Corso (2002), "seu avô, Giovanni Corso, estabeleceu-se na colônia Caxias mais especificamente na linha 60 e seu pai, João Corso, dirigiu-se para Criúva onde constituiu família. João Corso e João Pilatti foram os primeiros italianos a se instalarem na vila".

As explicações dadas sobre os primeiros colonos italianos, que chegaram a Criúva é atribuída pelo entrevistado à presença de tropeiros na região. Eri João Alves (ALVES, 2002) fala que seu bisavô, Feliciano Joaquim dos Passos, e seu avô, Saturnino dos Passos, trouxeram para a região alguns italianos quando das suas viagens a São Sebastião do Caí. As falas de Eri João Alves evidenciam o papel dos tropeiros na região, quando os mesmos viajavam até São Sebastião do Caí com o objetivo de trazer os imigrantes para a Colônia. Segundo o entrevistado, "Feliciano Joaquim dos Passos, pai de Saturnino dos Passos foi o chefe da comitiva com a tropa de mulas de carga, enviados pelo governo do estado para trazer o primeiro contingente de imigrantes italianos do porto fluvial de São Sebastião do Caí a Colônia Caxias". (ALVES, 2002).

Constata-se, a partir das entrevistas, que o "tropeirismo", principalmente o doméstico, foi importante para a vila de Criúva. Muitos relatos lembram que o movimento das tropas era muito acentuado e que, por isso, o presidente da Província resolveu construir uma ponte para facilitar a passagem do gado sobre o rio das Antas. Os relatos de alguns remetem a situações que ocorreram quando eram criança, como o depoimento de Honeide Bertussi (1995, p. 48), que narra a chegada de uma tropa que passa por Criúva. O depoente descreve a tropa e o sentimento que teve quando era muito jovem:

> Quando aquela tropa de mais de setecentos bois entre sete e dez anos passou, aquela rua larga ficou como se tivesse passado um trator de esteira. Antes de enxergar lá no fundo, do lado que vem de Vacaria, ouviu-se o barulho de cascos no chão e aquela bateção de guampas; boiada de sete a dez anos, são verdadeiras feras. Mais ou menos a cada cem bois ía um tropeiro, com os da sua comitiva, não deixando que o restante da tropa

> viesse. Na frente ía a tropilha com cargueiros e os munícios de todos os tropeiros. (BERTUSSI, 1995, p. 48).

Ainda presente nesse depoimento é a percepção de que os tropeiros não levavam apenas cargas, carregavam consigo sua cultura e, como conheciam novos lugares, carregavam também culturas diversas das suas.

> Esses homens, para mim, além de serem tropeiros, foram os maiores comunicadores que existiam, pois passavam deixando sua cultura e iam aprendendo com aqueles outros moradores a cultura de cada lugar. (BERTUSSI, 1995, p. 49).

Por meio dos relatos, conhece-se o percurso que faziam e como se movimentavam. A descrição de Bertussi sobre seu bisavô ajuda a compreender essas fronteiras, que representavam os caminhos pelos quais os tropeiros passavam.

> Antônio Siqueira, meu bisavô, naturalmente porque, naquela nossa região, possuía uma criação de mulas, foi um dos primeiros a ter uma tropa de cargueiros. Ia para Caxias no começo da colonização italiana de onde descia para São Sebastião do Caí. Levava os produtos da terra e trazia de lá o que precisava, mas também viajava para o lado de São Francisco de Paula e descia para Taquara, porque ia receber os soldos dele e de mais uns soldados, os Santos, que ficaram junto com ele. (BERTUSSI, 1995, p. 49).

Os detalhes presentes nas entrevistas mostram que, para muitos, as lembranças permaneceram intactas como se o trajeto percorrido tivesse sido realizado recentemente. Essas memórias, segundo Halbwachs (2004), são construídas de forma coletiva por aquele que lembra, permitindo ao outro construir uma memória sobre o fato que se constrói coletivamente. A descrição abaixo evidencia um grau de detalhamento que permite entender, além do trajeto, o tempo gasto e os pontos de parada.

> Na nossa região da Mulada, como não existiam as gadarias, foram os tropeiros de cargueiros que a desenvolveram. A ponte sobre o rio das Antas entre São Manuel no município de Vacaria e Criúva, no de Caxias do Sul, facilitando o caminho das tropas de Cima da Serra, da região das Vacarias, fez com que surgissem povoados ao longo do trajeto percorrido. Os tropeiros, mesmo que chegassem adiantados, pernoitavam em São Manuel para largar a tropa cedo, a fim de descerem a serra por 6 km e subirem para outro lado antes de esquentar o sol. Lá em cima morava o Araci Rosa. Quase na Coxilha do Tigre existia outro ponto de pouso. Mas o ponto principal foi Criúva. Dava exato para sair cedinho de São Manuel, atravessar a serra das

> Antas e descansarem a tropa já na saída do campo, onde fica Criúva a 18 km de São Manuel. (BERTUSSI, 1995, p. 49).

Segundo alguns depoimentos, foram os "tropeiros domésticos" que avisaram os alemães e os italianos sobre a necessidade de criar serviços que estivessem ligados ao comércio do gado, como ferreiros, seleiros e ofícios que pudessem desenvolver, para atender às necessidades existentes nessas rotas. Alves (2010, p.74) comenta que "o pai de Fioravante Bertussi, em 1903, chegou a Criúva, instalando uma ferraria e uma casa comercial".

Bem antes dessa data, quando o projeto da "Ponte dos Korff" é definido pelo presidente da Província, Borges de Medeiros, devido ao movimento de gado que passava pelo rio das Antas, na estrada para Vacaria, já existia interesse por parte dos imigrantes na compra de lotes no território de Criúva. Na época, Criúva era distrito de São Francisco de Paula e, em 1894, tenta se anexar ao Município de Caxias. Entretanto, essa tentativa é indeferida pela Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. (GARDELIN, 1993, p. 13).

Um dado lembrado sobre a história de Criúva, vinculado também ao tropeirismo, é a Ponte dos Korff. Alguns lembram que, antes da construção da ponte, existia uma balsa que havia sido construída pelos Korff, que eram donos das terras. Essas terras situavam-se na Coxilha do Tigre e era caminho para Vacaria. O nome da Estrada era Rio Branco. (PANTE, 2005, p. 510). Entretanto, para a passagem das tropas era mais conveniente uma ponte do que a própria balsa. A Ponte dos Korff tornou-se um símbolo de Criúva, um elemento de sua identidade, do seu passado que a fez conhecida por aqueles que nela passavam e eram acolhidos na Casa de Pasto, na Pousada dos Tropeiros.

Outra atividade econômica marcante, na memória dos moradores de Criúva, foi a presença dos moinhos. Criúva possuía dois moinhos que transformavam o trigo em farinha e eram reconhecidos pela sua importância como parte pertencente àquele lugar. O Moinho Nossa Senhora do Carmo era mais recente e o mais antigo era o de Moinho do Rio Pereira. Este último começou no ano de 1905 com Joaquim Biazus, localizado na Capela Santa Catarina. (SOLDERA, 2005, p. 519).

O Moinho Nossa Senhora do Carmo era mantido por seis sócios: Dionísio Jordani, Valmor Antônio Bertussi, João Cavalli, Vitório Bernardi, Francisco José Cavalli e Claudino Cavalli. O trigo que o moinho transformava era produzido

pelas famílias de agricultores que moravam no distrito. Mais tarde, quando a atividade prosperou, o trigo vinha da Argentina. Após, foi construído um moinho de milho que funcionava no mesmo prédio por meio de um cilindro de pedra. (CASTILHOS; GONÇALVES, 2005, p. 517). Conforme lembram Castilhos e Gonçalves (2005, p. 518), no local também havia um beneficiador de arroz, que "servia para aqueles agricultores que cultivavam o chamado "arroz seco".

É possível perceber, no depoimento de vários moradores, que a atividade moageira na região possuiu outros pequenos moinhos que se estabeleciam próximo a quedas de água ou mesmo em algumas das capelas que compuseram o distrito ao longo de sua história. Estes, porém, não deixaram registros escritos, o que se obtém no máximo é a citação dos mesmos pela memória dos moradores, sendo muito incerta a duração dos devidos estabelecimentos ou mesmo suas localizações, não havendo certeza, mesmo, sobre quem eram seus proprietários. (PASSOS; RAMOS, 2015).

De acordo com Pante (2005, p. 525), Criúva também contava com casas de comércio, ferrarias, sapatarias, olarias, cafés, casas de pasto entre outros estabelecimentos no início do século XX, entre as décadas de 1910, 1920 e 1930. Nesse relato, Pante lembra que Criúva dispunha de uma "casa de Secos e Molhados", que era de propriedade de João Pilati, tataravô da depoente. A loja de João Pilati vendia "desde pão até fazendas de tecidos. As compras eram pagas em época de safra, ou trocadas por outros produtos". Por meio da descrição feita por Pante, é possível imaginar como o distrito se organizava em torno dos serviços dos quais dispunha. Uma Casa de Secos e Molhados, uma Casa de Pasto que servia de hotel e um potreiro de aluguel, uma agência de correios, uma ferraria, que atendia aos clientes do lugar e de fora dele, uma olaria, uma sapataria, e cafés que atendiam aos moradores com muitos atrativos. Os serviços descritos se relacionavam com as atividades econômicas da região. De um lado, as atividades voltadas para a criação do gado e seu comércio e, de outro, as condições de subsistência da vila e de seus moradores.

Para Candau (2011, p. 50), "a memória coletiva, como a identidade da qual ela é combustível, não existe se não diferencialmente, em uma relação sempre mutável mantida com o outro". Esta afirmativa transferida para a região de Criúva leva ao entendimento de que foram construídas identidades coletivas, a

partir da convivência entre os diferentes grupos, nos diversos tempos da história local, marcada pelas correntes migratórias.

Na fala de Lourdes Brocheto Ramos acerca dos jogos de bocha, carreiradas e laço, a entrevistada relembra que, nos jogos de bochas, os italianos eram os principais e nas carreiras eram os pelos-duros. Lembra ainda que essas diversões ocorriam na cancha de bocha onde os moradores se encontravam para jogar e se divertir. A cancha estava localizada na vila.

> Pante, é que era o chefe da cancha das bochas, ele que dava iniciativa a tudo. E o João Covolan era o sogro dele, o João junto, eles gostavam, né, os dois, disso. [...] E nas carreiras era os pelo duro, os brasileiros. [...] No laço, geralmente era os italianos. [...] Nessa cancha mesmo, aonde hoje ainda tem a cancha de torneio de laço em Criúva, ainda tem. (RAMOS, 2012).

Nas lembranças, as atividades que eram comuns entre os lusos e os luso-brasileiros são citadas por vários moradores. É o caso do "tiro de laço", como aponta Breno Ramos, um dos iniciadores dos piquetes de laço na região, que começaram a ser frequentados anos de 1960-1970. (RAMOS, 2015). Também há referência aos torneios de laço como atividade de lazer, com muita expressão na região de Criúva, conhecida como ponto de encontro. Os piquetes mais antigos na região, e citados pelos moradores, foram "Os Tiatinos" e "Chaleira Preta". (MAZZOTTI, 2015). Ao longo do tempo, estas instituições persistiram e ainda representam a união dos moradores locais para o "tiro de laço".

Nos relatos, fica registrada a importância atribuída à convivência entre grupos diferentes e pode-se perceber que esta era compartilhada, demonstrando que, em princípio, não havia diferenças marcantes ou mesmo algum tipo de dissidência mais séria entre os grupos. Considerando que algumas entrevistas foram realizadas ainda em décadas anteriores, esta observação tem limites, mas certamente envolveu grande parte da história de Criúva, diante da vivência dos dois casos citados, uma vez que ambos já possuem mais de 70 anos.

De modo especial, os tiros de laço expressam a passagem das lides do campo como uma atividade individual e confinada ao cotidiano do campo para o coletivo. Assim, vislumbra-se através da mesma a construção de uma identidade que acompanhou a vida do campo em suas mais diversas manifestações, ao mesmo tempo, é possível reconhecer esta como importante na localidade em decorrência da forte presença na memória local.

As festas e os bailes são elementos que marcam presença na história do passado. São elucidados nas narrativas dos moradores, como se importavam com os rituais antigos, as tradições e costumes e a integração das diferentes culturas nos próprios ritos.

> A Festa do Divino é sempre em maio, Nossa Senhora do Carmo, o dia dela, o dia da Nossa Senhora do Carmo é 16 de julho [...]. Antigamente eles faziam sempre no dia da festa de Nossa Senhora do Carmo, agora não, agora eles fazem quando dá. [...] o cardápio era sopa de agnoline, churrasco, que nem agora... [...] galeto, às vezes eles faziam macarrão... Tá, então era uma mistura da comida italiana com a comida dos brasileiros [...] E o resto, a massa, essas coisas é de italiano. (RAMOS, 2012).

Estas informações correspondem a períodos que remontam às fases após a presença da imigração italiana, visto que, como lembra outro morador, em tempos mais idos, no final do século XIX, quando os primeiros imigrantes italianos chegaram, "o festeiro é quem fazia o churrasco por conta e com as doações". (CORSO, 2002). É importante verificar que, além de estarem vivas as memórias para os diferentes moradores, também é possível perceber a integração das diferentes culturas e a manutenção dos costumes alimentares que foram criados na interação entre lusos, luso-brasileiros e italianos. Tal condição novamente justifica o caráter pacífico entre as levas populacionais que formaram a localidade.

Além da alimentação e da sua função integradora, há que se registrar o papel da musicalidade, como parte das festividades em épocas passadas. Aparício Corso registra:

> Quem tocava na festa do divino era um africano, da África, ele era da raça negra. Ele tocava nas Festas do Divino, cantava os hinos né, na procissão, na igreja, ele se chamava Sebastião Abele, ele morava no Rincão do Kröeff. (CORSO, 2002).

O morador também indica que, nesta fase mais antiga, a vila possuía apenas três famílias que não eram portuguesas em mais ou menos cinquenta casas no centro. Nas entrevistas, vários moradores destacaram a participação da população distante da vila que participava dos festejos das capelas, bem como da Festa do Divino. Há relatos indicando tal circunstância:

> O pessoal daqui (Mulada) são bem mais festeiros do que para lá (Vila de Criúva). Apesar de ter a Festa do Divino que dura uns quantos dias. Pode notar em tudo que é festa, salão lotado. (MAZZOTTI, 2015).

É possível identificar na fala indicada um comparativo entre as realidades, aspecto que ganha importância diante do fato de que a moradora entrevistada é descendente de imigrantes italianos e encontrou ao mudar-se para a Mulada, localidade distante do centro de Criúva, uma situação de maior envolvimento nos festejos como os bailes.

Apesar do envolvimento de moradores mais distantes, nas Festas de Criúva é o conjunto de moradores da vila que tem o papel decisivo de organizar a Festa. Esta característica é histórica, mas, ao mesmo tempo, identifica a manutenção da tradição das festas, dos rituais e faz parte das memórias dos moradores próximos do centro da vila. Tal característica comprova-se no empenho em relatar os rituais da festa como de "origem portuguesa", mas hoje "os povos começaram a se misturar e também se adequaram, começaram a gostar da festa pela religiosidade, se integraram", (CAVALLI, 2015). O que se percebe é que, junto de um registro da interação entre as mais diferentes culturas, é visível um grande envolvimento e cuidado com a memória da mesma, esta corroborada por atitudes como a de guardiã das lembranças do festejo.

Um adereço muito comum nas festividades da região é a chamada lembrancinha.[47] Além desta prática, é comum a distribuição de um impresso[48] com oração ou apenas indicação da data, festeiros e mensagem de agradecimento pela presença no ritual como mostram as imagens:

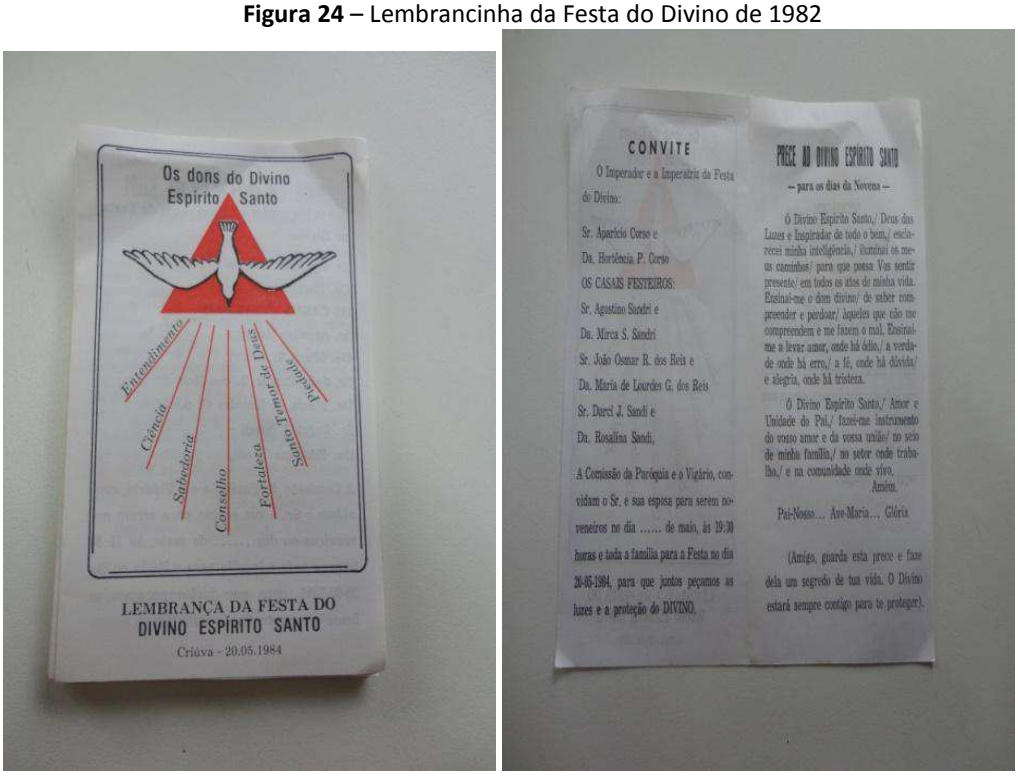
[47] Este adereço como relatam os moradores locais corresponde a um pequeno laço com fita "mimosa" preso com alfinete na lapela dos visitantes, geralmente distribuídos por um grupo de moças da localidade e que aceitam uma pequena doação em dinheiro arrecadada para a comunidade.

[48] Em algumas das festas da localidade, sugiram com o tempo novos costumes, como, por exemplo, estampar a imagem do santo ou santa homenageado em copos plásticos, que são utilizados no almoço festivo e dados como mimo aos visitantes. Outras formas de lembrança vêm sendo empregadas, como é possível perceber na frequência a estes eventos, por parte dos moradores.

Figura 23 – Lembrancinha da Festa do Divino de 1973

Fonte: Acervo de Vera Cioatto e Mônica Cioatto.

Figura 24 – Lembrancinha da Festa do Divino de 1982



Fonte: Acervo de Vera Cioatto e Mônica Cioatto.

Pode-se notar que os modelos de lembrancinhas foram sendo alterados, mas se mantiveram a identificação dos festeiros e os dados da festa. Porém, a partir da coleção da família Cioatto, é possível perceber que as lembrancinhas da década de 80, especificamente as de 1984 em diante, reforçaram a identidade da festa com a impressão dos sete dons do Espírito Santo. Ainda, segundo Vera Cioatto, após 1990, houve nova alteração no *layout* das lembrancinhas, com a adoção de elementos imagéticos da localidade, com fotos da região e também com a associação ao tema da Campanha da Fraternidade.

É possível inferir que as lembrancinhas, e mesmo os cartazes da festa, que compõem a divulgação do evento, são a expressão do momento em que se realiza a mesma e se transforma em elemento de conservação da memória. Os nomes dos festeiros, a data, as atividades constantes e toda a programação trazem lembranças percebidas nos depoimentos dos próprios moradores (CIOATTO, 2015), como meio de manter a memória.

Já a guarda das lembrancinhas, de recortes e cartazes da festa pode ser entendida como parte de um hábito, herdado pela família de Vera Cioatto, atual zeladora da paróquia de Criúva. Segundo a zeladora, sua mãe teria passado o hábito para ela e, por extensão, à sua filha Mônica Cioatto, que mantém vivo o mesmo até os dias atuais. (CIOATTO, 2015). É possível ver por esta prática a revelação do apego aos costumes, mantido pela ocorrência da festa. A manutenção de alguns costumes faz com que se estenda a tradição e a própria realização dos festejos de origem lusa, mantida hoje em parte por seus descendentes e, ao mesmo tempo, pelos descendentes dos antigos imigrantes italianos.

Como prova desses hábitos, os moradores preservam recortes de jornais que ajudam a expressar toda essa memorialidade, como se pode ver na imagem:

Figura 25 – Preparação da Festa do Divino de 1982

que as nossas festas populares estavam desaparecendo, sem que alguém pudesse fazer alguma coisa. O que persiste, ainda hoje, são os kerbs, pois a região é composta predominantemente por descendentes de alemães". Mas, apesar disso, ressalta Maria Iara, nossos antepassados foram o elemento português e o gentio da terra, com outros costumes que fomos descobrir com a equipe do Instituto, falando com os mais velhos da região.

Hoje uma série de danças muito comuns na região foram pesquisadas. Também o foram os trajes mais usados e de

indispensáveis, diz o diretor.

Antes desse convênio muita coisa foi feita, mas a partir do momento em que o Instituto conseguiu as melhorias, cada projeto recebeu atenção e agora estão à disposição da comunidade. Paixão Cortes chama de pesquisa completa e de "pacote cultural" um projeto que contenha: material colhido descrito em livreto ou livro; fotografias do que for possível registrar; filme em 16 ou oito milímetros reproduzindo

no seu habitat natural tem pesquisa própria

A Bandeira do Divino e sua função ganhou um "pacote"

ABRIL DE 1982

– 33 –

Lazer/Utilidades – Folha da Tarde

Fonte: Acervo de Vera Cioatto e Mônica Cioatto.

A preocupação e o cuidado na preservação da memória são mantidos pelas tradições que fizeram parte da Festa do Divino. Um dos entrevistados realça em seu relato:

> Esse ano (2015) que voltou a alvorada que começou as 7 horas e 30 minutos, por aí, encima de um caminhãozinho com a banda tocando ... Eu sou favorável que o que não deu certo não tem que continuar. Mas a alvorada deu certo, o pessoal gostou e acorda em clima de festa, um dia especial. (CAVALLI, 2015).

Segundo o morador, os festejos expressam a mistura de diferentes grupos, e costumes, manifestados nos encontros durante a festa e inclusive nos contatos mantidos durante a fase preparatória. O mesmo afirma isso ao considerar a religiosidade que aproximou o "pelo-duro" ou lusos, luso-brasileiros e imigrantes italianos. (CAVALLI, 2015).

Outro elemento lembrado em Criúva é a figura do tropeiro e o tropeirismo como atividade que marcou aquela região. Um fato comum é sem dúvida a

lembrança dos habitantes que participaram de forma direta ou não de tal atividade. Comprova-se na fala: “O meu pai era tropeiro, o meu pai tropeava com gado primeiro”. (MARTINS, 2015). Das lembranças, muitos recordam quando eram pequenos e participavam das viagens com seus pais: “Às vezes eu ia para botar as alças das broacas, o pai me colocava na garupa dos cargueiros e eu me agarrava que nem carrapato nas cangalhas”. (PASSOS, 2015).

As dificuldades, os percalços, fazem parte de uma rica narrativa detalhada, que constrói no imaginário o conjunto das condições enfrentadas no processo de tropeirismo. É oportuno destacar que, por meio da história oral, foi possível recuperar os dados acerca de Criúva. As vozes dos entrevistados, como dizem os historiadores, dão eco às lembranças que não se quer esquecer.

> A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história. (JOUTARD, 2000, p. 33).

Nessa perspectiva, constata-se a importância dos relatos, pois estes são “vozes” da história que permaneceu entranhada nas suas memórias. Estas que poderiam sucumbir pela passagem do tempo ou pela perda de seus possuidores, vêm à tona e tornam-se parte importante de um resgate necessário.

A participação da população nos encontros dançantes é parte das lembranças dos moradores de Criúva e identifica, além das marcas de um passado, o conjunto diverso da população local. Falar sobre os encontros dançantes foi um espaço de satisfação demonstrado pelos entrevistados. A variedade de observações e a infinidade de detalhes, presentes nas lembranças acerca desse tema, evidenciam que a dança era um valor, ou seja: “quando chegavam, abriam a gaita, dançavam de pé no chão, outros de tamanco, era uma surpresa para eles”. (OLIVEIRA, 2014). Uma ex-moradora relata, em relação aos encontros dançantes: “Na minha casa fizeram umas quantas vezes”. (OLIVEIRA, 2014). Dança e entretenimento promoveram momentos únicos de convivência, especialmente na localidade de Mulada, onde é comum o relato acerca destes encontros informais. Os moradores lembram: “Antigamente tinha muitas serenatas”. (MARTINS, 2015). Dessa forma, se propagou a musicalidade que está também muito presente na memória local. Estas situações transformaram-se na

voz do passado encrustada naqueles que vivem e rememoram o lazer, mas, ao mesmo tempo, retratam experiências e, consequentemente, parte das experiências do grupo, papel que apenas pela oralidade se poderia recuperar e transformar em elemento para a construção do conhecimento.

Quando falam das danças, falam da música e dos costumes que eram comuns, quando se encontravam. Bertussi (2015) recorda dos tempos em que viveu na localidade de São Jorge da Mulada e como aprendeu a tocar gaita. Fala também dos bailes:

> Olha a nossa música Bertussi foi tão forte que nós aprendemos a tocar com os gaiteiros de gaita ponto. Existiam aqui gaiteiros ótimos, tinha um tal de Virgílio Pinheiro de gaita de botão, o Virgílio Guapo. Este Virgílio Guapo fazia cada floreio! Coisa mais linda na paz e, depois, o último dos forte, é o tal de Fróis, sobrenome Fróis, que tinha o apelido de "Mijico", era dos mijicos. Coisa que ele mais gostava de me fazer tocar na gaita dele, porque eu com 10 anos aprendi a tocar gaita ponto, rapaz [...] Tu vai achar bonito primeiro baile que eu toquei. A bailanta do Júlio Alemão. O lugar era bem ali na ferraria.[49] (BERTUSSI, 2015).

As mesmas lembranças são rememoradas nas músicas que Adelar Bertussi fez juntamente com seu irmão, companheiro de dupla, Honeyde Bertussi, bem como com a ajuda de gaiteiros e pessoas que tocavam nas antigas serenatas. Estas se tornaram marcantes, além de serem identidade local. Vários dos moradores entrevistados as reportaram, como prova da importância da memória.[50]

4.2 A relação do patrimônio com a memória

Neste estudo, o patrimônio é entendido de forma distinta da memória. Enquanto a memória é transmitida de geração a geração, como elemento que ajuda a identificar o grupo, o patrimônio é prova do que foi vivido. Arantes (2006) explicita esse raciocínio, afirmando:

[49] Este local se distancia da vila de São Jorge da Mulada aproximadamente 2 Km em direção ao noroeste. Atualmente corresponde à área de potreiros e chácaras, não havendo mais resquícios visíveis do local exato da chamada bailanta do Júlio Alemão. Segundo relata o entrevistado, a região sempre foi uma área de gente pobre, mas ao mesmo tempo com muita alegria; segundo o mesmo, o lugar que tem pobreza também tem muita alegria e onde tem alegria tem música e dança. (BERTUSSI, 2015).

[50] Philippe Joutard defende a importância desta metodologia, sem deixar de tomar cuidados.

> Diferentemente dos fatos de memória, que é elaborada, transmitida e realimentada diretamente pelos atores sociais, em redes de relações sociais, o patrimônio é uma realidade instituída pelo Estado. A preservação é definida pela Constituição Federal como responsabilidade concorrente pela da União, dos Estados e dos Municípios, e compartilhada com a sociedade civil. (ARANTES, 2006, p. 426).

O que se percebe na região de Criúva é a existência de alguns exemplares de patrimônio edificado, como é o caso do Moinho Nossa Senhora do Carmo – que atualmente se encontra em processo de restauração – e a Casa de Comércio da família Fachini – área que já passou por processo de restauração –, ambos localizados na região central da vila de Criúva.

Figura 26 – Moinho Nossa Senhora do Carmo em Criúva

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=848>. Acesso em: 6 ago. 2014.

Figura 27 – Casa de Comércio da família Fachini em Criúva

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=848>. Acesso em: 6 ago. 2014.

Essas edificações são símbolos de patrimônio local e não são lembradas com muita frequência pelos moradores. Outros símbolos da localidade têm maior relevância na memória da população do que propriamente a ação da municipalidade, em preservar esses bens que podem contar a história das atividades econômicas do distrito, quando as mesmas foram criadas. Seguindo este raciocínio, Arantes (2004) propõe uma reflexão sobre a importância da preservação do patrimônio cultural de natureza imaterial, ao que denomina de "proteção e valorização dos conhecimentos, formas de expressão, celebrações e lugares que singularizam diferentes grupos formadores de uma sociedade nacional e seu território". Em relação a essa amplitude da ideia de patrimônio, o mesmo ainda designa as chamadas "paisagens da história":

> Refiro-me a populações e a territórios cuja paisagem natural ou patrimônio cultural são identificados tanto pelas populações envolvidas quanto por especialistas (historiadores, geógrafos, museólogos, arquitetos e antropólogos, entre outros) como distintivos e, por essa razão, objetos de salvaguarda e recursos úteis ao desenvolvimento de produtos de mercado. (ARANTES, 2004, p. 12).

Considerando o território de Criúva, em relação a alguns aspectos é possível perceber a ocorrência de práticas que lembram o que Arantes (2004) chama de transformação das características locais em "distintivos" e "objetos de salvaguarda". O distrito em questão não é propriamente um "produto de mercado", mas um patrimônio ambiental e consequente recurso ao município-mãe. Neste sentido, sua importância patrimonial abrange as belezas ambientais, fruto de visitação intensa, seus campos, seus cursos de água límpida e pura e sua produção.

O fato de Criúva ter uma importância patrimonial, como certo "distintivo" e mesmo fonte de recursos, mostra a possibilidade de discutir com a população os conteúdos que abrangem a construção do patrimônio imaterial. Como aponta Arantes (2004), a localidade merece a designação de patrimônio imaterial pela forma como o homem do campo construiu sua relação com a cultura, aceitando o que nela acontecia e usando os artifícios dos quais dispunha. O caso da música que nasce em Criúva com os Bertussi é prova dessa premissa. O papel importante da musicalidade, das danças, das festividades, que compuseram um cenário de características e valores para a população, deve ser preservado e conhecido como de Criúva.

A música criada pela família Bertussi, tendo como base o trabalho de produção feito pela dupla "Os Irmãos Bertussi", inaugurou um estilo de música que representa o homem dessa região. A música dos Bertussi se tornou um outro "distintivo" de Criúva, na visão de moradores e apreciadores deste tipo de produção musical, considerada então um patrimônio imaterial da região.

É constante a associação de Criúva com a música Bertussi. É inegável na manifestação de pessoas de fora do município que sua musicalidade "ganhou o mundo", fato admitido por Adelar Bertussi. Cita inclusive uma viagem que foi realizada aos Estados Unidos, em Nova Iorque, em 2014 onde divulgou a região e inclusive fez contato com as pessoas que lá apreciam músicas como "Oh de Casa", como o próprio ressalta. (BERTUSSI, 2015). A permanência da música com suas características, desde as primeiras composições, e o apego às lides do campo, expressado nas letras, possuem contribuições de caráter imaterial para a construção da identidade local e colocam-se por sua classificação como típicas.

Foi com o advento dos CTGs que a musicalidade local ganhou maior impulso, como destaca o músico Adelar. Essa ligação maior com a cultura

regional “engrossou” o impacto e também a importância dos versos da dupla Bertussi. Entretanto, tal consideração deve levar em conta que, em um primeiro momento, teve um caráter de identificação e até publicização da localidade, não tendo por finalidade expressar ou ter caráter tão consistente para vir a ser considerada patrimônio cultural.

Além da musicalidade, pode-se destacar a Festa do Divino, inegável força da localidade como patrimônio dessa cultura, pelo fato de ser herança dos primeiros moradores de origem lusa, que trouxeram o culto ao Divino Espírito Santo. Festa que conta com um conjunto de ritos religiosos, acompanhados pelos elementos profanos incorporados nos bailes.

A influência lusa, na Festa do Divino, foi mantida, e os festejos incorporaram as culturas que foram chegando à localidade, como expressão de diversidade. Além disso, os componentes das festividades, que foram acrescidos, não deixaram de evocar a crença e fortalecer sua religiosidade. Assim, pelo cumprimento de um papel de preservação, devido à manutenção praticamente intocada dos ritos e das suas principais características históricas, promoveram os festejos do Divino Espírito Santo como patrimônio imaterial também.

No que se refere ao papel exercido pela condução das atividades de campo, o domínio do laço é um registro local interessante, que se encontra presente nas lides das propriedades locais. Este não foi tomado apenas como um instrumento de trabalho, mas se transformou em um elemento de lazer para parte da população local. Diante desta condição, surgiram os piquetes de laçadores como afirmam vários moradores, em especial os mais antigos, quando lembram dos primeiros grupos de laçadores que “transformaram um serviço em divertimento”. (RAMOS, 2015).

Apesar de se considerar que o sentido de patrimônio e “a prática da preservação não legitima simplesmente sentidos socialmente atribuídos pela cultura comum e cotidiana a determinados aspectos da cultura, mas põe em prática os critérios, as concepções e os valores que são defendidos por técnicos e especialistas”. (ARANTES, 2006, p. 427). Apesar deste argumento, não há como negar que o caráter preservacionista desta prática, a perseverança e o fato de não haver alterações significativas em tradições antigas levam a crer que a prática dos torneios de laço e o uso comum desse instrumento possa ser reconhecido como bem imaterial.

Fundamentadas as principais considerações acerca da construção do que até o momento é definido como um conjunto de bens culturais, cabe refletir no sentido de reconsiderar o papel dessa história de Criúva, bem como entender a influência de sua trajetória cultural e o valor desta localidade, dentro da história regional.

Considerações finais

Os objetivos previstos foram atingidos, uma vez que a pesquisa realizada tanto no que diz respeito à parte teórica quanto à pesquisa empírica permitiu a construção do estudo. Dessa maneira, como resultados, destacam-se na caminhada da pesquisa a descrição do contexto em que ocorreu a ocupação do território onde se instala atualmente Criúva. A construção desse capítulo forneceu dados que ajudaram a entender os diversos vínculos administrativos pelos quais o distrito passou desde sua origem, no antigo município de Santo Antônio da Patrulha. O percurso da história dessa ocupação não foi simples, e muitas dificuldades foram superadas para construi-lo. A historiografia sobre a ocupação e conquista do território rio-grandense levou a muitos caminhos para o entendimento das disputas territoriais e políticas aos interessados pela terra e ajudou a delinear a organização do espaço-rio-grandense. Ficou visível, nessa primeira parte, o papel das sesmarias e como esse tipo de organização definiu a ocupação da terra.

A estrutura fundiária no Brasil foi totalmente alterada, a partir da Lei de Terras em 1850, o que transformou o acesso à terra, que era feito por doações para o sistema de compra. A mudança na ocupação do solo altera o contexto regional, já que o Rio Grande do Sul recebe, décadas depois, levas de imigrantes que se localizaram nas regiões próximas às sesmarias, regiões onde havia terras devolutas. O estudo contemplou a transformação da sesmaria e os diversos desdobramentos pelos quais os municípios passaram, à medida que várias leis foram feitas e os moradores dos Campos de Cima da Serra sofreram seus impactos.

A sesmaria que deu origem a Criúva está nessa história explicitada no segundo capítulo, o que permite entender a presença lusa e luso-brasileira e dos imigrantes. As diferenças no uso da terra evidenciaram os costumes que marcaram cada cultura e mostraram as fronteiras entre o latifúndio e o minifúndio.

Na sequência, a cultura dos pioneiros na ocupação da terra influenciou a formação da identidade criuvense daqueles que se sentiam parte da terra; o habitante da Serra teve essa influência. Segundo Alves (2010, p. 41), “a herança

cultural trazida pelos pioneiros contabiliza elementos definidores de um modo de vida que certamente influenciou na formação da identidade do 'serrano' por longo tempo". Não é comum haver um reconhecimento desta identidade pelo conjunto da área municipal em Caxias do Sul, há por certo uma generalização que, ao longo do trabalho desenvolvido, se buscou desmitificar, além de incorporar no conhecimento sobre a região o fator identitário surgido por vezes da convivência dos diferentes grupos étnicos.

Como prova desta herança cultural, está inequivocamente o conjunto de elementos da vida de Criúva, ainda reconhecida em sua área de campo, como área de criação de gado, aspecto que é fruto da conquista e ocupação territorial anterior, que possuía raízes de caráter extensivo. Trata-se então de entender Criúva como uma área que, em seu processo histórico, incluiu novos elementos culturais; promoveu um cruzamento de símbolos culturais típicos, mediante o contato com a realidade imigrantista italiana e assim criou outras identidades.

Nas falas dos moradores, fica marcado que muitos consideram a Festa do Divino parte de sua história, verdadeiro patrimônio local. Esta festa, que acontece no espaço do distrito de Criúva, é elemento marcante e resume o sentido que este evento passou a ter nesse encontro de culturas, como síntese da integração dos diversos grupos que fizeram parte da história local. Assim, esta simbiose criou condições para a convivência nos rituais e demais elementos do cerimonial da festa.

Ao considerar o elemento religioso, é necessário conceber o sentido da religiosidade que, objetivamente, reflete sobre o sentido da própria formação humana. Para justificar tal observação, cabe o que nos diz Eliade sobre a "dialética do Sagrado" e a presença da religiosidade em nossa vida:

> A vida humana adquire sentido ao imitar os modelos paradigmáticos revelados por seres sobrenaturais. A imitação de modelos transumanos constitui uma das características primárias da vida "religiosa", uma característica estrutural que é indiferente à cultura e à época. Desde os documentos religiosos mais arcaicos acessíveis ao Cristianismo e ao Islamismo, a imitatio dei como norma e linha diretriz da existência humana nunca foi interrompida; na realidade, não poderia ter sido de outro modo. Nos níveis mais arcaicos de cultura, viver como um ser humano é, em si, um acto religioso, pois a alimentação, vida sexual e trabalho possuem um valor sacramental. Por outras palavras, ser – ou antes, tornar-se – um homem significa ser "religioso". (ELÍADE, 1969, p. 9, grifo da autora).

A forte presença religiosa dentro da localidade de Criúva leva a considerar a seguinte análise:

> Devoções, festas e ritos têm a função primordial de reatualizar o tempo mítico, reversível e recuperável. Ao participar desses eventos, o fiel evoca e recria o tempo inicial. As manifestações religiosas não significam apenas a comemoração de um acontecimento, mas a sua reatualização, uma forma de reviver o tempo original e promover a purificação. [...] Dessa forma, o tempo festivo é repetido, mas não é imóvel nem imutável. Apesar de se revelar especial e diferente do calendário profano, também não é um evento isolado, pois quebra o ritmo regular do cotidiano, promove a sociabilidade e o sentimento de pertencimento e identidade em um determinado grupo social. Além disso, possui intrínsecas relações com os aspectos políticos, econômicos e sociais. (COUTO, 2008, p. 2).

Dessa maneira, a questão religiosa mais marcante na localidade de Criúva é considerada a Festa do Divino Espírito Santo. Teixeira fala sobre o sentido do que seja a festa:

> Em sua conotação mais essencial a palavra festa remete à noção, coletivamente vivenciada, de alegria, bem-estar, felicidade, satisfação, amizade, descompromisso. Tudo isto é expresso numa síntese perfeita, por coisa boa. Exatamente por isso é que as festas se constituem em algo muito afim com um atributo humano fundamental, qual seja o de procurar o desfrute das coisas tidas por boas. Os indivíduos e grupos que assim não procedem e, não importa a razão para tanto, o fazem como privação ou mesmo como mortificação auto-imposta. Daí que as festas, quaisquer que sejam elas, e desde que assim entendidas, possuem um extraordinário poder de mobilização. (TEIXEIRA, 1988, p. 23).

A partir desta concepção, fica evidenciado que a festa, além de momento litúrgico, também é espaço de convivência, representa o viver, o bem-estar, "o desfrute das coisas boas", algo que leva a pensar o momento da festa com o profano. Promove a possibilidade dos moradores e daqueles que admiram a festa de se encontrar e dar vida ao ritual que tem a ver com sua história.

Percebe-se, na forte presença religiosa e na inter-relação entre o popular e o divino, espaço para diversão; assim, a festa transforma-se além de um espaço de culto, em exercício de uma das feições mais humanas da vida, a diversão. São os elementos do culto e da diversão que fizeram da Festa do Divino um evento peculiar mantido como tradição. Tal consideração leva em conta o fato de os festejos aproximarem-se da seguinte discussão conceitual proposta por Bornheim:

> A palavra tradição vem do latim: traditio. O verbo é tradire, e significa precipuamente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração. Em segundo lugar, os dicionaristas referem a relação do verbo tradire com o conhecimento oral, e escrito. Isso quer dizer que, através da tradição, algo é dito e o dito é entregue de geração a geração. De certa maneira estamos, pois, instalados numa tradição, como que inseridos nela, a ponto de revelar-se muito difícil desembaraçar-se de suas peias. Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passa de geração em geração, e isso constitui a tradição – e nos constitui. (BORNHEIM, 1997, p. 18).

Este conceito é capaz de aproximar a realidade da Festa do Divino de uma tradição mantida pela população de Criúva, à medida que, de geração em geração, os rituais contidos na Festa, bem como sua organização e a de seus componentes, foram mantidos e perpetuados. A população da localidade sente-se envolvida no processo de manutenção da festa em todos os aspectos. Vale lembrar o que Hobsbawn (1984) fala das tradições que são reinventadas. Entretanto, as palavras de Bornheim (1997) expressam o sentimento que a festa traz de solidariedade, em relação aos moradores e da memória coletiva que carregam consigo construída por seus antepassados:

> O conjunto dos valores dentro dos quais estamos estabelecidos; não se trata apenas das formas do conhecimento ou das opiniões que temos, mas também da totalidade do comportamento humano, que só se deixa elucidar a partir do conjunto de valores constitutivos de uma determinada sociedade. (BORNHEIM, 1997, p. 20).

A Festa do Divino deu vida à Criúva. Tal observação pode ser feita considerando a manutenção de elementos culturais oriundos da presença dos diferentes grupos que fizeram parte de sua história, mas também pelo envolvimento e pelo conjunto de valores mantidos pela própria população. Assim, nos momentos em que acontecem os festejos, é possível ver a expressão acentuada da religiosidade, nas atitudes de hospitalidade, nas manifestações ligadas à dança e à música, um fiel retrato da localidade.

Esta tradição, apesar de ser símbolo de períodos mais antigos, foi constantemente revivida e tornou-se elemento de identificação. Entretanto, é possível localizar características ligadas à festa que podem ser isoladas como tradição inventada, seguindo a definição de Hobsbawn (2002), ou seja, "um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores

e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade do passado".

Na alvorada festiva, percebe-se a presença da banda, a divisão das novenas considerando todas as manifestações como expressão das diferentes etnias e a ampliação de seu público, com a invenção de novos espaços (uma noite para a juventude), como indício de uma invenção da tradição. Diante deste contexto, é possível afirmar que nem tudo na Festa do Divino é fruto de uma perpetuação da tradição nativa. Segundo Cruz:

> Neste distrito de Caxias do Sul após alguns anos sem a realização da festividade, a mesma é retomada nos anos de 1970. Então a celebração passa a ter um espaço significativo na região, envolvendo outras cidades ao redor, como também a participação do poder público (Prefeituras, Câmara de Vereadores, Governo do Estado e Assembleia Legislativa). O envolvimento de instituições públicas na Festa do Divino de Críúva reforça a importância de olharmos para a celebração numa perspectiva pautada pelas ações políticas porque elas ajudam a constituir um carregado apelo identitário e reforçando sua tradição na cidade. (CRUZ, 2015, p. 19).

É possível, diante desse contexto, observar que a festa ganhou proporções de rememoração e pode ser indicada como parte das tradições inventadas, como as louvações em órgãos públicos, além de empresas e em outros locais. Há um cruzamento simbólico nas atividades que marcam a festa e que a tornam atrativa. A presença nas novenas das diversas comunidades da localidade e de representações vindas de outros municípios justifica a presença pluricultural, na qual o intercâmbio entre diferentes culturas ilustram os diferentes espaços da festa.

De forma objetiva, pode-se dizer que Criúva passou a ter um viés turístico dentro de suas manifestações culturais, especialmente seu festejo maior, a Festa do Divino. Esta expressa tal condição, na medida em que é comum, diante dos festejos, a presença de pessoas de variadas regiões. O conceito de festa acaba por perpetuar uma tradição, reinventada pelas lideranças locais e com a contribuição do Poder Público municipal.

O que se percebe é que a Festa do Divino, hoje, é parte do calendário oficial de Caxias do Sul e transformou-se em tradição municipal. É oportuno lembrar que os imigrantes italianos contribuíram com o maior contingente populacional na fixação territorial a partir do século XIX, no período da

colonização efetiva, fato que também facilitou a assimilação e perpetuação da festa.

Para além da incorporação turística da Festa do Divino, também é possível perceber que este campo criou condições, ao longo do tempo, para transformar o espaço geográfico do local, pela presença de uma história e uma cultura peculiar em possível mecanismo de preservação de costumes considerados parte integrante da cultura.

O elemento musicalidade, tendo como parâmetro a produção da dupla Irmãos Bertussi, é considerado importante referência do local. Esta construção cultural valeu-se de aspectos importantes da temporalidade, da história do distrito; mais que isso, soube expressar o jeito de ser da vida campesina predominante. Assim, para as áreas de campo, a música apresentou-se como ligação entre as lides da vida interiorana e garantiu a integração através dos bailes e de iniciativas, como o resgate da própria Festa do Divino e mesmo a iniciativa de Adelar Bertussi, com outros moradores locais, de fundar o Centro de Tradições Gaúchas Pousada dos Tropeiros. Por serem descendentes de imigrantes italianos, como aponta o próprio sobrenome, mesclados com a descendência lusa por parte da mãe, Adelar e Honeyde Bertussi também sintetizam a presença dos vários traços culturais que foram resultado da convivência com a natureza, com a população e com o respeito às tradições.

Ainda sobre a construção cultural dentro da região objeto de estudo, foi possível perceber que a anexação ao Município de Caxias do Sul, na década de 50, oportunizou a ampliação dos contatos entre os antigos moradores da região de origem lusa e luso-brasileira com os imigrantes povoadores da nova sede municipal. Assim, é possível afirmar que a região de origem pecuarista colocou-se como nova fonte de recursos e, pelo que se evidenciou nas memórias da população local, considerando os registros coletados neste estudo, as atividades dos tropeiros e, consequentemente, as tropeadas de gado, são um forte símbolo identitário dessa região. Confirmando essa afirmação, os entrevistados destacam a forte contribuição econômica e cultural que o queijo, subproduto da atividade pecuária, também deixou ao longo da história e notadamente ganhou espaço na economia local.

As atividades tropeiras e os elementos que fazem o contorno dessa atividade foram realçados na pesquisa pelo papel histórico da atividade

pecuarista, desenvolvida desde a fase da antiga Sesmaria das Palmeiras dos Ilhéus. Essas características permitiram que Criúva fosse reconhecida como "região pecuarista".

Este rápido estudo apontou alguns dos percursos que alinham discussões sobre as identidades do distrito e a necessidade de estudar as modificações que o território sofreu, a partir da presença de grupos étnicos distintos. A fragilidade da memória contrasta com as edificações, e a importância está em fazer os registros sobre esses elementos culturais, que são parte dessa história, para garantir que não se percam os olhares sobre o passado dessa região tão rica culturalmente.

Nessa direção, é importante destacar o papel do patrimônio histórico local. Conforme aponta Arantes (2004, p. 12), o patrimônio imaterial é um conjunto de "conhecimentos, formas de expressão, celebrações e lugares que singularizam os diferentes grupos formadores da sociedade nacional e seu território".

Deve-se inferir que Criúva apresenta várias identidades com importância para sua história e essas foram construídas em torno de seu patrimônio. Como exemplo patrimonial da localidade e entre os resquícios de um tempo que passou, encontram-se as ruínas do Moinho Nossa Senhora do Carmo e a antiga Casa de Comércio da família Fachini, já reconhecidos como patrimônios tombados de caráter edificado. Cabe o registro também acerca da Ponte dos Korff, elemento não reconhecido como patrimônio pelo Poder Público municipal, mas que, nas palavras do autor, merece figurar enquanto tal diante de sua singularidade que é a de identificar o caráter de ligação entre o sul e sudeste do País, de modo especial no período das tropeadas, um símbolo a céu aberto de um importante momento histórico.

A integração entre as diferentes contribuições culturais gerou, em Criúva, um conjunto de elementos que se constituíram em patrimônio imaterial, na medida em que zelaram pela preservação das características primitivas, como a fabricação do queijo, símbolo da atividade pecuária, os torneios de laço como expressão das "lides campeiras". É importante ainda ressaltar a integração festiva que se manifesta por um lado na religiosidade herdada dos lusos e imigrantes italianos, contrastada com a diversidade na alimentação da própria festa, o carisma do caráter profano da Festa do Divino, representado nos bailes, e a musicalidade como remanescente histórico considerável.

Como conclusão, pode-se responder que o estudo realizado contribui de forma significativa para o ensino da história do município, principalmente para aqueles que desconhecem a história de Criúva. A tentativa de tornar claros todos esses desdobramentos administrativos, marcados por leis diversas, tem o fim de tornar esse conhecimento acessível àqueles que são de Criúva e que têm vínculos com esse distrito.

Um dos desafios constantes, que se apresenta para a história como parte do currículo escolar, é propor, na contemporaneidade, estudos que envolvam as novas possibilidades de acesso ao conhecimento. Assim, como afirma Fonseca:

> A disciplina escolar História certamente não é mais a mesma desde sua constituição no século XIX, muito embora ainda guarde alguns elementos de origem, alguns ligados às práticas de ensino e outros às concepções historiográficas. Mas deve-se considerar que, neste tempo, ocorreram processos importantes que contribuíram para as mudanças em seu perfil e em sua estrutura [...] (FONSECA, 2011, p. 70).

Diante da reflexão anterior, cabe ao profissional da História em sala de aula encontrar novas possibilidades dentro do campo de estudo da ciência histórica, entre estas deve-se atentar para o que é mais próximo da realidade, um olhar para o local, para a significância regional onde se está, como afirma Martins:

> Convém insistir: no mundo globalizado, a forma do local e do regional fazerem face ao global é através da revalorização de sua cultura e de seu ambiente. Esse fato transforma a História Regional e Local num artigo de primeira necessidade. Por outro lado, no campo da historiografia, a História Regional e Local tem incentivado a busca de explicação das sociedades nas suas múltiplas determinações e complexidades e tem proporcionado ocasião para testar generalizações da História Geral, por meio da redução da escala das investigações. (MARTINS, 2013, p. 145).

Destas justificativas, surgiu o entendimento de que é crucial encarar as novas possibilidades e a contextualização da história local com seu importante papel, não apenas historiográfico, mas também pedagógico, em especial para o melhor entendimento da cultura local. Assim, este estudo surge como uma nova possibilidade de levar para a sala de aula uma análise ligada à cultura da localidade de Criúva, em especial adaptando o conhecimento da oralidade local para uma reflexão séria e que sirva à aprendizagem escolar. Esta situação estava, até então, sem proposta prática, visto que apenas haviam sido feitos estudos

voltados para a recuperação da história local, sem uma viabilização desta ao ambiente escolar.

Dentre as propostas deste estudo, estava justamente a busca de enfrentar esse desafio ao fazer um exame da história da localidade de Criúva e, assim, com um levantamento de informações, explicar a origem, o papel e as particularidades culturais da região, dentro do Município de Caxias do Sul. Tal preocupação deve-se, em especial, diante do fato de que, ao olhar para a efervescência de um centro urbano-industrial como Caxias do Sul, transmite-se há bom tempo um olhar com uma unicidade que vincula sua história apenas à imigração italiana do século XIX, em raras vezes oportunizaram-se momentos de reflexão sobre o fato de existir uma construção histórica bem anterior.

A partir das considerações anteriores, esta produção serve como subsídio não apenas para uma discussão acadêmica, mas para uma construção em ambiente escolar, desta nova visão acerca da história de uma considerável parcela do Município de Caxias do Sul, hoje dois terços de sua área. Este contributo deve, assim, servir para alimentar uma nova visão do município, criar, por meio do uso destas fontes e considerações, novos materiais que sirvam para o estudo acerca da localidade.

Como prova do papel descrito anteriormente, a referida construção ocorreu em decorrência da presença de outros contingentes populacionais, não vinculados à presença italiana, pois, ao considerar o espaço geográfico do município para além da área central, podemos afirmar que houve uma outra história, e esta, a partir desta produção, passa a ser um pouco mais detalhada e serve como conhecimento da nossa origem.

A proposta de pesquisa aqui realizada buscou, a partir de uma contextualização da história do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecer a ligação desta história com o outro passado do Município de Caxias do Sul, especialmente as áreas que outrora compunham grandes espaços latifundiários, que foram ocupados por povos nativos e europeus não vindos com a imigração do século XIX, mas que fizeram parte de uma presença anterior, voltada não para as atividades agrícolas e de parcelamento da terra, mas associadas às atividades pecuárias.

Há uma necessidade de a historiografia local: considerar esta história anterior à imigração italiana; conhecer e entender que o modo de vida anterior,

encarregado da conquista e ocupação territorial antes do século XIX, também é digno de referência na produção histórica e, para além disso, entendê-lo como parte da constituição de uma série de elementos típicos desta região, que muitas vezes não são reconhecidos pelo conjunto do município.

Diante do exposto, o desafio e o ineditismo daquilo que foi proposto por este autor está presente no interesse em "trazer à luz" um outro passado e suas interações com os elementos trazidos pelos imigrantes italianos, de modo direto chamar a atenção para os aspectos das diferentes culturas e o resultado destas interações ao longo do tempo, dentro da área do distrito de Criúva – recorte geográfico em estudo.

Por fim, o percurso sobre as identidades do distrito, e a necessidade de estudar as modificações que o território sofreu, a partir da presença de grupos étnicos distintos, realça alguns elementos culturais que fazem parte desta história. O dito da memória contrasta com as edificações e a importância dos registros sobre esses elementos culturais que dela fizeram parte, já que existe o intuito de garantir que não se percam os olhares sobre o passado dessa região tão rica culturalmente. Assim, esta nova história regional, com o estudo sobre Criúva, apresenta-se como forma de consideração do todo da formação histórica, não priorizando um ou outro elemento étnico-cultural, mas abarcando o conjunto dos diferentes grupos, suas nuanças culturais e contribuições ao longo do processo de constituição do espaço regional, seja este antes do pertencimento ao Município de Caxias do Sul e as contribuições posteriores que este distrito tenha dado, a partir de sua história.

Como pode este estudo acerca das interações culturais em Criúva contribuir para o ensino da História?

Com vistas a responder ao questionamento, há que se considerar que, dentro das novas concepções da pesquisa e também do ensino da História, várias fontes e formas de estudo desta ciência fazem parte, não somente da produção acadêmica, de um conjunto de novas possibilidades voltadas para o ensino. É importante, a partir desta consideração, utilizar os dados apontados e a construção feita, na busca de subsidiar uma visão acerca da realidade local e regional, voltados para a sala de aula.

Para justificar a proposta, cabe a seguinte reflexão:

> A história do ensino de História apresenta linhas de continuidade e de rupturas quanto às suas características, metodologias, conteúdos e materiais didáticos. As tentativas de análise de mais longa duração passam pela construção de conexões entre a produção historiográfica, a elaboração de programas curriculares, a produção de livros didáticos e as práticas de ensino inscritas no cotidiano das práticas escolares. (FONSECA, 2011, p. 91).

Embora não se esteja tratando de uma longa duração como aponta Fonseca (2011), há uma crença na proximidade do que é proposto para a necessidade de se fazer uma conexão constante entre a produção historiográfica e todo o conjunto de práticas do ensino de história. Cabe, assim, reafirmar a necessidade, no âmbito da História Regional, de se fazer a inserção das observações contidas neste estudo, na organização no processo de ensino e aprendizagem local, de forma a considerar os elementos formativos de Criúva, não contemplados de modo completo e representativo de suas singularidades, nas atuais proposições de estudo em ambiente escolar.

Ainda em Fonseca (2011), é possível buscar a fundamentação para o que se acumulou, em se tratando de conhecimento sobre a localidade de Criúva, principalmente levando em conta o espectro da aplicação do conhecimento acadêmico na sala de aula. A autora considera que

> faltam ainda pesquisas sobre as apropriações do conhecimento histórico escolar e sobre sua permanência na memória coletiva. São muito poucas e ainda incipientes as investidas nesse campo de investigação, mas algumas iniciativas já indicam a pertinência deste tipo de estudo, pois trata-se não apenas de buscar compreender de que forma o saber histórico escolar é aprendido por aqueles que passam pela escola, mas também de como passa a fazer parte de um imaginário coletivo sobre a História do Brasil, alimentado por informações que o reforçam e que são provenientes de um universo extra-escolar. (FONSECA, 2011, p. 99).

Sabendo-se que a memória coletiva em Criúva mantém-se nos dias atuais, a crença de colaborar para que a mesma também faça parte das novas gerações, ou mesmo seja mantida, há a certeza de que o estudo sobre o distrito tem fundamental importância no espaço escolar, como forma de reforçar como a autora aponta os "elementos provenientes do universo extraescolar", tudo a partir dos elementos da identidade, que podem aproximar os mais jovens das raízes da região.

Como um dos enfoques do presente estudo, a diversidade da formação populacional, bem como as mais diversas contribuições para a localidade, sob o

ponto de vista cultural de modo mais nítido, há a necessidade de entender que o espaço da sala de aula pode ser um espaço rico, para que tal concepção de sociedade seja inclusive ampliada. Por isso, também se justifica a necessidade do presente estudo e mesmo fazer com que também seja conhecido dentro do processo de aprendizagem desenvolvido na localidade. Assim, pode-se incutir nas novas gerações o fato de que Criúva nasceu com uma diversidade e esta discussão deve fazer parte do presente, tendo o passado como fonte de inspiração.

As reflexões feitas a partir das identidades locais servem, sem dúvida, para aproximar a dinâmica social e também a formação intelectual das novas gerações dos moradores de suas origens, bem como os aproximará de maior preocupação com a vida local, o bem-estar das pessoas que fazem parte do distrito. Como a sala de aula é ambiente propício na geração de consciências, nada melhor do que também aproveitar os apontamentos e as análises feitas ao longo do estudo em situação de aprendizagem.

Para Martins, a história regional, ramo da história do qual o estudo em questão faz parte, deve aproximar-se da comunidade:

> Os profissionais da História precisam abandonar o apego aos recortes oficiais, baseados numa territorialidade meramente política (estados, mesorregiões, municípios). Mais do que linhas num mapa político ou características fisiográficas, são as redes de relações sociais e alguma forma de consciência de pertencimento que indicam a existência dinâmica das regiões. As regiões e os lugares são tensionados pelo embate entre o tempo do mundo e o tempo dos lugares, segundo formulação de Fernand Braudel. (MARTINS, 2013, p. 144).

Considerar o que Martins chama de "redes de relações sociais e alguma forma de consciência de pertencimento", por si só, justifica as possibilidades que este estudo contribui para a localidade de Criúva, dando reconhecimento para sua história. Os traços que foram construídos ao longo do tempo e o impacto na formação cultural do distrito trazem para as considerações feitas um papel importante e uma nova visão, a de ter a sala de aula como palco. Pode-se com isso construir perspectivas de preservação das memórias e dos vínculos com um passado que assim não será esquecido.

Preservação da memória e patrimônio para quê? Tal questão faz com que não se possa: "olvidar" o passado; deixar em um papel secundário o patrimônio

construído pela localidade; estabelecer uma conexão importante entre o passado e as necessidades do presente; preservar um legado e aproveitá-lo no futuro, como elemento de claro vínculo entre as novas gerações, e um passado que permanece vivo, que pode dar sentido não apenas para a existência, mas também ao presente.

Ao longo da história, considerando a década de 1950 quando houve a anexação à Caxias do Sul, novas necessidades econômicas levaram Criúva ao contato com diferentes culturas. No presente, tal condição histórica prova que se construíram novos laços conforme apontamentos anteriores. Assim, as novas gerações também recebem novas cargas de elementos culturais, que podem constituir uma situação de afastamento de suas raízes culturais e mesmo constituir-se empecilho para a própria preservação dos patrimônios e das identidades do distrito, pondo em risco sua própria história. Daí o papel a ser assumido por este estudo.

Referências

ALBERTI, V.; FERNANDES, TM.; FERREIRA, MM. (Org.). *História oral:* desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

_____. História dentro da História. In: PINSKY, Carla. *Fontes históricas.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro F. Cunha de. *A economia gaúcha e os anos 80*: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990.

ANGELI, Maria Lúcia de Souza; TONET, Juliana Salete. *Caxias do Sul:* nosso município. Caxias do Sul: Maneco, 1999.

ALVES, Dorival Fermiano. Dorival Fermiano Alves: depoimento maio 2002. Caxias do Sul, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

ALVES, Eri João. *Eri João Alves:* fev. 2002. Caxias do Sul, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

ALVES, Luiz Antônio. *Criúva:* um povoado brasileiro. Caxias do Sul: Evangraf, 2010.

_____. *Os fundadores de São Francisco de Paula*. Caxias do Sul, RS: Ed. do Autor, 2007.

ALVES, Sandra Maria Schmith. Histórico do CTG Pousada dos Tropeiros encontro de gerações. In: POSSAMAI, Osmar (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva.* Porto Alegre: EST, 2005.

ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Açorianos no Brasil*: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: EST, 2002. Edição comemorativa.

_____. *Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí.* Santo Antônio da Patrulha: EST, 1992.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade:* seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart. Trad. de Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. p. 187-227.

BELTRÃO, Jane Felipe; CARDOSO, Carlos. Patrimônio, linguagens e memória social: problemas, estudos e visões no campo da antropologia. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima et al. *Antropologia e patrimônio cultural:* diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

BEMFICA, Coralia Ramos et al. (Org*.). Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.

BERTUSSI, Adelar. *Adelar Bertussi:* depoimento out. 2002. Caxias do Sul, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

_____. A trajetória musical dos Bertussi. In: POSSAMAI, Osmar (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 589-599.

_____. *Adelar Bertussi:* depoimento set. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

BERTUSSI, Honeyde. Tropeiros da região serrana. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995. p. 45-50.

BERTUSSI, Valmor. *Valmor Bertussi*. depoimento nov. 2002. Caxias do Sul, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

BEZZI, M. L. *Região: uma (re)visão historiográfica:* da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul.* Caxias do Sul: Educs/Correio Riograndense, 1984.

BORNHEIM, Gerd. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, Gerd et al. *Tradição e contradição.* Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. p. 13-29.

BOSCHETTI, Natalino. *Natalino Boschetti*: depoimento fev. 2002. Caxias do Sul 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

BRAMBATTI, Luiz E. Estrada Rio Branco: o caminho da emancipação. Caxias do Sul, RS: Quatrilho Editorial, 2015.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Edunesp, 1992.

_____. *Hibridismo cultural*. 2. reimp. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2008.

_____. História como memória social. In: BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Imaginários urbanos.* Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1997.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTILHOS, Evaldo Prux de; REIS, Luiz Guiomar Gonçalves dos. Moinho Nossa Senhora do Carmo – Criúva. In: POSSAMAI et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 517-519.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural:* conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAVALLI, José Luiz. *José Luiz Cavalli:* depoimento set. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

CHARTIER, Roger. *A história cultural:* entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

CIOATTO, Vera. Vera Cioatto: depoimento set. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

CORSO, Aparício. *Aparício Corso*: depoimento jan. 2002. Caxias do Sul 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

CÔRTES, João Carlos Paixão. Folclore gaúcho: festas, bailes, música e religiosidade rural. Porto Alegre, RS: Corag, 1987.

COUTO, Edilcene Souza. Devoções, festas e ritos: algumas considerações. *Revista brasileira de história das religiões* – Dossiê Identidades Religiosas e História, ano I, n. 1, maio 2008.

CRUZ, Jairton Ortiz da. *A festa do divino espírito santo em Gravataí/RS ao longo do séculos XX-XXI e sua ressignificação*. São Leopoldo: Unisinos, 2015.

CRUZ, Jairton Ortiz da Cruz. O ofício do historiador e a Festa do Divino Espírito Santo em Gravataí/RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal – RN. *Anais*... 22 a 26 jul. 2013.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. RS: economia e política. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1993.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral:* memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Atutêntica, 2006.

DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica: ideias de futuro no passado e cultura de mudança. In: FÉLIX, Loiva Otero; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Org.). *RS:* 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002.

DUARTE, Onésimo Carneiro. Alguns tipos de tropa. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995. p. 57-58.

ELIADE, Mircea. Origens: história e sentido da religião. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1969.

_____. *Dicionário das religiões*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1994.

ENCONTRO dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha, Vacaria, RS. Porto Alegre: EST, 1996.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3. ed. São Paulo, SP: Globo, 2001.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Org.). Apresentação. In: ____. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História & ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediplat, 2006.

FREITAS, Marco Cezar de. *Da micro-história à história das ideias*. São Paulo: Cortez; USF-IFAN, 1999.

FROSI, Vitalina et al. A vila de Criúva: Criúva na década de 1970. In: POSSAMAI et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 655-656.

FUNARI, Pedro Paulo; PELGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira Iluminada:* história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010.

GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul:* Câmara de Vereadores (1892-1950). Porto Alegre: EST, 1993.

GIMENEZ, José Carlos. Santificação: o religioso e o político no processo de canonização da rainha Santa Isabel de Portugal. *Revista brasileira de história das religiões* – Dossiê Identidades Religiosas e História, ano I, n. 1, maio 2008.

GIRON, Loraine; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle*. Colônia:* um conceito controverso. Caxias do Sul: Educs, 1996.

_____. *Caxias do Sul:* evolução histórica. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal, Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: EST, 1977.

GIRON, Loraine Slomp et al. *Colonos e fazendeiros:* imigrantes italianos nos campos de Vacaria. Porto Alegre: EST, 2001.

GONÇALVES, Docelina. Docelina Gonçalves: depoimento maio 2014. Caxias do Sul, 2014. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limintes do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural:* diálogos e Desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na formação do Brasil.* Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRIJÓ, Luiz Alberto et al. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA. T. T. (Org.) *Identidade e diferença:* as perspectivas dos estudos culturais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HASENACK, H.; WEBER, E. (org.). *Base cartográfica digital da Serra Gaúcha – escala 1:50.000. (Série Geoprocessamento, 2)*. Porto Alegre: UFRGS – Centro de Ecologia. 2007. CD-ROM.

HOBSBAWM, Eric, Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; FAUSTO, Boris; CAMPOS, Pedro Moacyr. *História geral da civilização brasileira*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 3 v.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et al. (Org.). *História oral*: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, FGV/CPDOC e Casa de Oswaldo Cruz, 2000. p. 31-45.

JURKEVICS, Vera Irene. *Festas religiosas:* a materialidade da fé. História: questões e debates. UFPR, 2005.

KERN, Arno Alvarez. *Estratégias materiais e espacialidade:* uma arqueologia da paisagem do tropeirismo nos Campos de Cima da Serra/RS. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2011.

LANDO, Aldair Marli et. al. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (Org.). 2. ed. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LANGE, Daysi. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul: Educs, v. 2, n. 2, p. 139-170, jul./dez. 2002.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

LINDMAN, C. A. M. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universal,. 1906.

LIU, W. T. H. *Aplicações de sensoriamento remoto*. Campo Grande: UNIDERP, 2006.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial:* orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Política de colonização no império.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

MARCHETT, Cassiano; SCUR, Luciana; AHLERT, Siclério. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO – SBSR, 15/05/2011, Curitiba, PR, Brasil. Análise multitemporal do uso e cobertura da terra no distrito de Criúva, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. *Anais*... Curitiba, 2011.

MARTINS, Laídes Nunes. *Laídes Nunes Martins*: depoimento set. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de História.* São Paulo: Contexto, 2013. p. 135-152.

MAZZOTTI, Maria Novello. *Maria Novello Mazzotti*. depoimento set. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

MOREIRA, Cecília de Lourdes Porto Gaspar. *Colônia do Sacramento:* permanência urbana na demarcação de novas fronteiras Latino-Americanas. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

NEUMANN, Eduardo Santos; OSÓRIO, Helen et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2004.

_____. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII, p. 25-74. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

PANTE, Guadalupe Traslatti. Histórico da ponte do Korff. In: POSSAMAI et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 510-515.

_____. Nosso comércio. In: POSSAMAI, Osmar João. *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 525-533.

PASSOS, Celso Schmith. *Celso Schmith dos Passos*: depoimento fev. 2002. Caxias do Sul 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

PASSOS, Eri dos. *Eri:* depoimento jan. 2002. Caxias do Sul, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

PASSOS, Juvenal Cardoso dos. *Juvenal Cardoso dos Passos:* depoimento jun. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

PASSOS, Mauro. *Lá vem a bandeira ... Os reis e seus atores.* Revista brasileira de história das religiões – Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades, ano III, n. 9, jan. 2011.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PILLAR, V. P. et al. *Campos sulinos:* conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

PILETTI, Nelson; MOSOLINO, Ivone. *A questão da terra no Brasil.* Caxias do Sul: Maneco, 1999.

POSSAMAI, Osmar (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva.* Porto Alegre: EST, 2005.

POSSAMAI, Osmar João. A Festa do Divino em São Marcos e Criúva. In: POSSAMAI et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005b.

POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de guerra e fronteira:* estudos de história militar do Rio Grande do Sul. Pelotas, RS: Ed. da UFPel, 2010.

POSSAMAI, Paulo César; SANTOS, Rodrigo Salaberry. As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737. *Revista Navigator* – publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 8, n. 15, p. 62-74, 2012.

_____. De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. *Rev. Topoi,* v. 11, n. 21, p. 23-36, jul./dez. 2010.

_____. Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Praça da Colônia do Sacramento (1749-1760). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2001, São Paulo. *Anais*... São Paulo, 2011.

PORTO, Aurélio. *História das missões orientais do Uruguai. Primeira Parte*. Porto Alegre, RS: Livraria Selbach, 1954. Volume III – História das Missõies do Uruguai.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Frenat*. Trad. de Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento:* o extremo sul da América portuguesa no século XVIII. Porto Alegre, RS: F.P. Prado, 2002.

PRIORI, Mary Lucy Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2000.

RAMOS, Lourdes Brochetto. *Banco de Memória*. Arquivo João Spadari Adami, 2012.

RAMOS, Breno. *Breno Ramos:* depoimento jul. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

RAMOS, Ervino. *Ervino Ramos:* depoimento jul. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

RAMOS, Izaura dos Passos. *Izaura dos Passos Ramos:* depoimento jul. 2015. Caxias do Sul, 2015. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

REIS, Luiz Guiomar Gonçalves. Criúva nas memórias do seu Aparício. In: POSSAMAI et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 435-444.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Globo, 1969.

RODRIGUES, Jorge Oliveira. *Jorge Oliveira Rodrigues:* depoimento jan. 2002. Caxias do Sul, 2002. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

RODRIGUES, Jorge Oliveira. Dança de São Gonçalo em Criúva. In: POSSAMAI et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 635-636.

_____. *Jorge Oliveira Rodrigues:* depoimento jan. 2014. Caxias do Sul, 2014. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida a Alvoni A. P. dos Passos.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Véra Lucia Maciel; VIANNA, Maria Leda Costa. *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional.* Porto Alegre, RS: EST, 1995.

_____. *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul.* Porto Alegre, RS: EST, 2004.

SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. (Org.). *Gente das Ilhas:* trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Trad. de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: Edusc, 1999.

SCHILING, Voltaire. *As grandes correntes do pensamento:* da Grécia Antiga ao Neoliberalismo. Porto Alegre: AGE, 1999.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre.* Porto Alegre: Sulina 1967.

STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas.* Sorocaba, SP: TCM, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença:* a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, Itaci de Souza e. As relações comerciais entre tropeiros de mulas e as áreas de colonização italiana e litorânea-norte no Rio Grande do Sul: 1900-195. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras:* aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015. p. 274-290.

SOLDERA, Luiz Alberto. Moinho do rio Pereira capela Santa Catarina. In: POSSAMAI et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 519-520.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). *Gaúchos e paulistas:* dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1996.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras:* aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo, SP: Ed. 34, 2000.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado:* história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TONET, Tânia; TONET, Charles. *Irmãos Bertussi:* coração gaúcho. Caxias do Sul: Belas Letras, 2012.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. Recriação de identidades em contextos de migração. LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes (Org.). *Discutindo identidades*. São Paulo: Humnanitas/CERU, 2006. p. 75-90.

VIEIRA, Maria do Pilar de; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha; KHOUNY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história.* 5. ed. São Paulo, SP: Ática, 2007.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1974.

WEIMAR, Günter (Org.). Urbanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA. T. T. (Org.) *Identidade e diferença:* as perspectivas dos estudos culturais. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

***SITES*:**

Fonte: Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c =56968&p=0&Miniatura=true&Texto=false>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Fonte: Jornal Pioneiro, 17 de outubro de 1953. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=56963&p=0&Miniatura =true&Texto=false>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=848>. Acesso em: 6 ago. 2014.

REFERÊNCIAS DAS LEIS CONTIDAS NOS ANEXOS:

RIO GRANDE DO SUL. Lei 2.169, de 27 de novembro de 1953. Coletânea legislativa, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 1123, 1953.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 2.170, de 27 de novembro de 1953. Coletânea legislativa, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 1123-1124, 1953.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 2.531, de 15 de dezembro de 1954. Coletânea legislativa, Porto Alegre, v. 4, p. 318-319, 1955.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 2.532, de 15 de dezembro de 1954. Coletânea legislativa, Porto Alegre, v. 4, p. 319-320, 1955.

ANEXOS

ANEXO A – FAC-SÍMILE DO DECRETO N. 563 DE 23 de dezembro de 1902

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 563, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1902.

Eleva à categoria de villa a freguezia de S. Francisco de Paula de Cima da Serra.

O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, deferindo a representação dos moradores de S. Francisco de Paula de Cima da Serra relativamente ao villamento dessa freguezia, em vista de informação favorável prestada pelo conselho municipal da Taquara;

Considerando que aquelle territorio, no qual estão comprehendidos os 3º, 4º e 5º districtos do municipio da Taquara do Mundo Novo, tem renda sufficiente para constituir um municipio autonomo e prover os encargos da respectiva administração;

Resolve, no uso da attribuição que lhe é conferida pela Constituição, artigo 20, n.15,

DECRETAR:

Artigo 1º - Fica elevada à categoria de villa a freguezia de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, constituida pelos 3º, 4º e 5º districtos do municipio da Taquara.

Artigo 2º - O novo municipio terá os seguintes limites: "Partindo do ponto de intersecção da linha divisoria do municipio de Santo Antonio da Patrulha com o da Taquara e o rio Rolante, por este rio acima até encontrar os campos de Cima da Serra, seguindo d'ahi pelos referidos campos em rumo approximado de Oeste até encontrar o arroio Saiquy, por este abaixo até sua foz no rio Santa Cruz (Cahy), descendo por este até encontrar a linha divisoria de S. Sebastião do Cahy, à margem direita do mesmo rio, terminando neste ponto a linha de divisa do municipio da Taquara com o de S. Francisco de Paula de Cima da Serra".

Artigo 3º - Este municipio ficará pertencendo à comarca da Taquara do Mundo Novo.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo, em Porto Alegre, 23 de dezembro de 1902.

FIM DO DOCUMENTO

http://www.al.rs.gov.br/legis

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

b) Especialistas

1.º Bombeiros

7 1.ºs sargentos
30 2.ºs sargentos
26 3.ºs sargentos
75 cabos
62 soldados de 1.ª classe
125 soldados de 2.ª classe
290 soldados de 3.ª classe

2.º Praças de saúde

Enf. Enf. Vet., Manip. Farm. Lab. e Radiologia

2 Sub-tenentes
10 1.ºs sargentos
32 2.ºs sargentos
47 3.ºs sargentos

3.º Transmissões

1 Sub-tenente radiotelegrafista
1 1.º sargento técnico de motores
1 1.º sargento técnico de rádio
8 1.ºs sargentos radiotelegrafistas
12 2.ºs sargentos radiotelegrafistas
14 3.ºs sargentos radiotelegrafistas

LEI N.º 2.168, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1953

Determina a realização de consulta plebiscitária nos distritos de São Vendelino e Bom Princípio, Município de Montenegro.

Art. 1.º — E' determinada, para fins de anexação ao município de Caí, a realização de consulta plebiscitária aos eleitores dos distritos de São Vendelino e Bom Princípio, no Município de Montenegro nos têrmos da lei n.º 2.116, de 24 de setembro de 1953.

Art. 2.º — A área atingida pela consulta plebiscitária a que se refere o artigo anterior é assim delimitada:

AO NORTE — Com as divisas do município de Farroupilha iniciando-se no extremo norte do travessão léste da linha Santa Clara — (Município de Garibaldi), em linha reta, até atingir a extremidade norte do travessão oeste da linha Forqueta.

AO LESTE — Começando na extremidade norte do travessão oeste da linha Forqueta, em linha reta, direção sul até atingir a confluência do arroio Jaguar com o arroio Forromêco, descendo por êste, águas abaixo até sua confluência com o Rio Caí.

AO SUL — Da confluência do arroio Forromêco com o rio Caí, descendo por êste, água abaixo, até atingir a confluência do arroio das Pedras com o Rio Caí.

AO OESTE — Começando na confluência do arroio das Pedras com o Rio Caí, seguindo águas acima, rumo norte, até a bifurcação de suas nascentes de onde segue, por linha seca e reta, até atingir a interseção do Travessão sul da Ex-Colônia Santa Maria da Soledade com o Travessão que separa as linhas Barcellos e Silveira, seguindo daí, rumo leste, até atingir o extremo sul do Travessão que separa os lotes 16 e 31 da Linha Barcellos e, daí, rumo norte, por linha reta e seca, até atingir o limite entre os lotes 30 e 43 da linha Barcellos e dêste ponto pelo prolongamento do travessão sul rumo a oeste até atingir o extremo leste da linha Santa Clara; daí, por linha reta e seca, rumo norte, pelo travessão leste da linha Santa Clara até seu limite com Farroupilha, ponto inicial.

Art. 3.º — Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LEI N.º 2.169, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1953

Dispõe sôbre a realização de plebiscito em Criuva, 2.º distrito de São Francisco de Paula, para fins de incorporação ao de Caxias do Sul.

Art. 1.º — E' determinada, para fins de desanexação do Município de São Francisco de Paula e incorporação ao de Caxias do Sul, a realização de consulta plebiscitária aos eleitores de Criuva, no Município de São Francisco de Paula, nos têrmos da Lei 2.116, de 24 de setembro de 1953.

Art. 2.º — A área a ser atingida pela consulta plebiscitária a que se refere o artigo anterior é assim delimitada:

Ao Norte — Começa na barra do Arroio Ranchinho com o Rio das Antas dividindo com o Município de Vacaria, seguindo pelas águas do referido Rio das Antas até a barra do Arroio Bururi ou Lajeado Grande.

Ao Leste — Pela estrada dos Pachecos até a estrada estadual que vai de Caxias do Sul ao lugar denominado Aganhador, por esta até o Passo do Arroio Marrecas, daí pelas águas dêste abaixo até a barra com o Arroio São Marcos.

Ao Oeste — Pelas águas do Arroio São Marcos acima até suas cabeceiras, daí por uma linha reta e seca procurando as cabeceiras do Arroio Ranchinho e pelas águas dêste abaixo até a sua barra com o Rio das Antas, ponto inicial.

Art. 3.º — Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LEI N.º 2.170, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1953

Determina a realização de consulta plebiscitária no distrito de «Vila Oliva», município de São Francisco de Paula.

Art. 1.º — E' determinada, para fins de anexação ao município de Caxias do Sul, a realização de consulta plebiscitária aos eleitores do distrito de Vila Olivia, no Município de São Francisco de Paula nos têrmos da Lei n.º 2.116, de 24 de setembro de 1953.

Art. 3.º — A Câmara Municipal para o primeiro período legislativo será composta de sete (7) membros e findará seu mandato a trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955).

Art. 4.º — O mandato do primeiro prefeito e vice prefeito terminará a trinta e um (31) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959).

Art. 5.º — Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno, em Pôrto Alegre, 15 de dezembro de 1954.

ERNESTO DORNELLES
Governador do Estado

Theobaldo Neumann
Secretário do Interior e Justiça

Leonel Brizola
Secretário da Fazenda

Bento Pires Dias
Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio

José Mariano Beck
Secretário de Educação e Cultura

LEI N.º 2.531, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1954

Desanexa o distrito de Criúva do Município de São Francisco de Paula e o incorpora a Caxias do Sul.

ERNESTO DORNELLES, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto nos artigos 87, inciso II, e 88 inciso I, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a LEI seguinte:

Art. 1.º — E' desanexado do Município de São Francisco de Paula e incorporado ao Município de Caxias do Sul, o distrito de Criúva com as seguintes divisas: ao norte, começa na barra do Arroio Ranchinho com o Rio das Antas, dividindo com o Município de Vacaria, seguindo pelo Rio das Antas até a barra do Arroio Bururi ou Lajeado Grande; a leste: pela estrada dos Pacheco até a estrada estadual que vai de Caxias do Sul ao lugar denominado Apanhador; por esta até o passo do Arroio Marreca, daí pelas águas dêste abaixo até a barra do Arroio São Marcos; oeste: pelas águas do Arroio São Marcos acima, até suas cabeceiras, daí por uma linha reta e sêca, procurando as cabeceiras do Arroio Ranchinho, e pelas águas dêste abaixo até sua barra com o Rio das Antas, ponto inicial.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1955.

Palácio do Govêrno, em Pôrto Alegre, 15 de dezembro de 1954.

ERNESTO DORNELLES
Governador do Estado

Theobaldo Neumann
Secretário do Interior e Justiça

Leonel Brizola
Secretário da Fazenda, substituto

Leonel Brizola
Secretário das Obras Públicas

Bento Pires Dias
Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio

José Mariano Beck
Secretário de Educação e Cultura

LEI N.º 2.532, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1954

Desanexa o distrito de Vila Oliva do Município de São Francisco de Paula e o incorpora a Caxias do Sul.

ERNESTO DORNELLES, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto nos artigos 87, inciso II, e 88, inciso I, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a LEI seguinte:

Art. 1.º — E' desanexado do Município de São Francisco de Paula e incorporado ao Município de Caxias do Sul o distrito de Vila Oliva, com as seguintes divisas:

ao norte — Com as divisas do Município de Caxias do Sul, iniciando-se na confluência do Arroio São Nicolau com o Piaí, subindo pelo leito dêste até suas nascentes, donde segue por uma divisa sêca de aproximadamente 800 metros, em direção ao quadrante leste, onde encontra as nascentes do Arroio Cavalhada;

a leste — Com o próprio Município de São Francisco de Paula, começando nas nascentes do Arroio da Cavalhada, seguindo o curso dêste até sua desembocadura no Arroio do Juá e descendo o curso dêste até sua desembocadura no Rio Santa Cruz ou Caí;

ao sul — Com as divisas dos Municípios de Canela e Taquara, pelo Rio Santa Cruz ou Caí, descendo seu leito;

a oeste — Com as divisas do Município de Caxias do Sul, iniciando pela desembocadura do Arroio dos Macacos, no Rio Santa Cruz ou Caí, subindo o leito daquele até suas nascentes, seguindo ainda por uma divisa sêca de aproximadamente 600 metros até encontrar as nascentes do Arroio São Nicolau, continuando pelo leito dêste até sua confluência com o Rio Piaí.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1955.

Palácio do Govêrno, em Pôrto Alegre, 15 de dezembro de 1954.

ERNESTO DORNELLES
Governador do Estado

Theobaldo Neumann
Secretário do Interior e Justiça

Leonel Brizola
Secretário da Fazenda, substituto

Leonel Brizola
Secretário das Obras Públicas

Bento Pires Dias
Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio

José Mariano Beck
Secretário de Educação e Cultura

EDUCS